

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**Instituto de Psicologia**

**A LEI PARALELA: Correlação entre o tráfico de drogas e a  
adolescência**

**Vitor Marinho de Amorim**

Niterói, 2016

# **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**Instituto de Psicologia**

Programa de pós-graduação em Psicologia

Mestrado em Psicologia

Linha de pesquisa: Clínica e Subjetividade

## **A LEI PARALELA: Correlação entre o tráfico de drogas e a adolescência**

Vitor Marinho de Amorim

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Estudos da Subjetividade – do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Linha de pesquisa: Clínica e Subjetividade. Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Viana Vidal.

Niterói, 2016

A524 Amorim, Vitor Marinho de.

Lei paralela : correlação entre tráfico de drogas e a adolescência /  
Alexandra Justino Simbine. – 2016.

142 f.

Orientador: Paulo Eduardo Viana Vidal.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal  
Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento  
de Psicologia, 2016.

Bibliografia: f. 141–142.

1. Tráfico de drogas. 2. Adolescência. 3. Política pública. 4.  
Psicanálise. I. Vidal, Paulo Eduardo Viana. II. Universidade Federal  
Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

# **A LEI PARALELA: Correlação entre o tráfico de drogas e a adolescência**

Vitor Marinho de Amorim

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Viana Vidal

Composição da Banca Examinadora:

Dr. Paulo Eduardo Viana Vidal (UFF - Orientador) \_\_\_\_\_

Dr. Carlos Alberto Ribeiro Costa (UFF) \_\_\_\_\_

Dra. Christiane da Motta Zeitoune (Novo DEGASE) \_\_\_\_\_

Dr. Luciano da Fonseca Elia (UERJ) \_\_\_\_\_

Dra. Maria Lídia Arraes de Alencar (UFF) \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Não é fácil descrever o quanto algumas pessoas me ajudaram nesse trabalho. São muitos os espectros de apoio, compreensão, incentivo e, eventualmente, boas "puxadas de orelha". O fato é que a ideia inicial dessa dissertação partiu de uma decisão um tanto quanto impulsiva. Sendo assim, foi preciso abrir mão de algumas coisas e isso, acredito, não seria possível sem essas pessoas. Não me parece correto elencá-las seguindo qualquer ordem de importância, pois cada uma delas esteve comigo nos mais variados momentos, cada qual à sua maneira.

Agradeço ao professor Paulo Vidal pela oportunidade e por ter apostado no meu projeto. Desde a graduação, ele tem sido uma grande referência quanto ao lidar com a psicanálise, o ser analista e outras inesgotáveis questões derivadas. Sua gentileza no trato e orientação, valorizando cada pensamento foi extremamente positiva.

Não poderia ter feito o mestrado sem o apoio da minha mãe, Regina. Além do óbvio acolhimento em sua casa (que ela insiste também ser minha), o aguçamento intelectual nas discussões sobre nossos trabalhos manteve minha mente em forma.

Agradeço à minha Tonca. "Obrigadodinada" (para ela isso faz muito sentido...). Parece importante dizer o quanto sua compreensão frente a todos os contratempus e pressões foi importante. Raquel, minha esposa, foi fundamental na minha decisão de assumir esse compromisso. Esteve ao meu lado, mesmo que nem sempre eu merecesse, me ajudando a superar cada etapa.

Agradeço aos membros da banca, que aceitaram o convite, oferecendo seu conhecimento e tempo para enriquecer meu percurso através desse trabalho. À Dra. Christiane Zeitoune, cujo reconhecimento do meu trabalho no DEGASE sempre foi tão claro e importante para mim. À Dra. Maria Lídia, que acompanhou minha trajetória de perto na graduação e, como lhe disse recentemente, "é uma das responsáveis por eu me meter com esse negócio de psicanálise". Ao Dr. Carlos Alberto Costa, cuja disponibilidade foi tão rápida quanto gentil em avaliar este trabalho, mesmo com tão pouco tempo. Ao Dr. Luciano Elia, cujo interesse em participar da banca se fez notável e reoxigenou meu ânimo na reta final. Também sou grato à Dra. Andréa Guerra que, apesar de não poder estar na fase final, tomou parte do processo de qualificação do trabalho e trouxe contribuições inestimáveis.

Não poderia deixar de fora minhas companheiras de mestrado mais próximas: Danusa, Maira e Talita. Afinal, quem pode estudar sozinho?

A pesquisa desenvolvida para essa dissertação e os contatos com os adolescentes (estopim para as questões que nos motivaram) só puderam ocorrer graças à boa disponibilidade do DEGASE, sempre receptivo às demandas necessárias para a elaboração da pesquisa. Uma especial lembrança ao diretor Adriano Guedes, grande facilitador não só da pesquisa, mas do meu trabalho como um todo na instituição.

Por fim, é importante mencionar os adolescentes incógnitos que ofereceram suas histórias com boa vontade e disposição de compartilhar suas memórias e impressões quanto a questões tão íntimas. Também há aqueles adolescentes cuja participação se deu de forma indireta. Suas histórias não estão aqui relatadas, mas se conjugam com minha própria história profissional, impregnada nestas páginas.

Muito obrigado a todos.

## **Resumo**

A presente dissertação pretende trazer à luz a questão do tráfico enquanto discurso adotado por adolescentes, em especial os que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa. Tendo em vista a insistência com a qual os adolescentes estudados se mantêm fixos em sua filiação, supomos que o tráfico desfruta de um lugar especial para eles. Buscamos, em suas falas, identificar esse lugar. Provocados pela afirmativa de uma adolescente, de que “o tráfico é como uma família”, relacionamos os desenvolvimentos subjetivos com essa função especial do tráfico para o sujeito. Encontramos na psicanálise as ferramentas de observação e atuação diante desse aparente discurso do adolescente e desenvolvemos questões quanto à própria prática institucional frente a isso.

Palavras-chave: tráfico, adolescência, medida socioeducativa, psicanálise.

## **Abstract**

This dissertation aims to bring to light the issue of trafficking as a discourse adopted by adolescents, especially those who are in compliance with socio-educational measures. In view of the insistence with which the studied adolescents remain fixed in their affiliation, we suppose that the traffic enjoys a special place for them. We seek, in their lines, to identify this place. Caused by an adolescent's assertion that "trafficking is like a family," we relate subjective developments to this special trafficking function for the subject. We find in psychoanalysis the tools of observation and action in front of this apparent discourse of the adolescent and we develop questions about the own institutional practice in front of this.

Keywords: trafficking, adolescence, socio-educational measure, psychoanalysis.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	8
<b>Capítulo I - O DEGASE (ou: Da onde vem o sistema socioeducativo, o que quer, como faz e qual o problema disso)</b> .....	16
1.1- Essas infinitas letras.....	16
1.2- Socioeducação.....	30
1.3- Ciranda de siglas.....	32
<b>Capítulo II - O TRÁFICO (ou: Uma alternativa lógica para quando tudo mais falha frente a uma pergunta sem resposta)</b> .....	35
2.1 – A Organização do tráfico em Volta Redonda.....	35
2.2- Facção e Território.....	38
2.3- Um pequeno comentário de outra realidade não tão distante.....	39
<b>Capítulo III - A PSICANÁLISE (ou: Não que isso dê conta, mas ainda assim é importante fazer algo frente à impossibilidade)</b> .....	42
3.1- Os pais míticos em Freud.....	42
3.2- A Psicologia dos grupos em Freud.....	47
3.3- Sugestão e libido.....	54
3.4- Tipos de Grupo.....	55
<b>Capítulo IV - A ADOLESCÊNCIA (ou: Quando o sujeito constrói um novo nome para o desejo através de ensaio e errância)</b> .....	67
<b>Capítulo V - PESQUISA (ou: Escuta o que o garoto diz quando não está dizendo o que acha que tem que dizer!)</b> .....	80
5.1- Sobre as entrevistas.....	80
5.2- Lauro.....	83
5.3- Jordan.....	92
5.4- Bruno.....	104
5.5- Guilherme.....	113
5.6- Aloísio.....	122
<b>CONCLUSÃO</b> .....	135



<b>APÊNDICE: Roteiro de entrevista</b> .....	140
<b>Referências bibliográficas</b> .....	141

### **Lista de abreviaturas e siglas**

ADA - Amigos dos Amigos

CENSE - Centro Socioeducativo

CREAS - Centros de Referência Especializados de Assistência Social

CRIAAD - Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente

CV - Comando Vermelho

CVRL - Comando Vermelho Rogério Lemgruber

DEGASE - Departamento Geral de Ações Socioeducativas

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

LA - Liberdade Assistida

MSE - Medida Socioeducativa

PASE - Plano de Atendimento Socioeducativo

PCC - Primeiro Comando da Capital

PIA - Plano Individual de Atendimento

PPP - Projeto Político Pedagógico

PSC - Prestação de Serviço Comunitário

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

TC - Terceiro Comando

TCP - Terceiro Comando Puro

VDV - Viva e deixe viver

## INTRODUÇÃO

"É como uma família". Acreditamos que foi com esta declaração que tudo começou. A autora do enunciado cumpria medida socioeducativa no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD) em Volta Redonda, meu primeiro local de trabalho no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE).

O trabalho no CRIAAD, nos permitiu observar e participar das rotinas dos adolescentes sem que eles estivessem necessariamente imbuídos de uma diretriz formal de conduta entre técnico e adolescente. Por mais que a escuta clínica nos oriente quanto ao manejo das fantasias que assombram os lugares supostos, ou os lugares ocupados, há algo de precioso na observação dos relacionamentos dos adolescentes entre si, nesse contexto, muitas vezes alheio à presença do psicólogo. Mesmo que tomemos parte na conversa do pátio, que até interrompamos uma discussão para fazer perguntas, parece bastante crível que os adolescentes em seu grupo, fora dos aparentes rigores de uma sala de atendimento, apresentem novas formas de conduta. Há um modo particular de falar e de agir que, não raro, se modifica quando o adolescente sai do *setting* eleito como cenário de orientação, avaliação e tratamento, retornando aos seus pares. Quando fala fora da sala, com seus colegas de grupo, o cenário muda, as imposições mudam. As regras mudam.

O caso da fala, de que “o tráfico é como uma família”, foi um dos três momentos principais do nosso trabalho com esse público. O primeiro deles, foi a constatação da predominância de processos judiciais referentes ao tráfico de drogas no livro de registro da unidade. O segundo é a referida fala da adolescente. Já o terceiro é fruto do encontro dos dois primeiros momentos e aponta para uma discussão sobre, afinal, o que o sujeito adolescente quer com o tráfico.

Da constatação sobre o número de processos que implicam os adolescentes com o tráfico, podemos dizer que era algo desconcertante. Todas as unidades de cumprimento de medida socioeducativa conservam registros específicos sobre as entradas e saídas dos adolescentes na instituição. Nesses registros encontramos os dados estatísticos referentes à situação da unidade. Particularmente, nos referimos aos registros do CRIAAD - Volta Redonda no período que compreende o primeiro semestre do ano de 2014. Embora a predominância de entradas por processos referentes ao tráfico de drogas fosse notável desde muito tempo, essa interrogação estatística só se formulou nesse período. Contextualmente,

podemos localizar a percepção desta predominância junto à minha apropriação da função de construir os levantamentos de dados institucionais. A elaboração do documento de frequência mensal que visa organizar o fluxo de entrada e saída, além de outros eventos da unidade, provocou uma proximidade com esses dados, evidenciando a questão. Na época, o envolvimento com o tráfico de drogas era responsável por quase 80% dos processos, quando comparado aos outros atos infracionais registrados.

Certamente, há uma gama de fatores sociais que explicam os processos de inserção do adolescente no estilo de vida ofertado pelo crime organizado. Em acompanhamentos com esses adolescentes, várias causas são apresentadas, muitas vezes, até com perfil estereotipado em sua forma para explicar a entrada do adolescente no tráfico. Alguns relatos apontam a violência local, que alcança o jovem ou sua família, o impulsionando a procurar refúgio no grupo criminoso. Outros relatam o simples desejo de adquirir bens de consumo e a possibilidade de ganho financeiro através do tráfico. Alguns passam pela fala da drogadição, que os aproxima do tráfico devido ao consumo de drogas ou à necessidade de pagar dívidas.

Observamos, muitas vezes, a iniciativa de uma argumentação lógica ou explicativa por parte da instituição que, normativamente, procura alertar o adolescente sobre o que, rotineiramente, os técnicos e os adolescentes chamam de “essa vida”. Procura alertar sobre os riscos, sobre as consequências do engajamento com o crime para ele e para a sua família. Logo são propostas alternativas, pautadas em outros registros de valores, enaltecendo a liberdade, o pacifismo, conceitos morais e até religiosos sobre uma relação com a justiça ou o próximo. Um enaltecimento que pode, por vezes, mitigar os problemas e o mal-estar cotidiano sob a máxima de que “uma vida honesta é muito melhor”, vendendo uma ideia ainda referida a valores institucionais ou pessoais que ignoram a perspectiva do sujeito. Vida melhor? Melhor como? Melhor para quem? Um embaraço surge.

Há uma persistência do sujeito nas suas referências iniciais, que se manifestam, por exemplo, ao sustentar um discurso típico da facção à qual se diz filiado, ou na relação beligerante com os membros da facção rival. Particularmente, na unidade de internação, o Centro Socioeducativo (CENSE), as normativas da facção se apresentam com muita força pressionando o cotidiano institucional com suas leis sobre os sujeitos, que as seguem, por concordância ou medo. Esta, inclusive, é uma das questões em pauta nas instituições socioeducativas. Não sabemos lidar com o duelo de forças entre a instituição Estado e a

instituição Fação (seja de qual denominação for), sem recorrer aos velhos métodos de força e/ou coerção.

Na medida em que o discurso socioeducativo (mas não sua prática, em muitos momentos) marcha contra ações de violência, a verdade é que a instituição não desenvolveu, ainda, uma diretriz de ação prática para confrontar a ordenação do tráfico dentro dos seus muros. Em certo sentido, não podemos deixar de relacionar essa posição como uma replicação da própria posição social e governamental quanto ao tema da criminalidade. Em um Estado, cuja solução para a criminalidade se apresenta como aumento da segurança pública para reprimir a ação criminosa, no microcosmo da instituição socioeducativa, reproduz-se a estratégia de repressão dos significantes de criminalidade.

A palavra-chave nesse caso é a repressão, que se apropria da força para combater o discurso oposto. Tal iniciativa, seja no campo micro, da instituição, quanto no macro, do Estado, combate a criminalidade em seu efeito, não em sua causa. Obviamente, só se oprime o que existe, o que torna, nessa dinâmica, a criminalidade um elemento necessário para a equação. Ao ignorar a criminalidade em sua origem, deixa de problematizá-la enquanto efeito de algo que poderia ser questionado e, talvez, alterado. A máxima que todos os opositores à dinâmica policialesca entoam, de que a solução reside na educação, mas que ninguém sabe ao certo como operar, consiste justamente no deslocamento da abordagem repressiva do crime para uma abordagem problematizadora. Resta o problema operacional de como produzir esse deslocamento.

Percebemos a limitação de intervenções que passam por esse viés, convocando o sujeito através de uma via racional, de uma lógica particular. A lógica da Lei do Estado, ou do discurso religioso, ou de um outro que ignora esse sujeito, esbarra em um muro que não consegue transpor. Se apelam para o valor da preservação da vida, o adolescente responde que a vida só tem valor quando desfrutada do seu jeito, e que prefere “viver 10 anos a 100 km/h do que 100 anos a 10km/h”. Quando falamos da vida do seu adversário, esta não tem valor simplesmente pela oposição entre os grupos. Se buscam apresentar a efemeridade dos ganhos, sugerindo que aquilo que o adolescente ganhou com o tráfico, ele já não possui mais, sustenta que a margem de lucro é tão grande que logo é capaz de repor as perdas com facilidade. Normalmente, os adolescentes envolvidos com o tráfico, quando citam os ganhos financeiros, costumam expressar valores altíssimos, como ganhos de seis a dez mil reais por mês. Em

algumas falas, até mais do que isso. Se lhes impõem a justiça divina, eles respondem com uma percepção particular do relacionamento com Deus que, apesar de seus atos, não impõe uma mudança. Nesse ponto, especificamente, aparecem alguns desarranjos quando o sujeito fala de pecado e culpa, evidenciados em flagrantes contradições. Mesmo assim, as meras articulações argumentativas não são capazes de suscitar uma alteração na sua percepção do sujeito.

É certo que nem todos os adolescentes se prestam a sustentar suas posições de envolvimento com o tráfico e falam muito sobre um sentimento de remorso pelos danos causados à sua família, a si e, eventualmente, a terceiros. É muito comum, nos atendimentos institucionais a cartilha do “Estudar, trabalhar, fazer curso”, na qual muitos adolescentes alicerçam suas falas sugerindo alguma iniciativa de mudança de paradigma na sua vida. Considerando o alto índice de reincidentes, é possível que essa fala, que se repete como um mantra, tenha muito mais a ver com uma resposta do adolescente à essas demandas normativas de como se portar no regime socioeducativo do que com as intenções de se engajar nas atividades que cita. Algo que também é notável dentro da rotina institucional, é o fato de que, muitas vezes, as próprias ações do adolescente contradizem sua fala de engajamento.

Entretanto, existem aqueles que sustentam a fala de pertencimento ao crime, de identificação com a figura do “bandido” ou do “vagabundo”, como eles próprios dizem. São casos que nos interessam, independentemente da razão estatística, embora ela esteja longe de ser ignorável. Sua simples existência deflagra novamente a questão sobre a representatividade do tráfico para o adolescente.

Enfim, tais diálogos apontam para algo no sujeito que persiste e não se curva a uma apreensão da lógica do outro que busca se impor. O sujeito encontra meios de sustentar sua posição. Resiste a uma intervenção que trabalha com outra métrica, a qual desconhece, a dos valores que não se coadunam com os seus. Mais ainda, demonstra que sua posição frente ao tráfico é muito mais do que uma relação contingencial, efeito exclusivo de fatores externos ou diretos. O sujeito se constitui frente à sua relação com esse Outro e, por isso, aquilo que advém desse encontro deve ser tratado como parte dele. O sujeito não abre mão de parte de si sem lutar. Ele resiste.

Tendo em vista essa persistência do sujeito, a instituição não sabe o que fazer, apesar das intervenções técnicas que questionam, informam o sujeito, alertam para a causa e consequência dos seus atos. Apesar das sanções disciplinares, que lhe vedam temporariamente o benefício de algum lazer. Mesmo frente a essas intervenções, ele apresenta uma conduta destoante do discurso institucional e transgredir as normas de conduta impostas. Nesses casos a força surge como novo degrau coercitivo. Surge a ação ortopédica institucional, que procura enquadrar o sujeito em um molde socialmente aceitável, útil e dócil. Ao falhar com as intervenções argumentativas ou com as sanções disciplinares, passa a lidar com a resistência do adolescente tentando encaixá-lo através da ação sobre seu corpo.

A ação sobre um corpo não conserva em si apenas o caráter punitivo, embora isso também seja o caso. Mas, principalmente, a ação sobre o corpo pretende formatar<sup>1</sup> o sujeito em um lugar de conformidade e submissão. Procura minar sua força, seu poder, para que ele se submeta. Um sujeito cujo corpo e alma se prestam à manipulação e adestramento. Reprogramável. Nossa referência ao termo “formatar”, não por acaso, se aproxima em muito do “homem-máquina” ao qual Foucault se refere.

O Homem-máquina de La Mettrie é ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de 'docilidade' que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. Os famosos autômatos, por seu lado, não eram apenas uma maneira de ilustrar o organismo; eram também bonecos políticos, modelos reduzidos de poder. (Foucault, 1975, p.132)

Essa passagem, ao tratar da submissão do corpo como estratégia de controle e manutenção do *status quo*, também tangencia o aspecto utilitarista da ação sobre o corpo e sobre o homem. Isso nos faz refletir sobre o caráter de formação do sujeito útil, que está no horizonte das expectativas do processo socioeducativo. Não é por acaso que as estratégias de reintegração do sujeito passam pela sua escolarização (o que por si só já traz consigo toda uma estrutura normativizadora), e pela sua profissionalização. Uma qualificação positiva na passagem do adolescente pela instituição é entendida, na maioria dos casos, como uma passagem na qual ele estudou, profissionalizou-se e fez isso sem causar tumultos.

---

<sup>1</sup>Formatar, aqui, usado no duplo sentido de apontar um aspecto de mudança de forma, mas também no sentido utilizado pela computação, que se refere ao processo de apagamento do conteúdo inscrito em uma unidade de armazenamento, como um *Hard Disk* ou *pendrive*.

O pretexto da segurança é constante para justificar algumas determinações que impõem ao sujeito formas de andar (as mãos devem ficar para trás, para dificultar qualquer ação ofensiva surpresa), de se vestir (a camisa deve estar para dentro da calça, para que ele não esconda armas improvisadas sob as roupas), de cortar o cabelo (estilizações de corte são proibidas, posto que, muitas vezes, apresentam simbologias de apologia a uma ou outra facção), de olhar (o adolescente deve andar de cabeça baixa, para que não afronte um rival com o olhar enquanto caminha). Caso o sujeito descumpra tais normativas, ele é severamente advertido. Ainda assim, o sujeito persiste. A facção é personagem constante dessa resistência no meio institucional, governando as relações entre os sujeitos.

É nesse cenário de enfrentamento do sujeito diante da instituição que nasce a expressão “Lei Paralela”, pautada, sobretudo, no enlace do sujeito a outro dispositivo de controle: uma das organizações do tráfico presentes no seu cotidiano e, também, diante da sua resistência em submeter-se à “Lei do Estado”.

Entendemos que o sujeito, quando se desamarra da Lei do Estado, não o faz com a intenção de ficar à deriva, desgovernado, embora seja justamente o que aconteça em muitos casos. Não faltam estruturas aptas e interessadas em cooptar esse sujeito.

A psicanálise, com Freud, trata da inserção do sujeito no registro da lei através do drama familiar de uma organização ortodoxa de pai, mãe e filho. Um sujeito de hoje, isto é, de um contexto diferente da Europa do início do século XX, o fará a seu modo. É preciso recapitular o caráter metafórico da interface edípica freudiana e compreender os arranjos familiares e sociais de hoje através desse viés, inserindo e retirando personagens que antes gravitavam o drama familiar clássico. O entendimento do pai como função é um exemplo claro de que a ação desse elemento não se encerra na encarnação do genitor do sujeito, sendo, por vezes, exercida por outros representantes, não do pai, mas daquilo que ele vem a representar na fantasia construída pelo sujeito.

A mídia convencionou chamar essa força organizada e criminosa, que comanda um local à revelia do Estado – na verdade justamente por sua ausência<sup>2</sup> – de Poder Paralelo, como

---

<sup>2</sup> Não nos escapa a discussão que aponta para a fomentação desses poderes paralelos não por uma ausência do Estado, mas justamente por sua presença enquanto produtor de pobreza ou desigualdades. Entretanto acreditamos que o desenvolvimento deste tópico nos afastará, por agora, do nosso foco de pesquisa e tomaremos a liberdade de tratar essa chamada presença do Estado em seu recorte, por assim dizer, oficial e declarado, como prestador de serviços, infraestrutura e manutenção. Apesar de, aparentemente, tomarmos um lado nessa questão, nos utilizando do termo ausência, compreendemos que ainda é território de debate.

alusão aos outros Três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário). Uma vez que tal poder exerce sua influência de maneira tão direta nos adolescentes, tomando parte na sua constituição subjetiva, sobretudo no que diz respeito à sua relação com a Lei. Esse registro particular chamamos de Lei Paralela, que deriva desse Poder Paralelo.

Nossa hipótese com esse estudo, é a de que o tráfico, por se tornar protagonista no processo de desenvolvimento do sujeito adolescente deve ser tomado sob uma ótica mais amplo do que, meramente, um grupo a ser rechaçado. Sendo parte desse sujeito, qualquer intervenção sobre ele precisa transcender a barreira do julgamento moral ou legal e estar atenta para sua função no campo subjetivo. É evidente que, quando falamos em intervir, temos a pretensão de convidar o sujeito a repensar suas vinculações e alianças. Trabalhamos sob a premissa de que esse tipo de envolvimento culmina em uma série de danos sociais para o sujeito. Portanto, esperamos que, aos poucos, o sujeito comece a desenvolver uma nova forma de se articular frente às suas questões. Uma forma que não culmine com sua exposição a riscos de morte ou da perda de liberdade. Também não nos escapa o mandato social de interventores na ordem pública, tendo em vista que os adolescentes com os quais lidamos têm impacto direto nela. Contudo, nossa proposta de trabalho anseia deixar os mandatos e intenções em planos posteriores, trazendo para o primeiro plano a dimensão do sujeito.

Em nosso trabalho, pretendemos apresentar elementos importantes para o desenvolvimento da nossa hipótese. Inicialmente buscaremos delinear o contexto socioeducativo no Estado do Rio de Janeiro tomando como norte o DEGASE. Apresentaremos um breve apanhado histórico para localizar sua posição atual, que vem sofrendo mudanças junto com as percepções sobre o seu público alvo, os adolescentes em conflito com a lei. Problematizaremos algumas das práticas internas da instituição e explicaremos o trâmite do processo socioeducativo como se configura atualmente.

Posteriormente, apresentaremos nosso referencial quanto ao processo de formação de grupos na teoria freudiana. Nesse capítulo, desdobraremos algumas questões trazidas e respondidas por Freud quanto aos processos subjetivos dentro dos grupos. Sob esses alicerces, examinaremos uma aproximação entre grupos, destacados por Freud, como a família, as instituições militares, as religiosas. Acrescentaremos a eles o tráfico enquanto grupo organizado, representado pelas facções criminosas. Também apresentaremos uma articulação



de Jacques Lacan quanto à religião, movimento que, no nosso ponto de vista, aproxima ainda mais o tráfico e a religião como saídas possíveis ao sujeito, sobretudo o adolescente.

Como terceiro momento, traremos algumas considerações de Phillip Lacadée quanto à adolescência, que tratam desse momento particularmente turbulento e que falam propriamente do público com o qual trabalhamos. Encontraremos nele apontamentos muito precisos para orientar nossa sugestão alternativa de procedimentos no tratar institucional destes adolescentes. Embora não tenhamos a intenção neste trabalho de esgotar as discussões referentes ao problema do que fazer com eles, acreditamos que Lacadée nos possibilita sustentar propostas diferentes e mais interessantes sobre o tema.

Por fim, para ilustrar nossa proposta e pôr à prova nossa hipótese, apresentamos uma pesquisa realizada para a construção deste trabalho. Nele os adolescentes são convidados a falar de si, das suas histórias e de como eles as apreendem, sobretudo no que tange aos temas “família” e “tráfico”.

Esperamos encontrar nessa pesquisa elementos que conversem com nossa hipótese. Que elucidem com alguma substância o lugar especial do tráfico que supomos e as articulações dos adolescentes frente a ele. Também esperamos, com isso, colaborar para o desenvolvimento de uma estratégia mais efetiva e atenta ao que o sujeito traz consigo quando é escutado.

## **Capítulo I - O DEGASE**

**(ou: De onde vem o sistema socioeducativo, o que quer, como faz e qual o problema disso)**

### **1.1- Essas infinitas letras**

O Novo DEGASE é o órgão estadual responsável pela execução de Medidas Socioeducativas (MSE), impostas aos adolescentes do Estado do Rio de Janeiro, quando estes se envolvem em um ato infracional. Trata-se de um departamento atualmente vinculado à Secretaria de Educação. Suas diretrizes institucionais foram alteradas para adequação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que orientam a prática de cuidado e conduta com esses adolescentes. Esta reformulação, fica clara na mudança de nome - de DEGASE para Novo DEGASE – propondo um ajuste de perspectiva, buscando agregar novas orientações de ação com seu público alvo e problematizar discursos historicamente evidentes. Principalmente, inclui em seu novo discurso o caráter protagonizante do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Tal transformação de perspectiva aponta para profundas mudanças no planejamento de intervenção com os adolescentes sob sua tutela. Mudanças que tangenciam a maneira de se perceber e abordar a situação do adolescente em conflito com a lei, buscando novas formas de intervenção que considerem o desenvolvimento das formas de se ver e lidar com esse público.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, fruto da LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, dispõe, no seu artigo 1º, sobre o que se chama de proteção integral da criança e do adolescente, abarcando no conceito de proteção, providências e especificidades da ação em benefício desse público. O artigo 3º se refere aos já previstos direitos fundamentais da pessoa humana. O artigo 4º, estende a responsabilidade de zelar pelo atendimento desses direitos, fazendo-os dever da “família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público...”. Explicita que são “direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte,

ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. O Livro II do ECA (Título III, Capítulo IV) aborda especificamente as medidas socioeducativas, estabelecendo parâmetros e protocolos para sua aplicação. Tais detalhes serão desenvolvidos ao longo desse capítulo.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo se apresenta como:

Uma construção coletiva que envolveu nos últimos anos diversas áreas de governo, representantes de entidades e especialistas na área, além de uma série de debates protagonizados por operadores do Sistema de Garantia de Direitos em encontros regionais que cobriram todo o País. (SINASE, 2006, p.12).

É, portanto, efeito do debate, ainda em evolução sobre a situação do adolescente em conflito com a lei no Brasil, mirando nos processos que incidem sobre ele antes, durante e depois da sua passagem no sistema socioeducativo. É construir uma prática de ação que considere o que o ECA dispõe, mobilizando com maior ênfase os atores no contexto. Conforme descrito pelo SINASE, “Nestes últimos anos, muitos estudos e experiências demonstraram o quanto o sistema socioeducativo ainda não incorporou nem universalizou em sua prática todos os avanços consolidados na legislação”. (p. 11)

A mudança de secretaria à qual o DEGASE está subordinado, traduz a iniciativa de uma mudança no papel institucional “...sendo a única estrutura de atendimento socioeducativo do país vinculada diretamente à Educação” (Novo DEGASE, 2013). Com efeito:

Esta opção reforça o papel e dá um novo valor de referência à instituição, iniciando assim um processo de mudança estrutural (e metodológica) previsto no PASE-RJ (Plano de Atendimento Socioeducativo do Rio de Janeiro e pelo PPL (Projeto Pedagógico Institucional), promovendo maior sentido e direção a ações desenvolvidas. (ibid.)

Há, portanto, uma aproximação maior com o campo pedagógico tanto no planejamento, quanto na intervenção.

Por um lado, observamos que o acréscimo de objetividade adquirido pelo sistema, ao moldar-se pelo viés pedagógico tem algum poder de afastar as ações das inaceitáveis intervenções punitivas que ferem os direitos garantidos por lei, porém ainda com sucesso parcial. Por outro lado, estabelecem paradigmas de intervenção com o adolescente que ainda deixam descobertas questões fundamentais, sobretudo no que diz respeito às causas particulares dos seus agenciamentos que transcendem a agenda pedagógica. Por exemplo,

caso o tráfico tenha sido o agenciamento possível ao sujeito frente a uma determinada condição, retirar esse alicerce trará consequências possivelmente desestruturantes para ele.

A legislação trabalha com o conceito de “incompletude institucional”, que, essencialmente estabelece a impossibilidade de um único dispositivo dar conta dos diversos atravessamentos que incidem sobre a vida do adolescente. Pensando assim, busca resposta nos diversos setores também responsáveis por gerir o cuidado deste público. Consequentemente, exige a ação integrada com outros dispositivos que permitam ampliar a abrangência e eficácia do cuidado ao adolescente.

A questão se complexifica na medida em que os diversos saberes que passam a incidir sobre o adolescente o tomam sob prismas variados e que, eventualmente, encontram dificuldades em achar consenso quanto ao procedimento a ser tomado. É esperado que haja diálogo entre as variadas fontes de fala sobre o adolescente (inclusive o próprio, como uma fonte legítima) porém, os embaraços recorrentes denunciam um ruído no qual os saberes se atropelam e, não raro, se perdem. Essa questão é visivelmente expressa nas demandas pedagógicas ou judiciais que buscam na saúde mental resposta e orientação para questões que, muitas vezes, apontam para elas mesmas.

Por exemplo, há aqueles que supõem que o adolescente com problemas na escola tenha, obrigatoriamente um transtorno ou déficit cognitivo de alguma espécie, o que nem sempre é real. Ou que alguém envolvido em um ato infracional, particularmente grave e que se mostre impermeável às intervenções institucionais tenha, obrigatoriamente, alguma espécie de psicopatia, o que, também, não corresponde à realidade.

Nos dois exemplos, observamos uma dificuldade das pessoas em questionarem suas próprias práticas e, assim, delegarem a solução do problema a outra instância.

Aqui cabe um esclarecimento de que a solução não se dá através da inversão de lugares, fazendo da saúde o saber dominante sobre o pedagógico ou o judiciário. Replicar a lógica assimétrica, hegemonizando um sobre o outro apenas perpetua os desencontros identificados pelos exemplos citados. Trata-se, antes disso, de um arranjo entre os atores responsáveis pelas intervenções com esse adolescente, de forma que cada viés possa assumir um nível de autonomia equivalente. Assim, os diálogos e as intervenções dele decorrentes estarão mais próximos de uma consideração mais equilibrada da situação analisada.

A respeito das falas incidentes sobre o adolescente, destacamos a sua própria fala como legítima e, com isso buscamos nos aproximar de um processo chamado protagonismo juvenil.

O termo protagonismo, no sentido adotado dentro do jargão socioeducativo, significa proporcionar condições para que o adolescente possa ocupar o lugar central na sua vida. Que se torne, exatamente, protagonista da sua história. Remete à noção de que todos os atravessamentos que interferem na vida do adolescente passam por ele de alguma forma sendo produzidos ou elaborados por ele. A centralização no adolescente propõe que a ele compete o direito, o poder e a responsabilidade de administrar ou lidar com esses atravessamentos, fazendo-o sujeito do processo. Um sujeito que articula suas questões e precisa criar suas próprias soluções para elas. Contrária, portanto, uma noção objetificada do adolescente que fala dele apenas como produto de um discurso vigente. Com isso em mente, as estratégias socioeducativas propõem trazer o adolescente para o centro do planejamento do trabalho a ser realizado com ele. Ao menos, em teoria. Isso ocorre porque o campo onde se lida com o adolescente é palco de tensão entre diversas forças, às quais examinaremos em breve.

As medidas socioeducativas são ações impostas pelo poder judiciário como consequência de um processo que implica o adolescente na participação de um ato ilícito, chamado ato infracional. Em outras palavras, o ato infracional é a caracterização de um crime quando cometido por um adolescente.

Cabe ressaltar que, em termos legais, a adolescência é referente ao período entre 12 e 17 anos do indivíduo (ECA, Artigo 3º). Sendo assim, se alguém nesta faixa de idade comete uma ação ilícita, dá origem a um processo com características próprias. O ECA prevê o cumprimento de medida socioeducativa com prazo máximo de três anos para um ato infracional. Assim sendo, um adolescente que praticou um ato infracional e foi encaminhado ao sistema aos 17 anos e 11 meses, pode cumprir a medida máxima, até 20 anos e 11 meses. Ao fim desse período, o processo é extinto, arquivado e mantido nos registros em caráter de confidencialidade.

A passagem pelo sistema socioeducativo não cria registros futuros que possam ser acessados ao longo da vida adulta do adolescente. Para todos os efeitos é considerado réu primário, com “ficha limpa”, quando adulto.

As medidas socioeducativas são descritas de forma análoga aos crimes previstos no Código Penal. Conforme citam os processos, o adolescente é implicado em um ato infracional análogo a um crime. Exemplo: ato infracional de tráfico, análogo ao crime de tráfico previsto no artigo 33 do Código Penal.

Os diversos municípios do estado contam com varas, onde tramitam processos de naturezas específicas. Município maiores, como o Rio de Janeiro e, no caso analisado, Volta Redonda, contam com varas específicas. Em Volta Redonda, os casos referentes aos adolescentes em conflito com a lei são remetidos à Vara da Infância e Juventude. Existem, entretanto, municípios com apenas uma vara, chamada Vara Única, em virtude da baixa densidade demográfica. As varas (específicas ou únicas) de cada município são responsáveis pelos julgamentos dos atos infracionais ocorridos em seu território. Em alguns casos, quando as fronteiras entre os municípios são mais confusas devido à própria organização política das cidades, é possível observar um mesmo juizado julgando processos de uma região mais ampla do que a do município em si.

Após a avaliação do processo no seu município de origem, ao adolescente pode ser imposta alguma medida socioeducativa, se assim o juizado competente entender. Tal medida é avaliada conforme a gravidade referente ao ato infracional cometido, bem como se considera a situação social, cultural e familiar do adolescente. Após ser encaminhado para uma unidade socioeducativa, o processo do adolescente passa a ser julgado pelo juiz do município onde se encontra a unidade na qual ele está. Exemplo: quando um adolescente de Angra dos Reis é encaminhado pelo juiz deste município para o cumprimento de medida socioeducativa de Internação, no CENSE de Volta Redonda, o juiz de Volta Redonda passa a ser o avaliador responsável pelo processo, que é encaminhado através de uma Carta Precatória. Esta transfere os poderes de avaliação do juiz remetente para o juiz endereçado. Entretanto, ainda é possível encontrar casos, sobretudo em situações de semiliberdade, nos quais os juízes das comarcas remetentes não expedem tais cartas delegando os poderes de avaliação e conservam a autoridade de avaliar o andamento destes processos.

Um dos avanços no que tange à proposta socioeducativa, é a busca da territorialização das suas avaliações. Com a expansão de unidades socioeducativas no estado, pretende-se pulverizar entre diversos municípios, a competência de julgar os processos, os levando o mais próximo possível do território do adolescente. Espera-se que, assim, juzados mais cientes da

conjuntura sociopolítica de uma região possam avaliar os processos com tal conjuntura em mente. Pretende-se, com isso, alcançar um grau mais assertivo para as medidas socioeducativas impostas, considerando questões de território, que são variáveis entre as regiões do Estado.

A expansão na construção de unidades socioeducativas também busca especificar com maior agudeza a intervenção com esses adolescentes. Eles passam a ser acompanhados mais próximos às suas casas, conforme determina o SINASE, através do seu princípio de municipalização do atendimento, previsto pelo artigo 88, inciso I do ECA:

O significado da municipalização do atendimento no âmbito do sistema socioeducativo é que tanto as medidas socioeducativas quanto o atendimento inicial ao adolescente em conflito com a lei devem ser executados no limite geográfico do município, de modo a fortalecer o contato e o protagonismo da comunidade e da família dos adolescentes atendidos. (SINASE, 2006, p. 31)

A proximidade geográfica busca também promover facilidades operacionais, mantendo o adolescente mais perto do seu território, família e pontos de referência. Assim, questões de ordem prática, como visitação familiar, inserção em atividades do próprio território e referenciação a outros dispositivos, como os de saúde e educação, podem ser desenvolvidas durante o processo socioeducativo com mais facilidade e podem ser mantidas após a saída do adolescente do sistema, potencializando sua adesão.

O processo legal prevê cinco procedimentos possíveis de ações judiciais frente ao ato infracional. As três primeiras alternativas, pressupõem um percurso do adolescente esperando sua evolução frente à problemática do ato infracional. Os dois últimos procedimentos descritos pretendem realizar um reparo no dano causado ou incidir de maneira pontual sobre o adolescente. A seguir, apresentamos os tipos de medida socioeducativa, ordenados de acordo com o grau de restrição de liberdade.

- Internação, comporta a privação integral de liberdade;
- Semiliberdade, com uma parcial liberdade de trânsito no território;
- Liberdades Assistidas e as Prestações de Serviço Comunitário, medidas em meio aberto, com liberdade integral de trânsito, mas com monitoramento institucional;
- Obrigação de reparar o dano, com nome autoexplicativo;
- Advertência, admoestação verbal devidamente registrada e assinada.

As medidas de Internação são impostas pelo juizado em situações cujo ato infracional é considerado mais grave, como casos de homicídio e roubos com grave ameaça, além de situações de reincidência do adolescente no ato infracional. Também é comum essa determinação judiciária para atos infracionais análogos a crimes hediondos, como estupro. O tráfico de drogas possui uma peculiaridade por tratar-se de um ato infracional que, segundo o entendimento de muitos juízes, pode estar associado a outros atos infracionais. A natureza complexa do tráfico e seus desdobramentos oriundos das organizações criminosas têm orientado as decisões judiciais a determinarem medidas socioeducativas de internação também para os adolescentes nessa situação.

O tráfico ocupa, em nosso trabalho, uma posição ímpar que transcende a questão prática do ato infracional. Para os sujeitos em questão, ele não remete apenas a um engajamento em uma ação ilícita, mas sim a um discurso. Um modo de ser, fazer e viver.

No regime de Internação, o adolescente é encaminhado aos Centros Socioeducativos que se localizam em diversas regiões do estado - Volta Redonda, inclusive - sob o critério de proximidade com o local de residência do adolescente. Em internação, o adolescente será inserido em atividades escolares, esportivas e profissionalizantes, além de receber cuidados pertinentes à saúde. Para tanto, as unidades de internação contam com escolas próprias, estruturadas dentro do seu espaço físico, além de locais equipados para a realização dos cursos profissionalizantes e atendimentos básicos de saúde, também dentro do seu próprio espaço. Certamente existirão diferenças entre as diversas unidades de internação, referentes ao seu grau de conservação, disponibilidade de material para os cursos e profissionais para ministrá-los.

O adolescente é acompanhado por uma equipe multidisciplinar com predominância de profissionais da área da saúde e da educação: as equipes contam com psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, professores, médicos, enfermeiros, dentistas e agentes socioeducativos, tendo poucas variações, conforme as disponibilidades profissionais e materiais.

Esperamos que o regime de internação, com seu caráter intensivo, possa intervir na atitude do adolescente frente a atividades ditas edificantes, fazendo com que ele se engaje nelas e as inclua em sua rotina. Tais atividades buscam suprir carências no seu processo de formação. Alguns fatores como baixa escolaridade e pertencimento a camadas sociais economicamente menos favorecidas são predominantes nas instituições.



Não podemos negar uma certa generalização na proposta institucional, ao supor que todos os adolescentes tenham uma mesma trajetória no que chamamos socioeducação. Quando identificamos certo automatismo por parte de alguns adolescentes que repetem o plano de “estudar, trabalhar, fazer curso”, expressando aquilo que supõem ser o que os avaliadores desejam ouvir, concluímos que não estão tão longe da verdade. É isso que a instituição lhes apresenta. “Estude, faça um curso profissionalizante, consiga um trabalho”, é o que dizemos a ele em nossas propostas. Há pontos de fuga, que se debruçam sobre a discussão daquilo que o sujeito deseja e que, não raro, foge do planejamento institucional. Porém, ainda nos escapa o manejo dessas demandas.

A posição institucional é a de que é preciso promover a aquisição de recursos pelo adolescente. Que este, inábil, adquira habilidades na forma de diplomas, para entrar no nosso competitivo mercado de trabalho. Busca expandir as ofertas de cursos profissionalizantes esperando que assim haja mais possibilidades para ele. Que, com essa ampliação de abrangência, possa ofertar mais escolhas ao adolescente. Entretanto, essa posição permanece surda ao que foge do “estudar trabalhar e fazer curso”. Ela atinge o adolescente que pretende ter uma fonte de renda para sustentar ou ajudar sua família; ele pode ser um pintor, um mecânico ou soldador. Mas o que a instituição tem a dizer para o adolescente que quer ser bailarino? Ou para aquele que quer fazer uma faculdade de medicina? E para o que deseja ser traficante?

Deixemos claro: esses exemplos não são apresentados para apontar a limitação de recursos institucionais. Isso seria permanecer na lógica que problematizamos, de aquisição de habilidades sob o viés quantitativo, como se a situação se resolvesse com o aumento do número de cursos profissionalizantes oferecidos e a meta fosse tornar-se abrangente o suficiente para abarcar todo o catálogo de profissões. Nosso questionamento caminha em outra via. A questão é que não nos encontramos aptos a lidar com uma demanda que aponta para anseios menos práticos.

Como exemplo, cito o embaraço de uma intervenção nossa em um episódio que foge à lógica dessa prática. Quando um adolescente nos disse que queria ser músico e um outro, que queria ser jogador de futebol, o que nós respondemos foi que, além disso, seria conveniente pensarem em um plano “B” e que se engajassem também em um curso profissionalizante. É fácil, perceber a captura pelo mantra “estudar, trabalhar, fazer curso”, reproduzido na nossa

fala. A demanda institucional, encarnada na nossa intervenção, devora aquilo de particular que o adolescente traz em sua fala. Quando nos deparamos com uma demanda que fugia ao plano institucional, tentamos recapturá-la para o modelo com o qual estamos acostumados; um desconcerto que responde apelando para o retorno ao *status quo*. Essa contradição pode ser observada repetidamente na rotina institucional, nos planejamentos de intervenções, nos Planos Individuais de Atendimento.

Acreditamos que isso se deva ao nosso próprio embaraço quanto aos desafios e estranhamentos frente às demandas. Como falar sobre a carreira de medicina para um adolescente que, aos 17 anos, está na quinta série e que pretende terminar os sete anos seguintes do estudo em apenas três? O que temos a dizer para o adolescente que compreende o percurso profissionalizante, entende as limitações e dificuldades do mercado de trabalho e opta por seguir a carreira de traficante?

O segundo passo do processo socioeducativo no DEGASE é a semiliberdade. Nela, o adolescente é encaminhado a um Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD), onde, espera-se, mantenha assiduidade e comprometimento com as atividades iniciadas na internação. Um grande diferencial, nesta etapa, é o de que o adolescente passa a circular nos meios públicos sob sua própria responsabilidade, passando a usufruir dos recursos do território para sanar necessidades de educação, saúde e lazer. O papel do CRIAAD é o de acompanhar os adolescentes nesse processo, observando e intervindo na forma que eles se relacionam com os outros dispositivos.

Nesse cenário, pretendemos avaliar o quanto o adolescente é capaz de gerenciar sua própria rotina, como ele lida com os assédios cotidianos e auxiliá-lo a montar soluções para as eventuais questões com as quais vai se deparar. A família passa a ser convocada de maneira mais ostensiva, posto que também recobra sua responsabilidade sobre o adolescente, antes acautelado na internação. Ele, por sua vez, adquire o direito de ir para casa aos finais de semana e compete à família manter supervisão sobre ele e dar retorno ao CRIAAD quanto à sua conduta. É nesse momento também que a equipe do CRIAAD intensifica a orientação à família ou, em caso de necessidade, encaminha para serviços especializados.

Nessa etapa da medida socioeducativa, os limites com os quais o adolescente passa a se deparar são de ordem predominantemente simbólica. Especialmente nas regiões mais interioranas, os CRIAADs têm estruturas nitidamente mais abertas, se comparadas às de

centros urbanos maiores, de maneira que seus muros não têm função de contenção real sobre a ida e vinda do adolescente. Nesse sentido, manter-se em cumprimento de medida socioeducativa é muito mais uma questão de implicação com um acordo ou projeto estabelecido, do que um cerceamento físico no trânsito do adolescente. O trabalho, portanto, opera em um nível de responsabilidade do sujeito pelas suas ações e efeitos das suas escolhas tomadas longe dos olhos institucionais. É verdade que é neste momento que alguns adolescentes se evadem da medida socioeducativa, descumprindo o planejamento criado na internação ou na semiliberdade. Entretanto, é até surpreendente a quantidade de adolescentes que seguem as normas institucionais no regime de semiliberdade, com maior ou menor dificuldade, mas permanecem na unidade.

O regime de semiliberdade impõe uma rotina e uma conduta que se chocam, em alguns momentos, com os anseios do adolescente e, sempre que isso acontece com maior intensidade, ele se vê em posição de rechaçar o acordo estabelecido. Quando ele persiste, pagando o preço do seu acordo, abdicando de algo, é indicativo de que está mobilizado a se engajar no acordo. Certamente ele o faz à sua maneira mas, ainda assim, a resiliência do adolescente em manter o contrato do regime de semiliberdade é considerado um fator importantíssimo para pensarmos em sua posição frente ao que chamamos de protagonismo do sujeito em sua vida.

Por último, vamos nos deter no terceiro estágio, ou seja, as medidas socioeducativas em meio aberto, que são de âmbito municipal. Sendo assim, não compete ao DEGASE gerenciá-las. Isso não quer dizer, entretanto, que ele deve alienar-se quanto às suas práticas, tampouco significa que não deve haver contato entre os dispositivos do DEGASE e os responsáveis pela execução de medidas de meio aberto. Esses dispositivos são conhecidos como os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e as medidas de meio aberto administradas por eles são duas: a Liberdade Assistida (LA) e a Prestação de Serviços Comunitários (PSC).

A Liberdade Assistida é aplicada de forma bastante frequente como fase final do percurso socioeducativo do adolescente no sistema. O CREAS segue supervisionando o adolescente, intervindo com orientações e acompanhamentos profissionais quando demandado, além de fazer o monitoramento do adolescente. Em geral, o monitoramento consiste na presença sistemática do adolescente em acompanhamentos pontuais, normalmente

de frequência semanal, nos quais ele deve prestar contas do seu envolvimento com as atividades planejadas durante as medidas anteriores. Portanto, cabe ao CREAS monitorar se o adolescente vem dando sequência ao percurso escolar e profissionalizante, aos tratamentos de saúde e, se também, segue afastado de relações ilícitas. Essa fase é de grande importância na medida em que o adolescente está em seu nicho, sujeito aos enfrentamentos cotidianos com muito mais exposição do que nos regimes anteriores. Espera-se que o adolescente, em contrapartida, esteja apto a lidar com as suas problemáticas de forma mais independente da instituição e se afastando do envolvimento com a criminalidade

A Prestação de Serviços Comunitários, consiste na implicação do adolescente em uma atividade determinada pelo judiciário ou pelo CREAS, com o intuito de sanar algum tipo de dano ou de engajar o adolescente em uma ação de ganho comunitário. No DEGASE há poucos casos em que esta medida foi sugerida pelo judiciário.

Refletindo sobre os três momentos da medida socioeducativa, é preciso analisar como o adolescente transita entre eles. Conforme apontado anteriormente, o adolescente é acompanhado por uma equipe multidisciplinar que se encarrega de estabelecer junto a ele um Plano Individual de Atendimento (PIA). O plano prevê, em sua elaboração, a identificação de causas que podem ter levado o adolescente à ação ilícita, bem como a identificação dos seus interesses, potencialidades e fragilidades.

De acordo com as possibilidades institucionais, é pactuada com o adolescente uma série de ações cujo efeito, espera-se, agregará a ele maior autonomia, ampliará sua percepção quanto à sua condição e suscitará reflexão sobre suas ações. Em geral, as ações circundam a retomada no percurso escolar, matriculando o adolescente nas escolas do território (no caso da semiliberdade) ou da própria unidade socioeducativa (no caso da internação), bem como acompanhando sua frequência. O adolescente também é encorajado a tomar parte em um curso profissionalizante. Os cursos, em geral, são promovidos por entidades parceiras do DEGASE no território e são ministrados em suas próprias sedes, quando ofertados a adolescentes em semiliberdade ou na própria unidade socioeducativa, no caso de adolescentes em internação. O Plano Individual de Atendimento (PIA) comporta também a avaliação e tratamento em saúde e saúde mental, englobando, inclusive intervenções em caso de dependência química. Tendo em vista que o comprometimento do adolescente no campo da saúde pode estar estreitamente ligado ao seu ato infracional, é parte do PIA providenciar

cuidados para essa situação. Em particular, a relação com a droga é um atravessamento recorrente observado neste público, seja manifesto em uma relação de dependência ou não. Existem, ainda, casos de psicoses que, nesta unidade em particular, não são muitos.

A família também é envolvida com o intuito de agregar mais riqueza de detalhes à avaliação do plano e mais consistência às ações propostas. Essencialmente, o PIA visa promover responsabilização e autonomia para o adolescente, sob a ideia de que, com isso, poderá lidar de maneira mais madura com os impasses cotidianos e, como consequência, estruturar uma forma de estar na vida alternativa à participação no ato ilícito. Elaborado o PIA, sua prática passa a ser a rotina institucional do adolescente, contemplando as atividades que realizará e os objetivos desejados.

O planejamento, é importante lembrar, só tem valor quando construído junto ao adolescente; por definição, o PIA deve ser construído junto às necessidades e desejos particulares do sujeito. A identificação dos termos citados, como potencialidades e fragilidades deve orientar o tipo de atividade a ser promovida com o adolescente. Em certo sentido, o PIA é um instrumento que foi construído para formalizar um processo de escuta do adolescente por parte da instituição. Escuta, enquanto ação de dar espaço para que ele fale e tenha sua voz ouvida. Espera-se chegar, assim, a uma elaboração de PIA mais próxima a algo que toque o adolescente em seus anseios.

Na função de psicólogo, orientado pela psicanálise, cabe uma interrupção nesse ponto para acentuar a função de escuta no protocolo institucional do PIA. No corpo da equipe técnica, formada dentro da unidade pesquisada, encontram-se psicólogos de diversas formações. Assim sendo, no que tange ao método e ao processo de produção de subjetividade, existem práticas e percepções bastante plurais. Embora as diretrizes institucionais como, por exemplo, o protagonismo do adolescente sejam pontos comuns, as leituras, interpretações e intervenções que cada profissional planeja e executa com o adolescente sob seus cuidados é ímpar.

Falamos, portanto, de uma posição própria no que se refere à conduta com o adolescente. Uma posição orientada pela psicanálise que fundamenta a postura por nós adotada. Na prática de atendimento aos adolescentes, tentamos fazer desses espaços circunstâncias que propiciem acesso a eles, em um âmbito bastante próprio da psicanálise, que é o inconsciente. Pretendemos uma apropriação dessa escuta, originalmente do sentido

mais prático e protocolar, o PIA, em um sentido clínico. Isto é, almejando ceder espaço para aquilo que se manifesta na fala do sujeito adolescente, mas que ele não tem ciência. Buscamos seu inconsciente. Tentamos acessar o que o adolescente traz em sua fala que denuncia sua posição, seu discurso frente ao que ele traz como questão. Seja o tráfico, seja a droga, seja o ato infracional. Seja o que for.

Há uma torção no sentido da escuta que a instituição procura com o PIA, mais prática, e a escuta que tentamos promover nos atendimentos ao adolescente. Essa torção, entretanto, não se faz sem dificuldades, como é o caso do exemplo citado, no qual nossa intervenção deslizou do lugar de analista e reproduziu um dogma institucional. Além disso, não raro, a posição psicanalítica confronta demandas judiciais que requisitam respostas ou posicionamentos de outra ordem, normativos, a respeito dos adolescentes. Também são cotidianos os arranjos necessários frente aos conflitos, no cenário institucional, que se orientam por outros parâmetros, como o da segurança ou o próprio judicial. Se, em uma situação de briga, por exemplo, podem existir atravessamentos clínicos na ação do adolescente, ele terá, primeiro, que se entender com as intervenções de segurança, como ser contido, apartado, isolado, além de ser encaminhado para os registros de ocorrências necessários, para só depois elaborar o evento em atendimento psicológico. Ainda, em exemplos mais corriqueiros, porém tão significativos quanto, os adolescentes devem se sujeitar a normas de trânsito na unidade: permanecer calado, desviar olhar, sentar, caminhar, assim como seguir normas de vestimenta (uniforme) e tipo de corte de cabelo.

Retomando a descrição da dinâmica dos processos das medidas socioeducativas, precisamos esclarecer que, ao fim do prazo determinado pelo judiciário para a reavaliação do caso (ou ao fim de 6 meses, o que vier primeiro), a equipe de referência deve elaborar um relatório multidisciplinar a ser encaminhado para o juiz responsável. Tal relatório registra os progressos e impasses apresentados ao longo do cumprimento da medida e se soma ao PIA, que também é enviado ao judiciário registrando as metas estabelecidas, seus resultados e impasses. Através dos relatórios e da posição sustentada pela equipe, o juiz deve tomar a decisão de progredir o adolescente para uma medida socioeducativa mais branda ou de manter a medida socioeducativa atual, caso entenda que resultados satisfatórios não foram alcançados. Cabe ressaltar que, embora a equipe possa sustentar uma percepção quanto ao

caso, não há obrigatoriedade de o judiciário acatar as sugestões técnicas. Em última análise, a palavra final é do juiz quanto à progressão, ou não, do adolescente.

Sobre o processo de avaliação, é importante destacar que essa relação entre o campo técnico e o judiciário não se dá sem tensões. Sendo saberes de instâncias diferentes e também sujeitos a demandas sociais diferentes, é relativamente comum haver divergência quanto à análise do progresso realizado pelo adolescente. Uma avaliação técnica, que se debruça sobre o processo socioeducativo seguido pelo adolescente, está prioritariamente comprometida com este sujeito e os agenciamentos promovidos com e por ele. No entanto, é razoável supor que a ação judiciária esteja orientada por outras forças, como o seu saber, em particular a jurisprudência e as demandas sociais.

Como exemplo dos conflitos observados, temos os constantes questionamentos dos adolescentes sobre os motivos das decisões judiciais. Por um lado, os adolescentes operam sob o viés proposto pela equipe técnica, de que seu progresso, em seu contexto, está referenciado no empoderamento das suas questões com algum nível de resolutividade. Porém, ao se depararem com situações em que outros adolescentes, aparentemente menos comprometidos, progridem para medidas mais brandas devido à natureza do seu ato infracional, teoricamente menos grave, questionam a legitimidade do sistema socioeducativo, do judiciário, da equipe e até do seu próprio investimento.

A divergência de parâmetros entre a avaliação técnica e a judicial causa desencontros para todos os atores envolvidos com o processo socioeducativo, sobretudo para o próprio adolescente. Há a predominância da decisão investida no judiciário, diante de uma divergência. A assimetria entre esses dois dispositivos que intervêm na avaliação do adolescente, apesar de serem autônomos, redundam em problemas de legitimidade de alguns desses atores.

Apesar da proposta socioeducativa ser o alvo principal das instituições, o caráter punitivo das medidas socioeducativas não deixa de ser destacado em certas decisões judiciais, correlacionando a gravidade do ato infracional e o tempo de medida socioeducativa imposta. Tal posição, se não é controversa, ao menos sinaliza para algum descompasso ainda presente entre os discursos que falam do adolescente e que incidem sobre ele. Se a imposição de uma medida socioeducativa é aplicada mediante a gravidade do ato infracional, fazendo uma

relação objetiva e direta entre ele e o tempo a ser cumprido, estamos trabalhando sob uma pauta que desconsidera a significação do ato em si para o sujeito.

Por exemplo: um processo de homicídio motivado por uma ameaça de morte proveniente da vítima seria considerado tão grave quanto um homicídio por razão fútil. Ou ainda, um adolescente apreendido por tráfico com ação limitada a pequenas incursões de vendas esporádicas e com baixo ou nenhum potencial de ameaça, de caráter “varejista”, passa a ser considerado tal qual o grande gerente de uma “boca de fumo”, responsável por uma rede de grande movimentação e de altíssima ameaça.

É preciso reconhecer que o processo é avaliado individualmente pelo judiciário, buscando oferecer as oportunidades de defesa garantidas por lei ao réu. Contudo, se considerarmos esse descompasso quanto ao caráter avaliativo das progressões, temos a impressão de que o aspecto particular de cada caso se dilui no tempo, aproximando todos de uma lógica bem mais uniforme. Percebemos esta uniformidade, ao trabalharmos com estimativas como: ao ato infracional de tráfico de drogas é comumente aplicado o tempo de 6 meses a 1 ano, já o de homicídio fica entre 1 ou 2 anos.

Como a medida socioeducativa se propõe a intervir no sujeito e, em suas respostas frente às questões que o levaram ao cometimento do ato infracional, é de se esperar que os encaminhamentos sejam tão particulares quanto os sujeitos. Ou seja, uniformizar o tempo de cumprimento de medida socioeducativa apenas pela característica do ato infracional, desconsidera a própria capacidade do sujeito de se empoderar das suas questões.

É fato que alguns adolescentes reassumem posições com maior facilidade do que outros, seja por engajamento do próprio, seja por apoios periféricos como a família ou até pela eficiência da intervenção institucional. Ao pautarmos seu progresso (traduzido pelo tempo de medida socioeducativa cumprida) apenas pelo ato infracional, desqualificamos os seus esforços. Daí a frequência do descontentamento de certas falas, sobretudo quando o adolescente recebe uma manutenção de medida – ou seja, o juiz determina que cumpra mais tempo. Alguns deles, passam a achar que o engajamento em outro paradigma de vida é irrelevante.

Existem, ainda, outros embaraços como, por exemplo, a noção de responsabilidade, cuja percepção pode variar. Também podemos identificar divergências quanto a traços de personalidade, como a introspecção, cuja experiência já nos mostrou que pode ser mal



interpretada e qualificada como característica negativa ou suspeita e, portanto, argumento para não considerar o progresso do adolescente suficiente.

## 1.2- SOCIOEDUCAÇÃO

Falamos diversas vezes sobre “socioeducação” sem estabelecer bem seus termos. Afinal, socioeducação consiste em que tipo de ação de um sujeito sobre o outro, ou sobre si? O que quer um socioeducador? Para responder a essas questões, comecemos pelo caminho mais fácil, que é o de dizer o que não é socioeducação. Ao menos, o que não deveria ser.

Desde o início, é importante ter em mente que socioeducação não consiste em moldar um sujeito. Não se trata de formatá-lo em um certo estereótipo que se adeque aos anseios particulares de alguém. Tampouco consiste em fazê-lo melhorar, por assim dizer, imprimindo-lhe valores, os quais, presunçosamente, supomos que ele não tem.

Na verdade, qualquer discurso que se preste a esse tipo de intervenção está fadado ao fracasso, caso tenham como meta socioeducar. É possível docilizar o indivíduo, como Foucault (1975) descreve. Esse processo, entretanto, vai na contramão das propostas trabalhadas pela socioeducação. Um sujeito protagonista da sua vida nada tem de mortificado ou docilizado. Ao contrário. Um sujeito protagonista é, por definição, ativo. Isso não se constrói destituindo o sujeito de poder, mas sim imbuindo-o dele e dos seus efeitos, como a responsabilidade.

A ação socioeducativa, portanto, é a preparação do jovem para o convívio social, e para isso concorrem todas as atividades para desenvolver o seu potencial para ser e conviver, isto é, preparação para conviver consigo mesmo e com os outros. Se isso não for alcançado como meta, tudo será inútil, como preceitua o professor Antônio Carlos. (NOVO DEGASE, 2013, p. 2)

Esta afirmação citação se refere a ideias do professor Antônio Carlos Gomes da Costa, pedagogo falecido no ano de 2011 e que foi um personagem muito importante no planejamento e desenvolvimento da nova filosofia adotada pelo Novo DEGASE.

A proposta socioeducativa, como é sustentada no Novo DEGASE, procura engendrar uma intervenção que passe pela problematização da condição no adolescente alvo. Pretende municiar o sujeito de ferramentas que permitam a ele apreender seu estado, sua condição, no maior grau de complexidade possível. Todo sujeito está atravessado por sua história, seus

desejos e suas escolhas. É produzido por eles, bem como os produz, na sua relação com o mundo. A Psicanálise tratará tanto da constituição do sujeito como da sua posição discursiva enquanto produto da sua relação com o Outro. Espera-se que um sujeito mais consciente desses atravessamentos, mais ciente do seu papel nessa dinâmica, possa se assenhorar desses processos e realizar operações mais produtivas com as suas próprias demandas e as de terceiros. Com seus desejos e seus sintomas.

Adotamos o nome de adolescente em conflito com a lei, desde já dando uma pista da nossa perspectiva quanto a forma de relação estabelecida por ele. Na verdade, é possível pressupor uma certa redundância na expressão, posto que comporta em si os termos “adolescente” e “conflito”, já que a condição da adolescência flerta intimamente com a noção de conflito. A pretensão socioeducativa é auxiliar o sujeito a fazer emergir dessa relação algo além do conflito.

No que tange ao contexto dos atos infracionais, especificamente no caso do tráfico de drogas, o processo socioeducativo se propõe a promover recursos para que o adolescente possa analisar sua trajetória e entender os processos que culminaram com sua apreensão. Existem, nessa análise, diversas ramificações a serem destacadas, como, por exemplo, as relações promovidas pelo adolescente, as escolhas feitas por ele, suas angústias e desejos. A verdade é que o processo socioeducativo sustenta uma aposta de que o adolescente, munido de uma percepção mais aguçada quanto aquilo que o acomete e o mundo que o cerca, é capaz de realizar escolhas e inventar soluções diferentes daquela que o levou à institucionalização. Essa aposta é baseada no entendimento de que o adolescente é causa e efeito do seu próprio mundo, sendo o ator de maior relevância na construção que faz da sua vida.

### **1.3- Ciranda de siglas**

É recorrente que, ao participar de rotinas e práticas particulares de uma área, nasça uma intimidade tamanha com ela que nomes estranhos passem por nós sem atentarmos para seu real significado. Essas siglas, muitas vezes, soam aos ouvidos alheios esvaziadas do que significam. As siglas ocupam os nomes não apenas quando escrevemos, mas também em nossos pensamentos.

Pensamos “CRIAAD”, muitas vezes ignorando o significado ali escondido por trás das letras. Esquecemos que o CRIAAD é, como chamam na vizinhança “o antigo CRIAM”, no qual a letra “M” foi substituída pelas letras “AD”. Afinal, não se chama mais de “menor” o adolescente em conflito com a lei, mas, simplesmente, de “adolescente”. “Menor”, termo com carga pejorativa, foi substituído por outro supostamente mais adequado, trazendo bandeiras de mudança quanto à posição do Estado frente aos adolescentes. Agora, diz o Estado, fica para trás o perfil segregatório e normativizador que tratava do “menor”. Os termos “menor abandonado” ou o “menor infrator” dão lugar à expressão “adolescente em conflito com a lei”. Agora, esse adolescente, sujeito em desenvolvimento, nos convoca a uma nova posição de enfrentamento quanto às suas questões, a repensar o projeto socioeducativo, analisando a eficiência da “medida socioeducativa” e o protagonismo desse “socioeducando”. Os adolescentes são pessoas em construção e devem ser ouvidos, conforme está descrito no nosso Plano de Atendimento Socioeducativo (PASE) e no Projeto Político Pedagógico (PPP). Estas são apenas mais duas das intermináveis siglas que orbitam as o trabalho institucional.

Mudamos os nomes, mas a cultura insiste. A cultura que faz do sujeito que não se enquadra o invisível, o amordaçado ou inimigo a ser combatido. Não que a nomenclatura seja irrelevante. Pelo contrário, toda nossa articulação aponta justamente para a importância da nomeação do sujeito, dentro de uma ótica psicanalítica. A questão é que essa mudança de nome aliada à permanência da cultura, da velha prática, apenas cria novos apelidos para esse sujeito. Chamemos de “adolescentes”, “menores”, “pivetes”, “socioeducandos”. O significado segue o mesmo. Sempre é aquele que não é meu filho e que morre sem deixar outros rastros que não o dado estatístico.

Ainda mais traiçoeiramente, os novos nomes que, muitas vezes, encobrem as velhas práticas ajudam a relaxar a tensão que põe em pauta a crítica à política vigente. Fazem cair o nível de angústia para o limite do tolerável, dando a falsa ideia de que se avança para a solução de um problema, cessando o movimento crítico sobre aquilo que se tenta mudar. Enfim, geram acomodação.

Ainda sobre essa ciranda de nomes, que giram e retornam ao mesmo lugar como uma espantosa revolução de 360 graus, o momento atual é muito oportuno, quando no ano de 2015 tivemos em pauta a discussão sobre a redução da maioria penal. Um momento controverso em que o mesmo Estado que defende as prescrições legais para o adolescente, como sujeito

em desenvolvimento, pensa, por pressão da sociedade, em destituí-lo dessa condição, transformando-o em adulto. Isso só reafirma que, seja “menor”, seja “adolescente”, esse sujeito ainda é ameaçador. A diferença é que se antes as pessoas atravessavam a rua para evitar cruzar com o “menor”, agora cruzam para evitar o “adolescente”, ou seja, continuam a se sentir ameaçadas.

Há uma perceptível aproximação entre a adolescência e a criminalidade, sobretudo ao observar o aumento do recrutamento dos jovens para o crime organizado sob o pretexto de que eles receberem sanções mais brandas por parte da justiça por ainda não serem maiores de idade. Além disso, em observação empírica, há uma sensação de que a média de idade entre os que são recrutados tem reduzido com o passar do tempo, sendo expressivo o número de adolescentes com 12 a 14 anos, e até mesmo de crianças, com idade inferior a 12 anos, já imersas nas atividades do crime organizado. Estas, por sinal, se encontrariam isentas da intervenção direta da justiça sob o aspecto sancionatório. É recorrente encontrarmos relatos nos quais adolescentes envolvidos em situações ilícitas junto a indivíduos maiores de idade, assumam a autoria do ato para proteger os mais velhos. Portanto, consideramos que há uma crescente relação entre a adolescência e a criminalidade, não apenas no espectro estatístico, mas, principalmente, no imaginário social. Há tendência de culpabilizar exclusivamente o adolescente, talvez em virtude da pecha desafiadora à qual está referida a adolescência. Esta perspectiva não contabiliza fatores externos como sua situação socioeconômica, o próprio capitalismo ou as forças envolvidas no seu processo de subjetivação.

Observando o público com o qual nos relacionamos nessa pesquisa e o status por ele ocupado no cenário social, percebemos que, nesse contexto, a adolescência passou a ser sinônimo de criminalidade. Parece que, nesses casos, chegamos ao cume de um processo onde a adolescência passou de um momento de rebeldia para o de transgressão e, por fim, para o de crime.

Do nosso ponto de vista, quando a rebeldia vira crime, e aquilo que se opõe ao *modus operandi* instituído, passa a ser sistematicamente rechaçado, nos tornamos surdos e cegos aos problemas emergentes de nossas relações enquanto sociedade. Passamos a caminhar perigosamente perto do totalitarismo.

## **2- O TRÁFICO**

**(ou: Uma alternativa lógica para quando tudo mais falha frente a uma pergunta sem resposta)**

### **2.1 – A Organização do tráfico em Volta Redonda**

O tráfico de drogas, hoje, no estado do Rio de Janeiro, é monopolizado pela ação de grupos chamados facções que competem entre si, buscando o domínio das regiões. Os maiores grupos são o Comando Vermelho, o Terceiro Comando e o Amigos dos Amigos. A existência de tantos elementos entre os maiores grupos se deve ao fato de diversas dissidências entre os seus comandantes ao longo desses 35 anos de existência. Nosso estudo, contudo, não pretende desenhar o mapa histórico das origens e relações entre as facções e se concentrará na divisão atual encontrada na cidade pesquisada.

Em Volta Redonda e na região Sul Fluminense, área de abrangência do CENSE que sedia nossa pesquisa, há a presença particularmente forte de duas das facções citadas: o Comando Vermelho (CV ou CVRL) e o Terceiro Comando Puro (TCP). É possível observar alguns indícios da presença de outros grupos, como o Amigos dos Amigos (ADA) pichados em alguns muros ou o Primeiro Comando da Capital (PCC) - facção predominante em outros Estados, como São Paulo ou Paraná - tatuado no braço de um adolescente, ou na fala de um outro. Contudo, nos seis anos de experiência com adolescentes em conflito com a lei, estas

foram as duas únicas exceções encontradas nas unidades socioeducativas, onde trabalhamos. Os demais se declaravam, invariavelmente, como filiados ao Comando Vermelho ou ao Terceiro Comando.

Existem algumas hipóteses sobre a causa dessa predominância. A primeira delas é o fato da adesão dos adolescentes a uma facção estar profundamente ligada com seu local de origem. É comum que um adolescente se filie à facção dominante em seu bairro ou sua comunidade, seguindo mais uma razão geográfica do que ideológica. Curiosamente, após sua filiação é comum que alguns adolescentes passem a defender bandeiras ideológicas da facção; declarando, por exemplo, que sua facção é digna por não assaltar trabalhadores. Os dogmas de cada facção podem variar de acordo com quem fala ou podem possuir um grau de flexibilidade que se curva à necessidade. Se, por um lado, um adolescente diz que determinada facção não tolera o estupro, por outro, há casos de adolescentes que respondem processo por estupro, mas convivem sem problemas com os membros da facção. Se um jovem declara que sua facção não tolera roubo de trabalhadores, o conceito de “trabalhador” pode ser extremamente diversificado, excluindo pessoas que não respeitam a presença da facção no território, por exemplo.

Uma segunda hipótese sobre a prevalência do CV e do TCP seria a adequação dos adolescentes ao grupo predominante no local de residência atual, independente da predominância no local de origem. Considerando que esses dois grupos são o de maior força na região, é possível supor que o adolescente se adeque ao grupo predominante, filiando-se a ele. Há pelo menos um caso particularmente ilustrativo, no qual o adolescente trocava de facção de acordo com sua residência. Enquanto residia em uma comunidade dominada pelo CV, dizia-se filiado a ele, mas quando passava a morar em uma região com predominância do TCP, dizia-se TCP. Chegou a retornar para a filiação ao CV quando passou a residir em um terceiro bairro, com os amigos. Certamente essas transições não acontecem sem custo e, em certos círculos, esse jovem era mal visto. Entretanto, mesmo sob alguns riscos, o jovem transitou entre facções dentro de uma mesma cidade, conseguindo, ao menos, algum grau de receptividade. O exemplo também é interessante na medida em que aponta uma linha um tanto quanto nebulosa no que diz respeito à fidelidade a uma facção.

Cabe destacar, porém, que se tal movimento tem alguma possibilidade em um espaço grande como o de uma cidade, não encontra a mesma facilidade em um espaço mais restrito,

como o de uma unidade de internação. Adolescentes internados que abandonam sua facção original, passam a sofrer ameaças dos antigos colegas e, normalmente, precisam ser realocados em alojamentos chamados “seguros”, junto a outros adolescentes que, por razões diversas, também se encontram em risco. Os que optam por migrar de facção, apesar de também sofrerem ameaças, encontram no novo grupo acolhimento e algum tipo de proteção.

É curioso perceber como a relação de fidelidade pode se distorcer tanto. Em um mesmo momento, em um mesmo local, observamos discursos de troca de facção por razões variadas, discursos de ódio promovidos contra o “traidor” e o acolhimento do mesmo “traidor” por um terceiro grupo. Tal imprecisão na linha normativa que separa o certo e o errado, que dita as leis, é percebido ao longo de toda a relação entre o sujeito, o tráfico e a Lei.

Nas unidades de internação, existem estratégias, de preservação dos adolescentes através do limite do seu contato com possíveis ameaças. Já, nas unidades de semiliberdade, esse gerenciamento tem outras formas. Diferente das unidades de internação, onde as rotinas são totalmente controladas pela instituição e há um controle físico e concreto do espaço de circulação, nas de semiliberdade, o convívio entre os adolescentes é constante e intenso. Nos alojamentos que compartilham são separados em pequenos grupos - ou não tão pequenos, devido às atuais superlotações - que permitem ainda algum controle. Contudo, com a separação em grupos menores ocorre apenas no período noturno, quando os adolescentes se recolhem para dormir. As outras atividades diárias, como as refeições, as atividades esportivas e de lazer, as saídas para a escola e cursos, são compartilhadas por todo o grupo. É interessante perceber que, nos momentos de convivência, os próprios adolescentes se organizam para manter a separação, sentando em lados opostos do pátio, do refeitório e mesmo da sala nos atendimentos em grupo.

A questão da convivência, sempre é um ponto de tensão quando se trata de semiliberdade. Inicialmente, há um movimento dos próprios adolescentes em se manter junto ao grupo e de intensificar sua presença no espaço. Na região pesquisada, existem três CRIAADS: em Volta Redonda, em Barra Mansa e em Teresópolis. O último, porém, é muito distante e passou a ser referência da região recentemente. Entretanto, os dois primeiros são demasiadamente próximos, permitindo que os adolescentes possam ser intercambiados entre eles sem ferir gravemente a questão da proximidade com seu território de referência. Há

bairros de Volta Redonda mais próximos de Barra Mansa do que do CRIAAD - Volta Redonda. Frente a essa possibilidade, não eram raras as alegações dos adolescentes de que corriam risco no território de um ou outro CRIAAD para que fossem encaminhados para a unidade da sua escolha. Pretendiam, assim, ocupar a unidade com predominância total de sua facção, conforme supunham. Assim, determinavam que o CRIAAD x era para o Comando Vermelho e o CRIAAD y era para o Terceiro Comando.

Embora a questão do risco seja realmente grave e evidente em alguns casos, é possível encontrar também relatos motivados não por situações reais, mas movidos pelo desejo de se estar com os pares. Esse movimento teve, por um bom tempo, uma reação um tanto quanto ambígua por parte da instituição. Por um lado, apoiar tal divisão seria como legitimar as facções como forças atuantes no espaço institucional, algo que, aparentemente, feria a percepção de que, naquele espaço, a facção enquanto discurso, não seria admitida. Essa intolerância fica evidente nas medidas contra os adolescentes que manifestavam os ditos “discursos de apologia ao tráfico” ou que pichassem nas paredes, símbolos, siglas ou nomes referentes às facções. Ao que parece, uma forma da instituição promover a convivência de adolescentes de facções diferentes, era suprimir suas manifestações, mantendo-as veladas. O desejo de manter o convívio entre os adolescentes é entendido como uma vitória da instituição sobre o tráfico justamente por sobrepor-se a ele no que tange às escolhas dos adolescentes. Por exemplo, um adolescente que cumpre a medida de semiliberdade, mesmo convivendo com membros de outra facção, supostamente demonstra-se capaz de pôr em segundo plano os imperativos desse grupo para dedicar-se ao compromisso com a medida. Demonstraria, assim, bom prognóstico de construção de uma forma de vida alternativa ao tráfico.

O equilíbrio no contingente de adolescentes dos dois grupos é mantido atualmente com uma comunicação constante entre as unidades, que trocam vagas entre si, para manter equilíbrio entre as forças presentes.

Segundo uma observação feita por um agente socioeducativo, a presença de uma única facção em uma unidade como o CRIAAD seria prejudicial. Diferente do que alguns defendiam, que uma unidade com apenas uma facção não apresenta tensões entre os adolescentes e por isso, teria uma rotina mais tranquila, o agente acreditava que esse grupo voltaria as atenções para os próprios funcionários da instituição. A tensão, portanto, seria focada exclusivamente entre esses dois grupos, o que seria ruim. Na visão dele, a presença de



duas facções, embora traga problemas de convivência, conserva uma espécie de tríade, o equilíbrio de poder entre três partes, no qual as tensões são mantidas sempre em duas frentes diferentes. Assim nenhum dos elementos envolvidos pode ascender sobre os outros com muita facilidade. A dinâmica observada pelo agente é bastante lógica e, em termos práticos, faz sentido quando orientada pela questão da manutenção da ordem. Contudo traz consigo uma perspectiva bastante comum e que não se desvincula das problemáticas apontadas anteriormente: a percepção de uma contraposição, de um antagonismo entre os agentes socioeducativos e os adolescentes.

## **2.2- Facção e Território**

Tomamos emprestado o termo território como é empregado dentro das “estratégias de saúde” prestada pelos municípios. Trata-se da localização geográfica à qual se refere uma pessoa. O local com que essa pessoa, no caso o adolescente, se identifica, cria uma relação de pertencimento e reconhece como lugar de trânsito. Tal conceito é importante para a elaboração de “estratégias de cuidado em saúde”, sob o pretexto de que a definição desse local facilitaria o trânsito do usuário dos serviços de saúde, já que ele teria melhor conhecimento e mais familiaridade com os dispositivos locais que prestam atendimento. O usuário, ao ser acompanhado sob uma ótica territorializada, também pode ser observado com mais cuidado por uma equipe que está ciente das particularidades do território, das forças que ali atuam e das formas de acesso aos moradores. Escolhemos o termo com o intuito de reforçar nosso interesse em demonstrar que a referência do adolescente ao seu território tem grande impacto na sua própria constituição e que seu vínculo com ele, conforme será sugerido a seguir, mantém raízes bastante profundas.

Enfim, o adolescente quase sempre integra, a facção predominante em seu território. Não se vincula, em um primeiro momento, a uma ideologia da qual uma facção é representante em alternativa à outra. Em geral, não se entra para o Comando Vermelho porque sua forma de pensar diverge do Terceiro Comando. Embora tais diferenças sejam enunciadas posteriormente, nos relatos colhidos, é clara a determinância do local onde opera uma ou outra facção. Outro exemplo, é a recepção dos adolescentes nas unidades socioeducativas. Sua lotação é, na maioria das vezes, determinada pelo local de origem do adolescente. Se seu

local de origem ou de moradia atual tiver uma presença mais forte do Comando Vermelho, ele será lotado com adolescentes desta facção. Essa prática tem a intenção de preservar a integridade física, psicológica e moral do adolescente posto que, caso seja identificado ou se identifique como membro de grupo oposto aos demais com quem compartilha o alojamento, pode sofrer sérias agressões.

### **2.3- Um pequeno comentário sobre outra realidade não tão distante**

Em sua participação no podcast Salvo Melhor Juízo (2016a), Renato Almeida Freitas Jr. fala sobre sua pesquisa realizada em unidades carcerárias no Paraná e a experiência quanto à cultura desenvolvida nestas unidades pelos próprios internos.

Guardadas as devidas diferenças quanto ao objeto do nosso estudo nesta pesquisa, Renato enuncia certas proximidades notáveis. Por exemplo, ao falar da presença das facções criminosas, no caso, o Primeiro Comando da Capital (PCC), também atribui a ela um papel de organizador dentro do espaço carcerário, que também poderíamos referir como um território.

Segundo ele, até a entrada da facção como força atuante, o regime de funcionamento nas unidades era governado pelo que chama de "bandidão", o sujeito com maior prevalência física, viril ou econômica naquele espaço. Esse sujeito teria domínio também sobre os residentes desse espaço, estabelecendo uma relação de compra e venda de outras pessoas e do uso destas pessoas da forma que lhe era conveniente. Muito semelhante ao domínio do Pai-da-Horda freudiano. Também, por aproximação, tal configuração de poder não parece distante da relatada por Bruno, um dos entrevistados, ao falar da ação dos patrões independentes, ou seja, sem submissão à uma facção da sua área.

De acordo com o pesquisador, com a prevalência do PCC nas unidades carcerárias uma reorganização cultural se instaurou, estabelecendo normas que transcendem a vontade do outrora "bandidão". Por exemplo, no novo contexto a prática do estupro passa a ser rechaçada com veemência, bem como se constitui toda uma ordem nos dias de visita, quando os internos receberão suas mães, filhos ou esposas. Há aqui uma clara valorização da regulação quanto ao sexual em si e a conduta com membros familiares. Processo idêntico ao encontrado na unidade socioeducativa estudada.

Contudo, estas não são as únicas implementações de normas trazidas pela organização da facção. Há também uma regulamentação de funções dentro do próprio sistema carcerário,

como “o Voz” e “o Disciplina”, que realizam atividades específicas no funcionamento propriamente dito da unidade carcerária e até fora dela. Há o conceito de Caminhada, no qual Freitas Jr. reconhece um valor simbólico ainda maior do que o próprio dinheiro, dada a sua representatividade no relacionamento com os membros da facção.

Vale ressaltar, por fim, que ele analisa tanto o nascimento do PCC quanto a sua atuação dentro e fora das unidades carcerárias como um movimento que está para além da própria organização da prática criminal. Há também um viés que chama de ético quanto à própria identificação dos membros participantes. Através da facção, eles não apenas se reconhecem como membros - chamam-se de irmãos - de um mesmo grupo, como isso lhes serve também para agregar força e resistência dentro de um cenário desfavorável quanto à garantia de direitos, que é o cárcere. Conta que originalmente a facção nasceu em uma contenda em um presídio de Taubaté/SP, durante um jogo de futebol. Que os membros de um time foram todos sancionados a permanecer em um local de clausura, em condições degradantes e que lá formaram um pacto de apoio mútuo e resistência. Pacto de que todos sairiam de lá juntos ou não sairia ninguém.

A narrativa parece comportar, de fato, um ar um tanto quanto fantasioso ou romantizado. Contudo, vai ao encontro direto de um elemento por nós identificado também ao entrevistar os adolescentes do CENSE - Volta Redonda a respeito de suas facções: o caráter mítico de sua origem, que aponta para uma narrativa passada, em geral, de maneira oral e que remonta, no caso, a uma gênese romantizada do grupo.

### **Capítulo III - A PSICANÁLISE**

**(ou: Não que isso dê conta, mas ainda assim é importante fazer algo frente à impossibilidade)**

#### **3.1- Os pais míticos em Freud**

A proposta de nosso trabalho é a de analisar o percurso do adolescente envolvido com o tráfico e refletir sobre as forças envolvidas neste processo. Dado o alto índice de adesão e insistência na vinculação entre esse adolescente e o tráfico, que resiste não apenas às intervenções institucionais, mas também frente aos riscos reais de morte e perda de liberdade, levantamos a hipótese de que haja uma causa forte o suficiente para tal vinculação.

Ao pensarmos sobre as forças dessas vinculações aproximamos seu funcionamento daquilo que é constituinte do sujeito, sugerindo que tal ligação, se é tão persistente, está relacionada à própria constituição do sujeito. Tal qual um sintoma, do qual este não abre mão sem lutar, a relação com esse grupo, o tráfico, tem uma razão de ser e por isso, o sujeito insiste.

Por que razão o sujeito insiste na adesão a esse grupo? Porque “são como uma família”, diz a jovem que se apresenta filiada a uma facção. O sentido da afirmativa também não deve ser considerado sob o aspecto comum. Da mesma forma que consideramos a

insistência do sujeito como uma posição que se sustenta, um discurso que resiste, no sentido psicanalítico, também trataremos do sentido de família sob esses termos.

Freud, no desenvolvimento do mito edípico, destaca a relação da criança com outros personagens, pai e mãe, como estruturantes para a formação do sujeito. Particularmente, aponta as relações de desejo e interdição, as quais a criança vivencia na dinâmica familiar e que se tornam paradigmas da relação do sujeito com o próprio desejo. A família, portanto, tem papel de destaque na constituição subjetiva e seus personagens têm funções muito específicas. A mãe será primeiro objeto de desejo da criança e fará dessa criança também seu objeto de desejo. Ofertará a si mesma e depois se afastará, minando a fantasia da criança sobre sua soberania quanto ao desejo da mãe. Já o pai, supostamente detém o saber sobre o desejo da mãe, na medida que é rumo a ele que a mãe se afasta da criança, tornando-se um modelo de identificação, um modelo diante do qual o sujeito pode assumir diversas posições no futuro. Ao pai cabe, também, instaurar a Lei, uma vez que é ele o interditor do sujeito sobre seu primeiro objeto de desejo: a mãe.

Para ilustrar a ação do pai no drama familiar, Freud se utiliza de duas construções que lhe darão suporte quanto à dinâmica entre esses personagens – pai, mãe e filho. Trata-se do mito do Pai da Horda e do mito do Complexo de Édipo.

O Pai da Horda (*Urvater*) faz alusão a um mítico momento primitivo do homem. Um período pré-histórico que antecede a ascensão da estrutura totêmica, mas que dá origem a ela. Seu desenvolvimento se faz após um longo percurso em “Totem e Tabu”, particularmente descrito na parte final de “O Retorno do Totemismo na Infância”:

Se chamarmos a celebração da refeição totêmica em nosso auxílio, poderemos encontrar uma resposta. Certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram o pai, colocando assim um fim à horda patriarcal. Unidos, tiveram a coragem de fazê-lo e foram bem-sucedidos no que lhes teria sido impossível fazer individualmente. (algum avanço cultural, talvez o domínio de uma nova arma, proporcionou-lhes um senso de força superior.) Selvagens canibais como eram, não é preciso dizer que não apenas matavam, mas também devoravam a vítima. O violento pai primevo foi sem dúvida o temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos: e, pelo ato de devorá-lo, realizavam a identificação com ele, cada um deles adquirindo uma parte de sua força. A refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria assim uma repetição, e uma comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e da religião. (Freud, 1913, p.145)

O Pai da Horda pode ser entendido como aquele que tudo pode, por não estar submetido a lei alguma. Trata-se do pai de todos, que ocupa lugar de destaque justamente por não se submeter a uma interdição, uma limitação sobre seu desejo. Está em um lugar de exceção. É o pai que se serve de todas as mulheres, inclusive da que é interdita a todos, a mãe. Diante desse pai, estão os filhos. Os filhos, por sua vez, têm lugar restrito pelo pai e são afastados por ele. Nunca poderiam exercer a total liberdade de satisfação que ele exerce. Satisfação que, inclusive, põe em risco a vida desses filhos.

Na mitologia grega, Cronos devora seus filhos, justamente para evitar que estes venham a matá-lo com o intuito de assumir seu lugar. Também como na mitologia grega, os filhos, diante da iminência de extermínio, da mesma forma que o pai glutão a todos devora, matam o pai, inaugurando o parricídio. Assim Zeus ascende ao lugar de grande deus do Olimpo. Entretanto, diferente da mitologia, na qual Zeus assume o lugar de Cronos, na construção freudiana, o parricídio segue outro caminho. Nessa história primitiva tal morte não se faz sem consequências.

O ato parricida fracassa e não há herdeiro. Ao menos, não um que tome o lugar do pai. Inicialmente, há de se instaurar uma lei. Uma lei simples que estabelece uma mudança de paradigma importante para manutenção da convivência entre os filhos. Destituído o pai de seu trono, é imperativo que esse lugar permaneça vazio. Se tal assassinato se fez necessário justamente devido ao tipo de posição ocupada por esse pai, um herdeiro do trono apenas redundaria em fratricídio.

Entretanto, o mais surpreendente é que a culpa e o remorso pelo assassinato do *Urvater* levaram os irmãos a anular o ato parricida, culpa e remorso paradoxalmente ainda maiores porque o ato fracassa, fora cometido em vão, já que nenhum deles tomara o lugar originário do pai (Vidal, 2005, p. 15).

Há a culpa. O pai, apesar de interpor entre os filhos e o gozo, apesar do seu semblante ameaçador, ainda assim é a figura que sabia sobre o desejo. Ainda traz em sua figura um ideal do qual os filhos não podem prescindir. A Lei mantém o pai, mesmo depois de morto, simbolicamente presente. Nessa história, portanto trata-se do assassinato do pai onipotente, não para a ocupação do seu lugar, mas para a instauração de um lugar vazio, da onde emergem a Lei e a culpa.

O lugar não pode ser ocupado por nenhum dos filhos e, estando o pai morto, como preencher o vazio? Freud considera o Totem um exemplo de uma iniciativa desse preenchimento. Um herdeiro do pai morto.

Há, então, o pai edípico. A criança tem em sua mãe o seu grande objeto de desejo, posto que é aquela capaz de satisfazer suas vontades. Constrói, devido à reciprocidade investida por essa mãe, a fantasia que ela, a criança, também é objeto de desejo pleno da sua mãe, pois é a ela que a mãe se dedica integralmente. Entretanto, o pai reivindica a mãe, que deixa de suprir a criança com a plenitude esperada por esta. O pai passa a ser alvo de ódio por parte da criança, uma vez que tirou seu objeto de desejo. A criança vê cair por terra a fantasia de que é objeto de desejo da sua mãe, visto que ela a trocou pelo pai, e passa a supor que esse pai, ele sim, é objeto de desejo da mãe. Mais precisamente, que ele, o pai, tem algo que a mãe deseja. Que ele sabe do desejo da mãe. A criança nutre, conseqüentemente e inconscientemente desejo da morte do pai, para substituí-lo e reaver seu lugar ao lado da mãe. Isso gera sentimento de culpa. O Pai Edípico é aquele que impõe a barra ao sujeito frente ao seu objeto de desejo, a mãe, bem como torna-se modelo identificatório para a criança. No mito, também há a introjeção da lei e da culpa. Édipo, ao tomar ciência do parricídio e do incesto fura os próprios olhos.

Abarcamos as duas construções sob o mito nos referindo ao que Erik Porge anuncia sobre a função desse termo. O mito serve para falar daquilo que não pode ser dito. Um semi dito. “... se ele [J. P. Vernant] reconhece um parentesco do mito e da lógica, ele reconhece ao mesmo tempo que os mitos semidizem a verdade.” (Porge, 1998, p.152)

Considera, portanto o Complexo de Édipo, ao qual nós agregamos o mito do Pai da Horda, como forma de circunscrever o que não é possível ser dito. Ambos apontam para a função paterna na constituição subjetiva, para o pai enquanto função. Esses apontamentos, entretanto, se direcionam a um lugar vazio – conforme conta o mito – que só pode ser representado, ou seja, que só pode ser contado através dos mitos.

Sobre a culpa e o caráter ambivalente do desejo de morte do pai, Guerra destaca o pai como aquele que, ao interditar o desejo da mãe sobre a criança, também secciona a proximidade devoradora desta mãe, salvando a criança do destino de se tornar irremediavelmente objeto da mãe. Isso permite a ascensão do sujeito como tal. Sendo assim,

também há uma dualidade entre amor e ódio pelo pai que, apesar de afastar o objeto de desejo da criança também possibilita que ela exista como sujeito.

Com relação ao pequeno menino, este anseia por manter-se fundido com a mãe, mas é separado desta pela interdição do pai, que se torna, então, seu principal objeto de ódio, passando assim a desejar ardentemente sua morte. Esse sentimento, porém, é marcado pela ambivalência. Ao mesmo tempo em que odeia o pai, o menino o ama, pois este, ao separá-lo da mãe, extraiu-o do gozo de sua fusão materna e o inseriu na linguagem e no registro do desejo. O mesmo ato de interdição é a causa de intensos sentimentos opostos de amor e ódio na pequena criança. Ao querer matar aquele a que magoa mais ama e respeita, o menino vai ser mortificado por um poderoso e inconsciente sentimento de culpa, que irá marcá-lo pelo resto da vida (Guerra, 2012, p 495).

A respeito dos mitos que Freud usa como interface para apresentar o desenvolvimento do sujeito, sobretudo no que tange à inserção da Lei, Guerra nos apresenta também uma interlocução entre a culpa e a Lei no sentido jurídico:

A inscrição na linguagem e na civilização é, assim, segundo esse modelo freudiano clássico, indissociável da culpa. Corolária da existência de qualquer pessoa enquanto sujeito. O sistema judiciário reconhece essa pretensa indissociabilidade entre lei e culpa. Para considerar alguém responsável por seus atos, e portanto um legítimo cidadão da sociedade, o sistema judiciário pede à psicologia forense a avaliação de sua capacidade de culpabilização. Alguém que não é considerado capaz de sentir culpa pelos atos considerados ilegais que venha a cometer, é considerado inimputável aos olhos da lei, tendo como destino o manicômio judiciário. Para a justiça e para o Édipo freudiano, culpa e responsabilidade são indissociáveis (ibid, p. 495/496).

Além da interdição sobre a criança, o pai também interdita o gozo da mãe sobre o filho. O jogo de interdições, no que diz respeito ao filho, tem efeito de inserção do mesmo na linguagem, no campo simbólico, pois deve, agora, buscar representações para aquilo que se ausenta. A inserção da criança no campo da linguagem circunscreve, ao menos em parte, o seu gozo, ou seja, faz um furo no Real ao tentar dar nome aquilo que essencialmente não se conhece. Dar um nome é uma forma de esvaziar o imperativo do gozo, dar um limite ou uma fronteira que lhe oferece algum sentido. Possibilita a construção de uma fantasia com um objeto de desejo mais tratável. Essa iniciativa, entretanto, não é capaz de dar conta daquilo que pretende nomear. Não de forma plena. O gozo, portanto, transcende, transborda a sua própria nomeação, fazendo força, pressionando o sujeito. Para dar conta do excesso, o sujeito delega ao Outro o tanto que sobra de gozo, pressupondo uma existência desse gozo externa ao próprio sujeito. Lacan tratará dessa presunção como um gozo ex-sistente ao sujeito. Algo que



ele nomeará de Nome-do-pai, fazendo referência a esse primeiro avatar que encarna o primeiro nome dado ao que o sujeito supõe ser capaz de circunscrever o gozo, o pai.

Na obra lacaniana, existe um grande desdobramento sobre a articulação entre esse Nome-do-Pai, na dinâmica através da qual o sujeito se articulará com seu sintoma e os registros Real, Simbólico e Imaginário. Contudo, não nos aprofundaremos nesta seara, vamos nos remeter ao processo de nomeação, que está intimamente ligado à constituição do sujeito em relação aos personagens familiares, sendo assim, de suma importância para a compreensão do fenômeno da adolescência. Em um primeiro momento, o pai, enquanto representante de um nome, serve de norte para o sujeito fazer sua articulação frente ao desejo. Entretanto, durante a adolescência, esse lugar será desinvestido de valor e, conseqüentemente, de autoridade. Quando o sujeito vê ruir suas fantasias sobre a capacidade do pai de nomear aquilo que é da ordem do seu desejo e de dar contorno ao gozo, ele passa a procurar novos referenciais. O Nome-do-Pai, ou seja, o nome daquilo que costumava ser reconhecido como pai, se desloca. E então há a procura de novos paradigmas, novas tentativas de nomeação. Aqui encontramos a importância dos grupos para o sujeito. No grupo, encontrarão um líder e voltarão a experimentar uma nova nomeação com todos as derivações decorrentes dela, como uma lei própria, o que nos é particularmente interessante.

Freud faz considerações sobre a questão dos grupos, que são relevantes para o desenvolvimento da nossa pesquisa.

### **3.2- A Psicologia dos grupos em Freud**

Na introdução sobre à psicologia dos grupos, Freud propõe a psicanálise, até então desenvolvida por ele como algo invariavelmente ligado a fenômenos sociais, posto que trata do sujeito no cerne de suas relações com outros, como seus pais, irmãos, objeto de amor ou médico (FREUD, 1921, p.81). Mesmo os processos narcisistas, que apontam para o sujeito em seu caráter mais individual, ainda estão relacionados à sua experiência nesse contexto. Portanto, contrapor os atos mentais sociais e narcisistas não contribui para a diferenciação da psicologia aplicada ao sujeito individualmente e em grupo.

Há, entretanto, uma diferença significativa entre os processos relacionados ao sujeito, quanto ao seu caráter narcisista e os processos relacionados ao grupo. No primeiro, embora sejam evidentes as relações sociais, também é clara a força do vínculo estabelecido entre o

sujeito e esses personagens citados, de forma que, inegavelmente, eles assumem grande importância e representatividade para o sujeito. Já no segundo, não existe grande proximidade entre os membros do grupo, ao menos, não previamente. Eles se encontram unidos por algo, como uma instituição, um líder, uma nação, porém, entre si, de partida, são estranhos uns aos outros. (ibid, p.82).

Freud questiona a premissa de que exista algum tipo de instinto<sup>3</sup> social que justifique as especificidades das relações estabelecidas em grupo. Como se, simplesmente o fato do sujeito estar rodeado por um grande número de pessoas, despertasse nele algum tipo de instinto novo ou inativo: “... talvez possamos atrever-nos a objetar que parece difícil atribuir ao fator numérico uma significação tão grande, que o torne capaz, por si próprio, de despertar em nossa vida mental um novo instinto, que de outra maneira não seria colocado em jogo” (ibid, p.82)

Há um inevitável desencontro quanto ao que se observa no comportamento do sujeito em seu âmbito individual e em grupo. Freud sinaliza para essa diferença, apontando que a psicologia, da forma que vinha se desenvolvendo até então, não a alcançava.

Seria [a psicologia] obrigada a explicar o fato surpreendente de que, sob certa condição, esse indivíduo, a quem havia chegado a compreender, pensou, sentiu e agiu de maneira inteiramente diferente daquela que seria esperada. Essa condição é sua inclusão numa reunião de pessoas que adquiriu a característica de um grupo psicológico (ibid, p. 83).

Como alguém, quando tomado de forma individual, apresenta um determinado modo de pensar, agir e sentir mas, ao ser inserido em um grupo, altera seu modo de ser? “Como adquire ele [o grupo psicológico] a capacidade de exercer influência tão decisiva sobre a vida mental do indivíduo?” (ibid, p. 83). Uma pessoa pacata, pode se tornar violenta; um covarde pode se tornar bravo. Existe aí, algo que opera sobre o sujeito e provoca mudanças no seu comportamento. Algo relacionado ao estar em grupo.

Freud não se detém por demais na questão da mudança de comportamento, apresentando uma resposta que se torna simples, uma vez introduzido o problema no campo

---

<sup>3</sup>O termo “instinto”, advindo da tradução da versão inglesa, é substituído, hoje, pelo termo “pulsão”, por este representar com maior rigor conceitual a tradução do original alemão, *trieb*. Utilizamos o termo “instinto” aqui e não “pulsão” apenas para manter coerência com a tradução derivada da versão inglesa, da qual recortamos as citações utilizadas.

psicanalítico. Essas mudanças de comportamento estão ligadas, simplesmente, ao surgimento de características inconscientes, reprimidas pelas pressões sociais: “Para nós, seria bastante dizer que, num grupo, o indivíduo é colocado sob condições que lhe permitem arrojá-las as repressões de seus impulsos instintuais inconscientes” (ibid, p. 85). Uma vez que estas repressões tenham esmaecido frente ao contexto grupal, aquilo que o sujeito reprime, surge, destoando da conduta normalmente apresentada por ele. Entretanto, a questão quanto ao efeito do grupo sobre o sujeito não está respondida. Propor que no grupo, os ímpetos inconscientes reprimidos se manifestam com maior facilidade, ainda deixa em aberto o questionamento quanto à razão do grupo surtir esse efeito.

Freud dirige seu estudo sobre os fenômenos observados nos grupos, problematizando os conceitos até então apresentados por outros autores, como o de sugestão. Havia, até então, uma incógnita sobre esse conceito, que ainda deixava sem resposta a causa das mudanças de conduta sob um ponto de vista mais profundo. Por exemplo, o que é de fato a sugestão e como se constitui enquanto fenômeno? Ele, então, introduz os conceitos psicanalíticos como uma direção para o aprofundamento dessa análise.

Alguns elementos se apresentarão com maior destaque como a figura do líder, o fenômeno da identificação e a ação da libido. Articulando esses elementos, Freud buscará mais luz quanto ao que incide sobre a conduta do indivíduo. Em certo sentido, apreende a questão da psicologia dos grupos sob os efeitos que o sujeito sofre ao se deparar com esses elementos em uma situação de grupo. Faz uma análise sobre as relações dos sujeitos observando as vias libidinais, o investimento amoroso dos sujeitos entre si e deles com o líder. Freud transporta para o cenário dos grupos, as psicodinâmicas observadas entre o sujeito e seu primeiro grupo de contato, a família. Desenvolverá a relação entre o sujeito e o grupo através da relação de amor com o líder e os seus semelhantes. Daí, apresentará novas conclusões e hipóteses.

Vejamos o percurso citado com um pouco mais de cautela.

Inicialmente, seu questionamento sobre a diferenciação da psicologia aplicada ao indivíduo, tomando de forma singular, aquilo que se apresenta, até então, como sua psiquê dentro de um grupo. Nesse caso, observa que “aquilo a que se atribuem os fenômenos psicológicos de grupo” se refere à ação do indivíduo dentro de um contexto quantitativo e

restrito em um espaço de tempo; de um comportamento que se apresenta na presença de um grupo e que, depois se dissolve, quando seja lá o que for que os une, se esgota.

Tal percepção teria levado outros autores a conceberem a existência de um instinto primitivo gregário, que embasaria esse tipo de conduta. Todavia, o que Freud propõe é que ao invés, de pressupor um novo modelo de instinto que se manifestaria em um momento tão específico como esse, e, que não se apresentaria em nenhuma outra situação, nós passemos a nos debruçar sobre um grupo reduzido, mas de importância inegável: a família.

Freud, então, recortará o trabalho de dois autores cujo objeto é a psicologia dos grupos. São eles Le Bon e McDougall.

Sobre Le Bon, ele destaca a obra “*Psychologie des foules*” (1855), na qual o autor fala de uma mente grupal. Para Le Bon, conforme o recorte de Freud, o indivíduo no grupo deixa de lado seus traços de personalidade e passa a agir de forma a compor a conduta do grupo como uma mente coletiva.

A peculiaridade mais notável apresentada por um grupo psicológico é a seguinte: sejam quem forem os indivíduos que o compõem, por semelhantes ou dessemelhantes que sejam, seu modo de vida, suas ocupações, seu caráter ou sua inteligência, o fato de haverem sido transformados em um grupo, coloca-os na posse de uma espécie de mente coletiva que os faz sentir, pensar e agir de maneira muito diferente daquela pela qual cada membro dele, tomado individualmente sentiria, pensaria e agiria, caso tomado em estado de isolamento” (Le Bon, apud Freud, 1921, p.84)

Le Bon compara com “as células que constituem um corpo vivo” (ibid, p.84), assumindo uma personalidade de grupo e abandonando sua própria. Esse movimento se deveria a uma supressão da mente consciente, com assunção do controle de um aspecto inconsciente da mente, que remeteria a traços compartilhados pelos indivíduos, como uma mente coletiva. Os indivíduos assumiriam um caráter médio entre eles, adequando-se para escalas acima ou abaixo de suas características particulares e se modelando de forma a ajustar-se ao grupo. O comportamento do grupo se espalharia entre os indivíduos como um contágio, efeito do que ele chama de sugestão. A sugestão seria um processo hipnótico no qual as instâncias conscientes e, nesse caso, aquilo que seria de caráter particular do indivíduo é suprimido frente ao que clama o grupo.

Aqui, Freud interrompe a extensa descrição de Le Bon para apontar, justamente, o aspecto que lhe interessa e escapa ao seu interlocutor. Embora Le Bon apresente os

fenômenos de contágio e sugestão, aos quais Freud não faz objeção, deixa de mencionar outro elemento importante.

Talvez possamos interpretar melhor seu enunciado se vincularmos o contágio aos efeitos dos membros do grupo, tomados individualmente, uns sobre os outros, enquanto apontamos outra fonte para essas manifestações de sugestões no grupo, as quais ele considera semelhantes aos fenômenos da influência hipnótica. Mas que fonte? Não podemos deixar de ficar impressionados por uma sensação de lacuna quando observamos que um dos principais elementos da comparação, a saber, a pessoa que deve substituir o hipnotizador no caso do grupo, não é mencionada na exposição de Le Bon (Freud, 1921, p.87).

Se para Le Bon o indivíduo no grupo se encontra hipnotizado, devemos nos perguntar por onde anda o hipnotizador. E este será o líder. Em sua descrição do grupo, Le Bon enumera características: o grupo é impulsivo, mutável, irritável, crédulo, aberto à influência e sem faculdade crítica. Freud identifica aí aspectos primitivos e infantis: “Ele [Le Bon] não apresenta um único aspecto que um psicanalista encontre qualquer dificuldade em situar ou fazer derivar de sua fonte. O próprio Le Bon nos mostra o caminho, apontando para as semelhanças com a vida mental dos povos primitivos e das crianças” (ibid, p.88)

Se, por um lado, Freud faz uma extensa demonstração da teoria de Le Bon para a psicologia dos grupos, posteriormente argumenta que, em geral, não existem novas ideias em sua demonstração, trazendo-o de volta ao status de outros pesquisadores. Entretanto, a seguir, resgata um segundo momento, no qual Le Bon faz uma outra leitura sobre a conduta do indivíduo dentro de um grupo. Uma leitura que corre na contramão da sua tese inicial e difere da premissa que há um movimento de involução no comportamento humano, que regride a níveis primitivos ou infantis, dominados pelo afeto ou por instintos básicos.

Nessa outra perspectiva, o indivíduo em grupo é capaz de pôr de lado suas próprias necessidades frente às necessidades do grupo. Por isso, seria possível presumir uma conduta mais altruísta (no sentido do sacrifício pessoal) do que a praticada pelo indivíduo em seu funcionamento individual, quando está apenas a serviço de si mesmo. Dessa forma, o indivíduo seria capaz de transcender suas limitações em nome de algo maior, por assim dizer.

Como aprofundamento das duas premissas, Freud diz que tal paradoxo é fruto da mistura entre os vários tipos de grupos que passaram a ocupar um mesmo lugar no sentido da palavra grupo. Enquanto Le Bon fala de grupos efêmeros, que se criam e se dissolvem dentro de certos contextos revolucionários - cita a Revolução Francesa como uma das fontes dessa

lógica - existem grupos de natureza diferente, associações estáveis, cujo funcionamento se inclina para outro sentido. “O próprio Le Bon estava pronto a admitir que, em certas circunstâncias, os princípios éticos de um grupo podem ser mais elevados que os dos indivíduos que o compõem, e que apenas as coletividades são capazes de um alto grau de desprendimento e devoção” (ibid, p.93)

Deste ponto nos interessa destacar que, já nessa análise, observamos um certo movimento de abdicação do indivíduo frente ao grupo. De acordo com nossa pesquisa, tal fato se encaixa com as falas de muitos adolescentes do DEGASE. Falas que deixam em segundo plano aspectos como a própria sobrevivência: o adolescente reflete sobre o risco de vida por estar vinculado ao tráfico, mas ainda segue filiado a ele, ao seu grupo. Sobre a exposição ao risco, há ainda uma segunda via que é a particularidade da adolescência e sua alta exposição a situações limites. Falaremos disso no capítulo posterior, destinado especialmente, aos atravessamentos da adolescência.

Sobre os grupos de caráter mais consistente, Freud passará a se referir a McDougall. Diz ele que os grupos só se constituem como tal, ao assumirem algum tipo de organização, por mais precária que seja. Caso contrário, não passariam de uma multidão. Tal organização, entretanto, só é possível mediante a algum assemelhamento entre os indivíduos, algo que os una, como o apreço por um objeto em comum. Apreço que assume uma influência recíproca entre os membros e culmina em algo que ele, Freud, chama de homogeneidade mental (ibid, p. 95), cuja força é proporcional à força de vínculo desse grupo.

Além do interesse por um objeto comum aos membros, Freud destaca outro mecanismo de funcionamento do contágio entre os membros. Diz:

Esse mecanismo de intensificação de emoção é favorecido por algumas outras influências que emanam do grupo. Um grupo impressiona um indivíduo como sendo um poder ilimitado e um perigo insuperável. Momentaneamente, ele substitui toda a sociedade humana, que é detentora da autoridade, cujos castigos o indivíduo teme e em cujo benefício se submeteu a tantas inibições. É-lhe claramente perigoso colocar-se em oposição a ele, e será mais seguro seguir o exemplo dos que o cercam, e talvez mesmo ‘caçar com a matilha’. Em obediência à nova autoridade, pode colocar sua antiga consciência fora de ação e entregar-se à atração do prazer aumentado, que é certamente obtido com o afastamento das inibições. No todo, portanto, não é tão notável que vejamos o indivíduo num grupo fazendo ou aprovando coisas que não teria evitado nas condições normais de vida, e assim podemos mesmo esperar esclarecer um pouco da obscuridade tão frequentemente coberta pela enigmática palavra sugestão (ibid, p.95-96)

Destacamos uma passagem tão extensa em virtude da riqueza do seu conteúdo e de como é possível identificar paralelos com a dinâmica de funcionamento dos grupos presentes em nossa instituição.

Particularmente, no que diz respeito ao caráter quase que onipotente do grupo sobre o indivíduo, observamos primeiramente a questão das normas. Não é difícil traçar um paralelo entre a substituição da sociedade como um todo pelo grupo (como diz Freud), quando nos deparamos com as regras ou leis dentro da própria facção. Elas possuem seus próprios mandamentos ou estatutos, que, de certa forma, se assemelham à Constituição ou ao Código Penal na medida em que registram normas de conduta e sanções para as transgressões. Além disso, também é notável a adesão ou adequação desses adolescentes às normativas do seu próprio grupo em detrimento, inclusive, daquilo que rege as normas da sociedade ou da instituição na qual estão inseridos

Outro exemplo do descompasso entre as normas e a legitimidade da facção criminosa é a permissão para a prática de roubo contra certos grupos e contra outros, não. Considerando que a ação do adolescente se dirige para a prática (ou para a restrição) daquilo que é orientado pela sua facção, e não pelas normas sociais vigentes (Código Penal, nesse caso), verificamos um claro paralelo com a descrição de Freud.

Mais um cenário curioso é a existência de setores de isolamento, chamados seguros, para adolescentes que infringem alguma norma da facção e que passam a correr risco no convívio com os outros membros. Neles estão adolescentes que, por variadas razões, romperam com as normas da facção e que, por isso, passam a ser ameaçados. Tal rompimento pode estar relacionado ao tipo de ato infracional cometido pelo adolescente, como é o caso do estupro ou da violência contra a própria mãe, que também são proibidos pelas normas da facção outras vezes ocorre o desligamento voluntário do grupo e, então, esse adolescente passa a ser visto como desertor. Estas situações, encontradas nos relatos dos adolescentes participantes de nossa pesquisa, evidenciam bem as considerações de Freud sobre o perigo de opor-se ao grupo.

Por fim, quanto ao prazer aumentado e o afastamento das inibições, podemos dizer que o adolescente passa a ter acesso a significantes que supostamente lhe trarão prazer, como o acesso às drogas, ao poder ou ao respeito, a uma posição de destaque em sua comunidade,

conseguindo dinheiro e mulheres. Tais acessos serão, ainda, especialmente importantes na adolescência, como veremos posteriormente.

É importante ressaltar que a adesão ao grupo não está, em nossa opinião, vinculada apenas ao caráter de acesso a benefícios ou ao aumento do prazer mediante o desprendimento das inibições. Sobretudo quanto às inibições, não escapa, conforme foi dito nos exemplos acima e na própria passagem destacada do texto de Freud, que o indivíduo que assume o grupo como autoridade máxima, também assume um novo pacote de normas ou restrições. Convém destacar que é um pacote com carga diferenciada daquele que acompanha a sujeição às normas sociais vigentes, sendo de vital importância para explicar a causa da adesão do indivíduo a esse grupo.

Se o grupo, por um lado, permite o extravasamento de uma inibição, impõe outra em seu lugar. Como exemplo disso, destacamos a normativa dos adolescentes quanto à prática de masturbação. O grupo considera terminantemente proibida a prática de masturbação em dias de visita e, em alguns casos, em períodos até dois dias após a visita. A justificativa é a de que o autor da masturbação poderia fazê-lo motivado por um familiar ou companheira de outro adolescente, o que é considerado desrespeitoso e gerador de conflito.

Voltando a Freud e McDougall, este último descreve cinco condições para que um grupo se torne organizado: continuidade na existência do grupo; relação emocional do indivíduo com o grupo, como um todo; relação e diferenciação (talvez pela rivalidade com outros grupos rivais, mas semelhantes); possuir tradições, costumes e hábitos; possuir estrutura definida.

Freud, por sua vez, aponta para a aproximação destas características que pretendem suprimir o caráter primitivo do indivíduo em um “grupo inorganizado” e fazer emergir nele - no grupo - a racionalidade ou exercício intelectual, deixado inicialmente de lado pela diminuição das inibições.

Observemos que os termos apresentados por McDougall se aproximam bastante do que caracteriza o próprio indivíduo fora do contexto do grupo. Portanto, o desenvolvimento de um grupo perene estaria vinculado a certas condições semelhantes às aquelas presentes no indivíduo, como a presença de uma autoconsciência, tradições, costumes. Freud aponta essa semelhança (ibid, p. 97).



Se encontramos então uma aproximação entre a funcionamento do sujeito e as condições para a instauração de um grupo organizado e contínuo, lembremos que no processo de superação dos impulsos primitivos há a necessidade de uma repressão, nesse caso, tanto para o sujeito quanto para o grupo. Se um grupo forja suas tradições e costumes, por definição estabelece limites e práticas a serem seguidas. Portanto, não se pode, em um grupo dessa natureza, transgredir aquilo que é condição para a sua continuidade sem pôr em risco o próprio grupo. Tanto para o grupo quanto para o sujeito é necessário, portanto, algum nível de repressão dos instintos primitivos para a manutenção da sua existência, como observamos no exemplo do controle da masturbação. Nesse caso, por tratar-se de um grupo já organizado, apresenta o conteúdo racional e intelectual, utilizando a inibição da masturbação como método de controle para os conflitos entre os indivíduos.

Não podemos deixar de destacar a semelhança de funcionamento com a metáfora do Pai da Horda, que nega o acesso dos filhos à plena satisfação do desejo. Esta é mais uma das situações nas quais a facção se traveste desse metafórico pai onipotente, capaz de cercear e intervir sobre o desejo do sujeito.

### **3.3- Sugestão e libido**

Ao falar de sugestão e libido, Freud começa a construir suas articulações frente à constatação derivada dos seus estudos sobre os grupos, de que há algo que une os indivíduos (não usa o termo “sujeitos” nessa discussão), forte o suficiente para fazê-los abdicar de parte de si mesmos, suas particularidades, seu intelecto, sua personalidade. Segundo ele, para os demais autores, esse comportamento se justifica pelo fenômeno da sugestão, mas eles não avançam nas explicações do que seria o próprio mecanismo da sugestão. Isso gera uma grande inquietação em Freud: “Mais tarde minha resistência tomou sentido de protestar contra a opinião de que a própria sugestão, que explicava tudo, não tinha explicação.” (p. 100).

Buscando respostas, Freud propõe resgatar o conceito de libido para tratar disso que une os indivíduos. Diz que as relações grupais estão intrinsecamente ligadas ao amor, ou laços emocionais dos indivíduos, o que o leva a duas reflexões:

Primeiro, a de que o grupo é claramente mantido unido por um poder de alguma espécie, e a que poder poderia essa façanha ser mais bem atribuída do que a Eros, que mantém unido tudo o que existe no mundo? Segundo, a de que, se um indivíduo

abandona a sua distintividade num grupo e permite que seus outros membros o influenciem por sugestão, isso nos dá a impressão de que o faz por sentir necessidade de estar em harmonia com eles, de preferência a estar em oposição a eles, de maneira que, afinal de contas, talvez o faça 'ihnem zu Liebe' - pelo amor deles (FREUD, 1921, p. 102-103).

Aqui observamos o indivíduo que se sujeita ao grupo com a intenção de fazer parte dele. Não está tão longe da articulação do sujeito que, em sua inserção no mundo e, por assim dizer, em um grupo - talvez seu grupo familiar, primariamente - busca referência no Outro.

O sujeito orienta e constitui seu próprio desejo através do Outro e das dinâmicas encenadas com ele, primeiramente em sua infância através da metáfora edípica com os pais e posteriormente, através do encontro com outras figuras de suposta detenção de saber sobre o desejo. O grupo, por sua vez, também se encontra em lugar de acolher essa demanda do sujeito, oferecendo-se para acolher seu investimento de amor.

### **3.4- Tipos de grupo**

Freud faz distinção entre alguns tipos de grupo. Segundo sua leitura, os grupos oscilam desde os grupos com membros homogêneos a grupos heterogêneos, de permanência instável ou estável. Há grupos que se organizam de forma mais natural, unidos por aspectos circunstanciais e que são mais efêmeros e, outros com características mais perenes, nos quais a força de união reside em fatores externos. São aqueles que Freud chama de grupos artificiais, como a Igreja e o Exército: "Uma Igreja e um Exército são grupos artificiais, isto é, uma certa força externa é empregada para impedi-los de desagregar-se e para evitar alterações em sua estrutura." (FREUD, 1921, p. 105)

Observemos que, além da força externa que agrega e mantém unidos os membros do grupo, tal força também permanece ativa para manter-se imutável. "Via de regra, a pessoa não é consultada, ou não tem escolha se deseja ou não ingressar em tal grupo, qualquer tentativa de abandoná-lo se defronta, geralmente, com a perseguição ou com severas punições, ou possui condições inteiramente definidas a ela ligada." (ibid, p.105)

A descrição de Freud sobre a forma de funcionamento do grupo quanto à força que engole o sujeito à sua revelia e inibe a desvinculação dos seus membros, ainda se mantém bastante atual.

Dentro da unidade pesquisada, encontramos a coexistência de duas facções rivais: o Comando Vermelho e o Terceiro Comando. Sendo assim, trabalhamos com relatos de adolescentes dos dois grupos, alguns particularmente relevantes sobre esse tópico. Além disso nos defrontamos com essas práticas em ambos os grupos sobre esse tema.

Quando nos deparamos com o relato de Aloísio (um dos entrevistados) sobre sua entrada para o tráfico e sua adesão a uma facção em específico e não à outra, o aspecto territorial salta aos olhos. Conforme tais relatos nos sugerem, o que determina se um jovem de um determinado local se filiara ao Terceiro Comando ou ao Comando Vermelho será, em geral, a predominância de uma ou outra força no seu território. Uma ressalva para os casos nos quais o adolescente desenvolve uma antipatia prévia com alguma das facções, como nos casos de Jordan e Guilherme, cada qual por experiências particulares.

Freud, ao tratar dos grupos artificiais, destaca, a Igreja e o Exército, como exemplos não apenas de grupos organizados perenes, mas também trata de uma questão que, segundo ele, passa despercebida pelos autores aos quais se referiu. A diferença entre grupos sem líderes e com líderes, com destaque claro para este segundo do qual tanto a Igreja quanto o Exército são exemplos.

Cada um desses grupos mantém a ilusão de que há um líder, seja Cristo na igreja, seja o comandante chefe do Exército. Destaquemos aqui a definição de que tal presença é ilusória e que, por isso, depende muito menos da existência factível do líder e mais da presença mítica a ele atribuída. A bem dizer, somente sendo uma presença ilusória para ocupar o lugar no qual Freud sugere sua presença. Alguém “que ama a todos os indivíduos do grupo com um amor igual” (ibid, p.106). Não é difícil deduzir as impossibilidades de se sustentar tal fantasia se o fardo de liderança recaísse sobre uma pessoa real. Isso significaria a desintegração desse grupo. Claro, encontramos líderes desta natureza também, pessoas reais sobre as quais os indivíduos investem amor/libido na forma de padres, bispos, generais. Entretanto, ainda assim, tal liderança perpassa invariavelmente a ação desse outro líder distante e ilusório. No caso da Igreja, em especial, ainda destacamos o caráter imortal do líder, que ressuscita e transcende a carne, ascendendo aos céus.

Há uma diferença na forma de operar entre os dois grupos destacados. No caso do Exército, a função de comandante-chefe é titulada a cada seguimento de grupo. Um capitão é comandante-chefe de sua companhia, um oficial inferior, o é para sua unidade.

Diferentemente, na igreja católica, embora haja uma hierarquia, não parece existir essa transposição de função, estando todos referidos a Cristo.

Não passa despercebido para Freud como tal relação com o líder toma matizes semelhantes à própria relação do sujeito em sua primeira experiência com o Outro, isto é, com sua família. “Ele [Cristo] coloca-se para cada membro do grupo de crente, na relação de um bondoso irmão mais velho; é seu pai substituto” (ibid, p. 106). A forma de investimento de libido no líder se assemelha, não por acaso, ao investimento sexual, de amor, prestado ao pai durante a infância, o que torna esses termos intercambiáveis. Retomando a frase mote deste trabalho, a de que o tráfico é como uma família, observamos a troca promovida pelo próprio sujeito que a enuncia, na qual o líder de grupo se apresenta para ele sujeito, como representante do grupo no qual se investe libido, ou seja, a família.

Ao falar da dinâmica militar, Freud assemelha a ação do comandante-chefe com a de Cristo, na medida em que ambos amam aos membros do grupo igualmente. Antes que possamos fazer objeção sobre algo como diversos tipos de amor, uma vez que a ação de amor de um oficial militar difere muito da ação de um sacerdote cristão, gostaríamos de argumentar que, sendo o amor o investimento realizado pelo sujeito endereçado ao (nesse caso) líder do grupo, não cabem diferenciações na expressão desse amor, importando, sim, o fato do seu endereçamento.

Além disso, outro aspecto fundamental para a constituição desse laço amoroso entre o líder e os membros do grupo é a certeza dos membros de que o amor do líder é retribuído de maneira democrática e igualitária aos seus membros, localizando todos em um lugar de semelhança entre si. Sendo o soldado, portanto, amado pelo seu líder de pelotão tal qual o seu irmão de armas, todos estão ligados fraternalmente entre si.

Freud faz uma interrupção e fala brevemente sobre sua priorização do laço libidinal com o líder em detrimento de outros recursos aos quais também se atribui a união de um exército, como o amor à pátria ou busca pela glória. Diz que o faz, por já ter sido demonstrado por generais como Napoleão ou Júlio César que tais noções são dispensáveis quando há o vínculo libidinal. Por outro lado, quando tal vínculo falta e, aqui, apresenta o exército alemão na primeira Guerra Mundial como exemplo, o grupo se esfarela e cede. Além disso, citando Simmel, atribui à dureza das relações entre oficiais e soldados do exército

alemão como fonte causadora das neuroses de guerra desenvolvidas por estes soldados (ibid, p.107).

Analisando os grupos, sob a perspectiva da dissolução e seus efeitos, Freud contradiz a ideia de que os grupos se diluiriam, conforme poderia sugerir a observação, devido a rompantes de pânico. Em sua análise, a observação dos grupos sugere que os mesmos são capazes de redimensionar as ameaças com as quais se confrontam, independentemente da sua radicalidade. Como dito anteriormente, um dos fenômenos característicos dos indivíduos nos grupos é a da sobreposição de suas necessidades pelas necessidades do grupo. Dessa forma, é possível colocar-se diante do perigo e até da iminência da morte. A magnitude da ameaça também se torna irrelevante quando tratamos de fenômenos de pânico e consequente fuga, mesmo frente a uma pequena ameaça. Entretanto, a perda do líder, núcleo do laço libidinal que une o grupo, redundando na ruína da estrutura que o organizava e unia. Destituídos dessa peça, os laços que amarram o grupo cedem e, sem eles, a ameaça enfrentada assume um vulto maior, já que, nesse caso, o indivíduo se percebe sozinho diante dela. Daí advém o pânico, não como causa, mas como efeito da ruína do grupo. (ibid, p.107 e 108)

Ao abordar a dissolução nos grupos religiosos, Freud destaca o aspecto cruel e inclemente do grupo, que é balanceado pelo imperativo do amor cristão. Quando esse amor falta, o que sobra são a crueldade e a inclemência, podendo levar ao fim do grupo. Entretanto, diz ele, mesmo durante a permanência do grupo, esses sentimentos vis ainda imperam e, se não são orientados para aqueles a quem se reconhece como irmão, são direcionados para o outro, o infiel: “Fundamentalmente, na verdade, toda religião é, dessa mesma maneira, uma religião de amor para todos aqueles a quem abrange, ao passo que a crueldade e a intolerância para com quem não lhes pertence, são naturais a todas as religiões” (ibid, p.110).

Trata dos desdobramentos do conceito de grupo retornando ao aspecto do líder, diferenciando os grupos sem essa figura e os que a têm. Sobre os últimos, propõe que existem grupos nos quais há a substituição do líder através de uma ideia ou de algo que ele chama líder secundário. Aponta a igreja como representante de uma situação transitória entre o líder encarnado e a ideia, através do seu líder invisível.

A consequência do aspecto representativo que a concepção de líder no sentido mais amplo abre, é a possibilidade de novos desdobramentos sobre as formas de representá-lo. Ou seja, existem variados objetos que poderiam assumir esse papel para um grupo, tornando-o

uma máquina complexa, ainda que sem uma figura concreta presente. Como exemplo disso, propõe a concepção de grupos cujo laço emocional que vincula seus membros é o ódio. Essa colocação retorna ao ponto da relação de exclusão com a alteridade e não faltam exemplos na história ou na ficção desse processo, sejam por razões imprevisíveis, sejam por articulações propositais.

Historicamente, o embate entre as potências representativas capitalistas e comunistas, durante a Guerra Fria, nos serve de exemplo para essa cultura fóbica e paranoica contra um antagonista. A dita ameaça comunista serviu para justificar uma série de ações políticas em escala internacional, sob o pretexto de proteger o modo de vida capitalista. O fortalecimento de insurgências radicais no Oriente Médio que hoje ascendem como os novos inimigos terroristas e, a conseqüente guerra ao terrorismo também se desenham através do paradigma beligerante e com matizes xenofóbicas.

Ainda no contexto de Guerra Fria, já no seu final, uma obra de ficção do quadrinista Alan Moore, *Watchmen* (1986/1987), retrata um cenário político semelhante ao vivido durante a crise dos mísseis de Cuba. O terror da Guerra iminente paira sobre a narrativa, orbitando o cenário político da história, com referências mais históricas do que fictícias. A solução apresentada pelo personagem Ozymandias, intitulado como “o homem mais inteligente do mundo”, é justamente a simulação de uma invasão alienígena que culmina com a união dos países em guerra frente a um inimigo exterior - literalmente alienígena - que cessa a ameaça de guerra nuclear. Considerando o caráter crítico da obra, e o desenrolar que problematiza a ação do personagem citado, é possível entender o tom crítico da manobra política aplicada nessa circunstância. Como mais um dos muitos sentidos implícitos na história, ainda encontramos justamente a referência a um alien fabricado como personagem opositor das nações. *Alien* também é um termo utilizado para se referir a estrangeiros nos Estados Unidos, o que permite uma fácil sobreposição da narrativa ficcional e do cenário político real encontrado.

Outro exemplo dessa relação de oposição que tem por objetivo reafirmar ou sustentar os laços dos membros de um grupo encontramos no romance *1984*, de George Orwell (1984). Nele reconhecemos uma sociedade motivada pelo infinito esforço de guerra contra inimigos oscilantes. Os veículos de comunicação em geral assumem um papel fundamental, não apenas propagando o ufanismo na população como também incutindo nela o medo do inimigo,

Emmanuel Goldstein, antítese do Grande Irmão, seu líder supremo. Neste romance, inclusive, encontramos diversos elementos que convergem com nossas observações a respeito do domínio de um território por um grupo. Podemos comparar o partido com a facção criminosa e o Grande Irmão com o padrão da facção.

Impossível não articular essas colocações com a rivalidade encontrada entre as facções criminosas defendidas pelos adolescentes. Há uma espécie de antagonismo necessário que se pratica pelo simples fato do pertencimento ao grupo rival, para além de qualquer outra experiência particular. Em alguns casos, encontramos jovens que, apesar de serem irmãos, se filiam a facções diferentes e estabelecem uma dinâmica predominantemente rival, embora, se comparada com outros sujeitos sem vínculo familiar, ainda seja mais amena. Em um desses casos, o adolescente afirma que, embora não busque fazer mal ao seu irmão, não se dá com ele, inclusive devido à pressão das facções. Antes que nos apressemos a entender que tais exemplos se encontram em contradição com o caráter territorial anteriormente dito, ressaltamos que se trata de uma situação de exceção. Uma situação particularmente interessante mas, ainda assim, incomum.

Apresentamos, a seguir, outro exemplo de circunstância onde o antagonismo frente a um rival é capaz de agregar elementos diferentes. Recentemente, em uma atividade de grupo realizada em nossa instituição, alguns adolescentes expressaram simpatia ao autointitulado Estado Islâmico quando este afirmou intenção de agir no Rio de Janeiro, durante as Olimpíadas de 2016. Disseram que simpatizavam com o grupo na medida em que este se propõe a promover o caos contra a ordem pública, sobretudo contra a polícia. Neste caso, a rivalidade contra a polícia se torna fator de aproximação entre esses adolescentes e o grupo terrorista. Mesmo frente aos desdobramentos da discussão, em que foram explanadas particularidades dissonantes entre essas ideologias, alguns adolescentes sustentaram, ainda, apoio a ideia de ação dos terroristas. Certamente existem diversas camadas sobre as quais poderíamos propor análises quanto a esta posição, porém nos contentaremos, neste trabalho, a utilizá-lo como exemplo de agregamento de duas partes nascido do antagonismo frente a uma terceira. Apenas nos autorizaremos a sinalizar a semelhança de circunstâncias de carência, dos mais diversos tipos, nas quais o tráfico e os grupos terroristas recrutam seus membros, bem como na forma que se apresentam como lideranças para eles, a ponto de suprimirem aspectos individuais em detrimento do grupo.

O tráfico demonstra uma organização que flerta com o funcionamento empresarial, no tocante aos processos de gestão e fabril; basta observar a linha de montagem no preparo para a venda da droga. Todavia, há uma instância, na qual se assemelha ao exército: a manutenção do território. Não é por acaso que, em dado momento da escalada na pirâmide de cargos, haja a função de soldado. É partindo dessa semelhança que destacamos a mesma relação do membro do grupo militar frente a seu comandante-chefe com a do soldado do tráfico frente ao patrão que é, no caso, o líder do grupo naquele território e representa a própria facção, para alguns.

O patrão é o sujeito ao qual todos devem se reportar, e a ele cabe avaliar cada situação ocorrida, dando seu veredito. Alguns relatos de nossos adolescentes, falam de práticas do grupo, que, curiosamente, possuem até mesmo um nome próprio.

Há o “viva e deixe viver” (VDV), que significa o perdão concedido pelo líder do grupo; ocorre quando há uma falha por parte de um membro, porém este recebe uma nova oportunidade. Outra maneira como os adolescentes se referem a esse processo é “melhor forma”. Semelhante ao VDV, dar ou ver a “melhor forma” significa tratar a situação da maneira mais positiva para o sujeito avaliado. Contudo, a “melhor forma” também pode ser aplicada diante de solicitações diversas, não apenas frente a uma falha. Sendo assim, a “melhor forma” também se refere a tomar uma decisão positiva frente a uma solicitação.

No relato de Bruno, é evidente sua perspectiva de que o tráfico é organizador do território, como veremos em sua entrevista. Se antes havia conflitos desordenados entre grupos diferentes por causa de suas parceiras sexuais, a presença do patrão impõe uma mudança de alguma ordem. Não exerce explicitamente uma interdição sobre o objeto em si, pois não há relatos sobre as novas ordenações quanto a esse ponto. No entanto, se considerarmos que, conforme aponta o relato, os conflitos cessaram a partir dessa unificação, podemos supor que uma das causas seria justamente a submissão dos grupos a uma só bandeira, seja representada pelo patrão, seja pela facção. Tal mudança estabeleceria o sentimento fraterno entre os pequenos grupos rivais, estabelecendo uma nova ordem sob a qual estariam submetidos. As mulheres, em consequência, deixam de pertencerem ao grupo da rua de cima e deixam também, de ser interdidas ao grupo da rua de baixo, passando todas a fazer parte do mesmo grupo.



A todo momento, Freud aponta para as relações de grupo pautadas pela libido, a fim de articulá-las nos termos da teoria psicanalítica. Diz que os processos subjetivos de investimento libidinal sobre o próprio sujeito, o narcisismo, só podem ser superados através de outro investimento da mesma natureza, libidinal, direcionado a outros objetos, ou outros sujeitos: “Uma tal limitação do narcisismo, de acordo com nossas conceituações teóricas, só pode ser produzida por um determinado fator, um laço libidinal com outras pessoas. O amor a si mesmo só conhece uma barreira: o amor pelos outros, o amor por objetos.” (ibid, p.113)

Tal como Freud, no *Mal-Estar na Civilização* (1930), Lacan já adverte, em seu seminário sobre a *A Ética da Psicanálise* (1959-1960), quanto às dificuldades de amar ao próximo, sobretudo conforme manda o dito cristão: amar o próximo como a ti mesmo. Há um ímpeto destrutivo do sujeito que promove o desagregamento, a destruição, a satisfação passional que, por vezes, atropela o próximo. O mesmo “instinto primitivo”, ao qual Freud alude no início do seu trabalho sobre os grupos. Como amar o próximo tendo em vista que ele compartilha desse mesmo desejo de destruição? Mesmo que se trate de uma hipótese ou suspeita entre os sujeitos, a constituição de grupos necessita da superação desse receio e da repressão dessas pulsões.

Ao longo da descrição sobre as relações entre os membros dos grupos, paralelamente ao envolvimento emocional com o líder, Freud também aponta para as relações dos seus membros. O laço que os une sob o mesmo teto, ou seja, o amor ao líder, se desdobra em uma relação fraternal entre os membros. Transcende a questão da sugestionabilidade apontada por outros autores e aproxima a dinâmica de funcionamento grupal da teoria psicanalítica, concebendo como laços libidinais ou amorosos, no sentido mais amplo da expressão, o fenômeno de junção desses membros. Tratando das vinculações entre os sujeitos através da psicodinâmica à qual a psicanálise se refere, inevitavelmente surge a necessidade de revisitar as operações realizadas pelo sujeito em seu mundo particular, agora sob luz da relação entre os grupos. Freud dedica um momento para falar do fenômeno da Identificação. (FREUD, 1921, p.115)

Retomando a análise do processo identificatório do sujeito durante sua constituição no seu primeiro cenário grupal, a família, Freud desenha três percursos para a orientação desse investimento libidinal.

O primeiro deles, está relacionado com a identificação no seu sentido mais primário, no qual o sujeito faz daquele com quem se identifica um modelo a ser imitado. Nesse caso, assume características semelhantes às do modelo estabelecido. Na perspectiva neurótica, observamos o complexo de Édipo atuar justamente dessa forma, quando a criança assume em sua fantasia o lugar do pai, querendo ser como ele.

Já a segunda forma de apreensão do processo identificatório se desenvolve através de um processo de introjeção do alvo de investimento libidinal. Assim sendo, há uma transformação em objeto daquele que se deseja, um objeto a ser consumido, por assim dizer. Trata-se do modo de funcionamento histérico. Freud também aponta para um estacionamento na fase oral, na qual se introjeta - e, com isso, aniquila - o objeto de investimento libidinal. Também assemelha a isso, o canibalismo. Ainda aponta para um fenômeno observado no caso Dora (ibid, p.116), no qual ela desenvolveu um sintoma semelhante ao do pai. Diz Freud que, neste caso, o investimento libidinal sobre o pai regrediu até o ponto da identificação ao Dora assimilar um sintoma dele, do seu objeto.

A terceira forma identificada por Freud, esta de particular interesse para nós, trata de um processo identificatório entre indivíduos cuja relação entre si não passa, em um primeiro momento, pelo viés da eleição como objeto de desejo do sujeito. Isto é, pessoas sem aparente vínculo amoroso preexistente assumem características semelhantes em razão de um dado evento, que seria o gatilho para a ativação de um sentimento comum a esses indivíduos e que, ao se manifestar em um deles, é assimilado pelos outros. “O mecanismo é o da identificação baseada na possibilidade ou desejo de se colocar na mesma situação”. (ibid, p.117). Exemplifica com a proposição de uma situação: em um internato para moças, uma delas fica enciumada devido a uma carta endereçada a alguém que está secretamente enamorada e, com a carta, a receptora desenvolve uma crise histérica. Outras moças, que nutrem o desejo de estar no lugar daquela que estava enamorada e recebeu a carta, também desenvolvem a mesma crise, assimilando o seu comportamento.

Freud resume em um parágrafo esses três pontos:

O que aprendemos dessas três fontes pode ser assim resumido: primeiro, a identificação constitui a forma original do laço emocional com um objeto; segundo, de maneira regressiva, ela se torna sucedâneo para uma vinculação de objeto libidinal, por assim dizer, por meio da introjeção do objeto no ego; e, terceiro, pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma pessoa que não é o objeto de instinto sexual. Quanto mais importante essa

qualidade comum é, mais bem-sucedida pode ser tornar essa identificação parcial, podendo representar assim o início de um novo laço (ibid, p.117).

No caso dos grupos, esse sentimento compartilhado entre os membros, que os fazem assimilar comportamentos e identificar-se entre si, é o laço com o líder.

O que ocorre no fenômeno de identificação é a introjeção do objeto de desejo no próprio ego do sujeito. De tal forma que esta introjeção não culmine com a extinção do objeto, mas sim com que ele passe a ocupar ou, ao menos confundir-se com o ideal de ego do sujeito. “Um grupo primário desse tipo é um certo número de indivíduos que se colocaram em um só e mesmo objeto no lugar do seu ideal do ego e, conseqüentemente, se identificaram uns com os outros.” (ibid, p.126)

Não é difícil, ao trazer o grupo sob a ótica da relação entre os membros e o líder, compará-lo com a horda primeva, que Freud nos apresenta em Totem e Tabu. Sobretudo quando tratamos dos grupos como formações vinculadas através do amor direcionado ao líder e do lugar especial que este ocupa frente aos membros. Esse lugar de destaque se assemelha ao Pai da Horda. Também temos semelhanças quanto aos membros dos grupos, cujas individualidades são suprimidas pela ação desse Pai, ou líder.

Retomando ao mito da Horda Primeva, nos recordamos que esse pai, após sua morte, deixa um vácuo, cujos filhos parricidas preenchem com a lei. Uma lei que estabelece um grau de semelhança entre eles, pois todos se encontram na mesma posição: a de não ocupar aquele espaço deixado pelo pai. Já nos grupos, frente ao líder, todos os membros se encontram na mesma condição, a de não desfrutar do amor desse líder integralmente, já que ele precisa delegar o amor a todos. Por mais que o grupo se organize permeado pela ilusão de que o líder ama a todos igualmente, é fato que esse amor, devolvido por ele, encontra-se limitado pelo amor dedicado aos outros membros do grupo. Os membros do grupo se encontram, portanto, unidos diante dessa limitação: se não podem ter o amor do líder de forma plena, ao menos, sabem que nenhum dos outros desfruta desse amor plenamente também. Estão ligados pela semelhança de condições.

Espera-se que o líder desperte o amor do grupo e que retribua esse amor, mesmo que em alguma medida seja uma retribuição ilusória. O Pai da Horda tem compromisso apenas com seu próprio desejo, é o ápice da independência, da manifestação narcísica, e faz dos outros, objeto do seu desejo. “Aos objetos, seu ego não dava mais do que o estritamente

necessário” (ibid, p.134). Essa expressão da conduta do Pai da Horda, radicalizado no narcisismo, ou seja, que ama apenas a si mesmo, é justamente a oposição do movimento gregário (que não é instintivo) observado nos sujeitos. Ao contrário, os sujeitos no grupo estão impelidos pelo amor a outro - ao líder – e a se constituírem como tal. Freud diz: “Sabemos que o amor impõe um freio ao narcisismo, e seria possível demonstrar como, agindo dessa maneira, ele se tornou um fator civilizatório.” (ibid, p.134).

Vejamos: O amor, enquanto observado como o investimento libidinal do sujeito direcionado a um objeto, pode assumir tons sexuais explícitos ou inibidos. Freud, inclusive faz essa distinção com o intuito de desenvolver os efeitos das duas modalidades. O amor cujo elemento sexual se encontra explícito, encontra seu fim após a satisfação desse elemento, ou seja, a relação sexual. De outra maneira, o amor inibido, por não percorrer a via sexual, permanece perene e intocado. Seria justamente dessa última categoria de relação amorosa que se tratariam os laços entre os sujeitos de um grupo e o laço deles com o líder. Seguindo na comparação entre os grupos e a Horda, o pai da horda é castrador dos impulsos sexuais dos filhos, evitando a satisfação desse amor. O que resta, portanto, é a manifestação do amor inibido, o amor que culmina com a criação dos laços emocionais entre aqueles que padecem dessa castração com o Pai e também entre si: “... o pai primevo impedira os filhos de satisfazer seus impulsos diretamente sexuais, forçara-os à abstinência e, conseqüentemente, aos laços emocionais com ele e uns com os outros...” (ibid, p. 135)

Ainda sobre a comparação entre o líder e o pai da horda, Freud diz:

Vimos que, com o exército e a Igreja, esse artifício é a ilusão de que o líder ama a todos os indivíduos de modo igual e justo. Mas isso constitui apenas uma remodelação idealística do estado de coisas na horda primeva, onde todos os filhos sabiam que eram igualmente perseguidos pelo pai primevo e o temiam igualmente. (ibid, p.135).

Freud localiza a família nesse contexto, sugerindo a causa da organização familiar se fazer elemento tão presente na construção dos grupos: “A força indestrutível da família como formação natural do grupo reside no fato de que essa pressuposição necessária no amor do pai pode ter uma aplicação real na família.” (ibid, p.135/136). O líder diante do seu grupo, portanto, nada mais é do que a atualização do pai primevo frente aos filhos, à horda. “O pai primevo é o ideal do grupo, que dirige o ego no lugar do ideal de ego” (ibid, p.136),

Portanto, intercambiando as nomenclaturas, o líder substitui o ideal de ego do sujeito, a partir do momento que esse sujeito se integra ao grupo e passa a ser orientado não pelo ideal de ego, mas pelo ideal do grupo - representado pelo líder.

Freud fala de outra característica do líder de um grupo, retomando as questões entre o ego e o ideal de ego dos sujeitos. Diz que, em certas circunstâncias, com certos sujeitos, a distância entre o ego e o ideal de ego é muito pequena. Tal proximidade facilitaria o processo observado no grupo, onde o ego é substituído pelo ideal de ego; e, como o ideal de ego é substituído pelo ideal de grupo, este último passa a se sobrepor sobre o ego. Mais ainda, sendo o grupo a encarnação desse ideal de grupo, este sobrepe o ego do sujeito, membro do grupo. Assim sendo, nos sujeitos onde há um estreitamento entre o ego e o ideal de ego, a prevalência de um líder se encontra ainda mais facilitada, desde que este preencha certos requisitos adequados ao próprio ego do sujeito, porém com maior expressividade. Ao encontrar esse outro com maior potência em características que lhe são próprias, o sujeito com ego e ideal de ego próximos não hesita em identificar e fazer desse sujeito, o líder. O grupo absorve, em seguida, outros sujeitos sem a especificação apresentada, porém o fazem devido ao fenômeno identificatório, já abordado.

#### **Capítulo IV - A ADOLESCÊNCIA**

**(ou: Quando o sujeito constrói um novo nome para o desejo através de ensaio e errância)**

Durante nossa pesquisa, quando refletimos sobre a constituição do sujeito frente ao termo que destacamos, o tráfico, encontramos diversos pontos de entrada para nossa análise, como as questões sociais, políticas e institucionais. Até questionamos, em certo momento, as abordagens derivadas dessas perspectivas, argumentando que ainda se fazem insuficientes, dado o elevado número de reincidentes e o espírito de frustração camuflado (às vezes nem tanto) na prática e na fala de profissionais da área. Entretanto, nossos estudos nos levaram a atender para um termo que, de tão próximo, por vezes some do foco, que é a adolescência. Dito isso, fazemos da adolescência nossa entrada.

Começando pelo mais simples, é preciso reafirmar o senso comum de que a adolescência é um período ímpar na vida do indivíduo, uma vez que se trata de um processo de transição, de metamorfose, no sentido biológico, quando este experiencia sua maturação sexual. É de conhecimento geral, que há diversas alterações no corpo do indivíduo, sejam elas visíveis como o surgimento de seios, pelos, mudança de voz, sejam invisíveis, como a ação hormonal. O corpo passa por mudanças que, via de regra, causam estranhamento em algum grau ao adolescente. Seu corpo deixa a infância para trás e se transforma progressivamente em um corpo adulto.

Falar de corpo, entretanto, é falar da interface do sujeito com as coisas. Sua interface com o mundo através dos sentidos, consigo mesmo através das sensações corpóreas e com os outros. Afinal, nas relações com esses outros, o sujeito também é acossado, provocado, sensibilizado. Há uma inegável relação entre o corpo e o discurso, posto que ambos apontam para o aspecto relacional. As mudanças no corpo redundam em mudanças na forma de relação do sujeito. Aqui vamos empregar o termo “sujeito” ao invés de “indivíduo”, uma vez que incluímos o aspecto do discurso, trazendo a dimensão subjetiva aquilo que antes referimos apenas como um corpo e suas sensações.

Quando o corpo muda, quando a ferramenta de interface muda, isso não é sem consequências. O discurso também encontra um ruído, um embaraço no campo relacional. A linguagem encontra uma dificuldade inédita

Lacadée (2007) articula, com a participação de Jacques Munier, a passagem ao ato e o “acting - out” com o fenômeno da adolescência. Relaciona este período, especificamente às

relações entre corpo e linguagem, com os embaraços simbólicos expressos por esses sujeitos. Trata esses embaraços como uma crise na linguagem.

O “acting-out” refere-se a uma ação do sujeito, uma atuação na qual se observa um endereçamento ao Outro e que, por isso, comporta a interpretação da cena desenvolvida por ele. No “acting-out” ainda falha a linguagem, mas em seu sentido mais restrito, da fala propriamente dita. O sujeito representa à sua revelia algo que, de outra forma, não consegue transmitir ao outro, mas ainda assim insiste em se manifestar. Analisando o espaço institucional, onde a fala por vezes é vedada ou simplesmente não encontra eco no Outro, as manifestações de “acting-out” são bastante compreensíveis, pois há questões do sujeito que urgem pela manifestação. Já, a passagem ao ato se refere a um momento no qual o sujeito não é capaz de articular mais saídas simbólicas para o que lhe acomete e o pressiona. Uma, por vezes literal, queda do sujeito de seu percurso na cadeia de significantes que culmina com uma ação física.

Freud (1920) exemplifica os dois processos e apresenta o “acting-out” como a exposição que uma jovem faz do seu encontro romântico com a companheira em frente ao pai e, consecutivamente, a passagem ao ato quando esta se deixa cair de uma ponte frente ao olhar de desaprovação dele.

Inicialmente, Lacadée volta a Freud, localizando a adolescência no rompimento com o que chama de autoridade parental (Freud, apud Lacadée, 2007, p.2). Isto é, trata-se de uma separação vivenciada pelo adolescente daquilo que até então lhe servia de paradigma, de referência: a figura paterna, enquanto instância que encarna alguma legitimidade e, conseqüentemente, autoridade. Tal rompimento tem um duplo caráter, pois aponta para um movimento de emancipação, necessário para o desenvolvimento da identidade desse sujeito, porém um movimento que não se dá sem uma considerável dose de angústia e, não raro, riscos.

Esses riscos que, flagrantemente encontramos na conduta do adolescente e, que se manifestam como sintomas desse contexto particular, são interpretados por Lacadée (2007, p.2) como uma busca por uma “verdadeira vida” (termo que toma emprestado de Rimbaud, como uma expectativa de alcançar uma vida supostamente melhor, plena ou satisfeita). Como exemplos destes sintomas, destaca a toxicomania, o suicídio, os transtornos alimentares, as fugas e, aqui adicionamos, o envolvimento com a violência e o crime organizado. Tais

movimentos nos parecem efeito do desgarramento da vida anterior, por assim dizer, vinculada aos referenciais parentais, agora obsoletos.

Ao tratarmos da desvinculação da autoridade parental, até então avatar do Outro para o adolescente, podemos pensar em um primeiro momento de repulsão ao Outro. Contudo, frente a algumas condutas dos adolescentes, que serão identificadas como atuações (acting-out), observamos também um endereçamento que, conforme aponta nossa discussão institucional, muitas vezes, não encontra acolhimento por parte dos seus interlocutores, profissionais das instituições.

Como foi destacado anteriormente, são importantes as mudanças de caráter fisiológico da puberdade, como as alterações hormonais e suas conseqüentes manifestações fenotípicas. Contudo, é preciso dar destaque ao corpo em sua função como mediador do sujeito com o mundo. O corpo tem uma função instrumental, sendo uma forma de acesso ao mundo. Também é a superfície de contato com o Real, na medida que suporta em si sensações referentes ao desejo, não raro em sua condição indescritível, intraduzível, sobretudo na adolescência. Há, portanto uma invasão no corpo do adolescente por ele mesmo, pelas sensações e mudanças de dimensões extremas às quais ele não é capaz de dar contorno significante. Portanto, não dispõe a priori de recursos simbólicos para dar-lhes nome. O sujeito se vê em situação de precisar desenvolver seus próprios significantes. Ele encontrará em outros grupos, que não o parental, uma gramática que, nos parece, pode lhe servir muito bem. No caso do nosso estudo, acreditamos que encontrará esses significantes no tráfico. Isto é, encontrará aí um novo paradigma onde costurar, fixar, nomear isso que lhe escapa.

Em nossa experiência, encontramos tentativas dos próprios adolescentes em circunscrever essas sensações através de significantes como “revolta”, “ódio”, “massacre” ou em gírias menos recorrentes como “bolado”. Também nos parecem índices da construção de identidade, os arranjos que o adolescente faz com o grupo específico ao qual se filia, adotando outros significantes, como os descritos nas entrevistas. Por exemplo, o adolescente que pertence ao Terceiro Comando não pode falar o numeral “2” e, deve expressá-lo como “1+1”.

O fato dos adolescentes, nessas situações, adotarem um linguajar tão próprio ilustra claramente as novas articulações que ele constrói. Aponta para os grupos que segue, os referenciais que adota, as soluções - que podem muito bem falhar - para seus impasses, para onde norteia seus anseios e que leis ele segue.

Lacadée (ibid) destaca uma elaboração de Freud a pretexto de apresentar a função da escola. Fala justamente da intervenção nas unidades educadoras, o que faz eco para nós,



quando pensamos nas unidades socioeducativas. Freud destaca a condição de imaturidade do adolescente, ou seja, de um processo ainda em desenvolvimento e que pode deter-se nele por um tempo mais ou menos elástico, que exige, portanto, tolerância. Desta forma, o papel da instituição transcende o caráter normativizador, de imperativos que ditam condutas, mas que também deve alcançar um amparo para esta circunstância pouco definida, talvez um tanto quanto precária de transição

“Ela (a escola) não deve reivindicar por sua conta a inexorabilidade da vida, ela não deve querer ser mais do que um jogo de vida” (Freud, apud Lacadée, 2007, p.3). A escola, não deve pôr-se fora das vicissitudes da vida, nesse caso, do delicado período de separação entre o sujeito e sua família. Ao contrário, deve estar ciente do seu papel nesse jogo. Um papel, que toma o lugar da família e, reinterpreta esse jogo de vida para o sujeito. A evocação da vida, como tema desse jogo, aparece no trecho em que Freud trata, particularmente, mas não exclusivamente, do suicídio. Ou seja, de uma passagem ao ato pelo sujeito que se aniquila por não encontrar mais possibilidade de vida.

Freud propõe uma certa substituição do mundo familiar pelo mundo escolar, espaço onde o adolescente encena um encontro com um novo mundo. Pensando a unidade socioeducativa como um desdobramento dos braços da educação, convém refletirmos sobre a especificidade de sua proposta através das próprias práticas socioeducativas. Nesse sentido, é importante que a instituição socioeducativa também esteja ciente e pronta a desempenhar seu papel nesse jogo de vida. Mesmo considerando as particularidades e diferenças entre as escolas e as unidades socioeducativas, vale ressaltar um ponto de convergência quando nos voltamos para o cerne da questão: ambos os dispositivos devem estar atentos e disponíveis à condição ainda indefinida do adolescente, ou como é nomeado no jargão socioeducativo, o “sujeito em desenvolvimento”.

Além disso, cabe nos perguntarmos: E quando o adolescente não encontra substituição da família na escola, seja por afastar-se, ou seja, por ser afastado dela? É aqui, que entra em jogo o papel do tráfico, introduzido pela fala da adolescente: o tráfico é como uma família.

Sobre os embaraços da adolescência quanto ao seu desenvolvimento sexual, Lacadée faz uma apresentação curiosa. Refere-se a ela como uma relação na qual o adolescente se encontra “parasitado pelas suas pulsões sexuais” (ibid, p.4). Mais uma vez, observamos a relação do adolescente com algo que lhe escapa, inominável e indomável, que se faz presente

nele mesmo, em seu próprio corpo. Há uma espécie de estranhamento nessa relação, derivada justamente do caráter inédito da experiência vivenciada na adolescência. Um estranhamento que aponta para um aspecto do sujeito desconhecido por ele. Um estranhamento de si mesmo, em certo sentido. É do encontro com essa coisa estranha, sem nome, que é a pulsão sexual que nos referimos ao tratar da adolescência. Em especial, da sua conduta aparentemente errática. O “acting out” e a passagem ao ato seriam duas manifestações distintas do adolescente frente ao encontro com algo que não se submete às rédeas da significação.

Há outro ponto importante nesse texto que traz à tona Freud e o Complexo de Édipo. Tratando da adolescência, fala do declínio da autoridade paterna localizada no terceiro tempo do Édipo, que seria o momento no qual, frente à declinação do pai, a criança precisa constituir um novo objeto de desejo. Nesse momento, Lacadée aponta para um “ponto de onde” (ibid, p. 6) o sujeito tecerá uma trama simbólica própria na tentativa de dar conta do desejo. E, trazendo Miller e Lacan, enuncia a importância do pai que diz sim. Isto é, de uma autoridade que, para além das restrições que institui no sujeito, também legitima - diz sim - para as soluções inventadas por ele.

Sendo um artigo que tem como ponto central as tentativas de suicídio, a questão da passagem ao ato insiste em sua presença nas discussões. A passagem ao ato, efeito de uma impossibilidade do sujeito de se manter no campo simbólico, do qual despenca, aponta justamente para aquilo que destacamos como característica fundamental do adolescente: o embaraço de circunscrever simbolicamente a pulsão sexual. Desdobramos, para além do suicídio e das passagens ao ato, os efeitos desse embaraço, estando ele manifesto nos sintomas e atuações observados com certa frequência nestes sujeitos.

Sendo a adolescência o período no qual o sujeito enfrenta um nível, literalmente, indescritível de excitação, cujos seus recursos simbólicos ainda se mostram ineficientes; sendo resultante disso o seu engajamento em ações, passagens ao ato ou atuações; a proposta que Lacadée traz, e que nos autorizamos a reproduzir no nosso campo de trabalho, é a produção de um espaço de conversação, apto a dizer sim para as invenções dos adolescentes e que possibilite que eles exercitem o dizer e o bem dizer sobre si mesmos.

Lacadée, em seus estudos sobre a adolescência, recorre diversas vezes, a Artur Rimbaud, pois destaca em suas obras alguma precisão ao falar da ruptura que o adolescente vivencia nesta fase e sua consequente captura pela invasão de pensamentos, que a psicanálise

chama de pulsões, e que o carregam à sua revelia. “É falso dizer: eu penso, deveria dizer, sou pensado” (RIMBAUD, apud LACADÉE, 2007, p. 8).

O pensamento se faz, portanto, uma entidade, algo que ultrapassa a medida do próprio sujeito, nesse caso transbordando do seu corpo quando falamos das pulsões sexuais. O movimento de escuta ao qual nos referimos, derivado da prática psicanalítica, pretende ofertar espaço para o adolescente desenvolver uma fala de si mesmo.

Segundo Lacadée (2007, p.8), Rimbaud, em seu poema, faz alusão à janela como instrumento de contato do adolescente com algo que está fora de seu lugar atual, onde vislumbra uma vida, a verdadeira vida, fantasiosamente adequada as suas pulsões. Um ponto de onde, supõe, encontrará respostas, nome, sentido para o que sente. Tal alegoria pode ser encontrada no relato de Guilherme, quando fala de observar o movimento do tráfico por cima do muro. Quando “foi aprendendo o certo”.

A articulação se inicia, enfatizando a ruptura com a autoridade parental, ou com o saber do Outro, uma vez que este Outro é ineficaz para lhe oferecer uma tradução eficiente das suas pulsões sexuais. Destitui-se esse Outro e o seu saber de autoridade. Assim, o adolescente entra em crise, um processo de errância, na qual tenta circunscrever suas pulsões de outra forma. Lembremos que esse saber do Outro, até se tornar ineficiente, era fundamental para a identificação do próprio adolescente, estando na base do seu ideal de eu. Quando entra em crise, a própria identidade do adolescente entra em crise. Uma vez errante, o adolescente se vê frente à impossibilidade do Real, de dar contorno pleno à sua pulsão, que transborda em um excesso, que Lacan chama de gozo. Um excesso que pode culminar em ações radicais e, até mesmo, mortíferas por parte do sujeito na tentativa de dar conta disso que lhe excede - que o parasita - e, que por não encontrar nome, significante que lhe traduza, se manifesta em ato. Em passagem ao ato, em “acting out” ou em sintomas.

O corpo entra em cena como lugar onde o adolescente experimenta e vivencia esse gozo, pois se trata da instância onde residem as sensações mais imediatas do sujeito. Seja satisfação pelo uso da droga, seja no exercício sexual propriamente dito, seja na automutilação ou na exposição ao risco, é no corpo que o adolescente opera esse encontro com a pulsão e o mundo, buscando objetos de suposta satisfação dessa pulsão. A crise, portanto, é uma impossibilidade de tradução das pulsões frente à perda dos antigos referenciais identitários. Frente à defasagem de uma operação simbólica, da linguagem, que não dá mais conta de circunscrever as pulsões da puberdade. Uma mudança que nasce do corpo e, por não encontrar referenciais externos (estão desautorizados, não sabem responder a essa pulsão, pois

não são capazes de enunciar seu objeto) retornam para o corpo, através das satisfações imediatas. Esse retorno, conseqüentemente, faz o corpo ocupar o lugar do saber do Outro, pois nessas sensações imediatas se encontra uma resposta - parcial, talvez? - aquilo que exige a pulsão.

A questão é que se um saber do Outro ainda reside no campo simbólico, pois é enunciado, o corpo, quando em seu lugar, não. Por estar no campo simbólico, o saber do Outro se sujeita a variações, a alterações no enunciado. Ora se supõe apontar para um objeto, ora para outro. Assim, o sujeito caminha metonimicamente costurando objetos parciais para sua pulsão. Já na instalação desse saber no corpo, alheio ao deslizamento simbólico, há uma unicidade do saber. Ele é inquestionável, intraduzível e devastador. A errância que Lacadée destaca, também comporta uma solidão, um exílio, posto que o adolescente não é capaz de se fazer entender sobre o que lhe acomete. Ninguém sabe o que ele sente, ninguém é capaz de lhe ajudar, ninguém lhe entende. Assim ele se sente.

Estando no corpo e nas sensações imediatas, a aposta do adolescente quanto à satisfação de sua pulsão, este poderá encontrar algum discurso que converse com eles. Carecendo de referenciais em sua errância, ao se deparar com um Pai da Horda pleno e apto a satisfazer qualquer desejo, diferente do pai parental, que é falho, não é difícil que o adolescente o siga.

Aqui entram em cena os “patrões” ou as facções criminosas que, nos casos analisados, são investidos pelo adolescente como novos pais, novas autoridades, novos referenciais e que enunciam novas leis. Se, por um lado há um fator de risco e socialmente refutável, que é a entrada no crime, por outro, do ponto de vista subjetivo, acabam por oferecer ao adolescente uma reentrada no campo simbólico, onde adotam um grupo, cessam sua errância solitária e reinventam uma identidade.

A proposta do nosso trabalho é, em um primeiro momento, explicitar a importância desses grupos criminosos, mesmo que condenáveis em suas práticas no ponto de vista social, no processo de passagem desses sujeitos pela adolescência. Tentar entendê-los como um discurso e não como uma identidade fixa ou imutável. Em um segundo momento, nos propomos a dialogar com o adolescente sobre a identificação com o tráfico. Com este, agora transformado em discurso, passa a ser possível questioná-lo e suas contradições podem tornar-se visíveis pois, como qualquer discurso, tem suas falhas. Lacadée (2008) fala do período de embaraço da adolescência como uma “crise da língua articulada ao Outro”.

A construção psicanalítica da dinâmica na qual se funda o sujeito é desenvolvida por Freud, tomando por modelo a organização familiar, especificamente nas funções desempenhadas pelo pai e mãe no lidar com seus filhos. Segundo ele, nessa dinâmica, da qual o paradigma do Complexo de Édipo faz ilustração, o pai se estabelece como fundador da lei para o sujeito, por interceptar o endereçamento do desejo do sujeito a um objeto, a mãe, que se torna interdito. Paralelamente, a respeito dessa fundamentação da lei, Freud ainda acrescenta o mito do Pai da Horda, morto pelos filhos e que adquire um status simbólico. O nome aqui é destacado por Freud como representante desse pai, uma herança transmitida por ele para o sujeito. Contudo, Lacadée recorda, citando Lacan, que o nome transmitido pelo pai, o Nome-do-Pai, é construção do discurso analítico, uma forma de apreensão da psicanálise sobre o percurso de constituição do sujeito.

Ainda utilizando a metáfora edípica, Lacadée fala sobre o movimento de emancipação do sujeito, que se afasta da autoridade parental. Diz que, tal qual Édipo se exila, para não matar o pai, o próprio sujeito na adolescência também entra em um processo de exílio. Um movimento de distanciamento da autoridade parental que, como sempre ratifica, se faz necessário apesar da angústia ou dor sofrida por isso. Adiante, Lacadée propõe:

Colocar-se do lado de uma autoridade autoritária ou querer corrigir os comportamentos adaptando-os às normas preestabelecidas não é necessariamente o meio mais oportuno e mais eficaz, visto que nesse momento lógico implica a necessidade de se destacar da autoridade parental ou de inventar uma resposta diante da sua ausência (ibid, p.2)

Portanto, não se trata de sustentar a posição de “autoridade autoritária”, algo que se apresenta sob a forma do discurso do mestre. Trata-se sim, de acolher a própria solução apresentada pelo adolescente, sua fala; de reconhecer sua legitimidade para que o interlocutor possa incidir sobre ele.

O acolhimento da sua fala, no caso de nosso trabalho, atravessa diretamente o objetivo de reconhecer a legitimidade do tráfico como um discurso possível enquanto solução articulada pelo adolescente para “os embaraços” característicos do seu período. Há um ponto de diferenciação fundamental quando propomos tal posição. Reconhecer o tráfico como discurso possível nos dá a oportunidade de adentrar a fala do adolescente, entender as funções desempenhadas pelo grupo no qual buscou identificação e o que está em jogo. Acolher sua fala não significa aprovar ou não tal percurso, mesmo porque tal aprovação, estando ainda

atrelada à “autoridade autoritária”, que supõe erroneamente algum nível de controle sobre este sujeito, não faz eco nele e assim, é irrelevante.

Não podemos nos isentar de uma missão da qual nos imbuímos ao trabalhar com adolescentes. Há, de fato, uma intenção de que eles busquem novas articulações e soluções para seus entraves pulsionais. O preço da decisão de se vincular ao tráfico está estampado nos jornais a todo momento, sendo em muitos casos, uma marcha para a morte. Há o desejo de que eles se reposicionem, mas não que assumam a posição desejada, por vezes, pelo profissional ou pela instituição. Sendo aí, que reside a grande diferença.

Com uma intervenção calcada na premissa de que o adolescente deve se adequar a uma posição institucionalmente ou socialmente desejável, o que é proposto é que ele se enquadre em uma construção que não lhe diz nada e que, por isso, ele não sustenta. Ao propormos uma análise do seu processo de subjetivação, que questiona a sua trajetória, mas o faz sob seus próprios termos, sem demandas de adequação direcionadas a ele, esperamos que o adolescente se defronte com os paradoxos do seu próprio discurso, presentes em sua fala. Assim sugerimos uma circunstância propícia para o desenvolvimento de novas “amarrações”, novas soluções para seus conflitos pulsionais, elaboradas por eles mesmos. Tais soluções, sendo de criação própria, encontram reverberações muito mais fortes no sujeito, que as sustenta com maior afinco.

Neste trabalho, identificamos o tráfico como algo especial dentro da realidade encontrada. Não apenas ao longo da pesquisa como também durante a experiência de trabalho, identificamos estatisticamente sua prevalência na unidade de semiliberdade e uma participação, quase que onipresente no dia-a-dia e nas falas dos adolescentes. O tráfico aparece como um discurso apresentado ao adolescente e, por vezes, adotado por ele; um discurso pois aponta para um jeito de entender, pensar, sentir e fazer as coisas; um discurso que, como tal, serve de paradigma para sua relação com o Outro, com o mundo e consigo mesmo; um discurso como uma forma de vínculo social.

O discurso é um modo de relacionamento social representado por uma estrutura sem palavras. Lacan propõe os discursos como sendo modos de uso da linguagem como vínculo social, pois é na estrutura significante que o discurso se funda. É a articulação da cadeia significante que produz o discurso. (COELHO, 2006, p.108)

O discurso é, portanto, a estruturação que orienta a cadeia de significantes: “é uma estrutura necessária que subsiste na relação fundamental de um significante com outro” (ibid, p. 109).

Lacan define quatro formas radicais de discurso: o discurso do mestre, o do universitário, o da histérica e do analista. Tais discursos são derivados das articulações entre os elementos **S1** (significante mestre), **S2** (saber derivado da cadeia de significantes), **\$** (sujeito barrado) e **a** (objeto a), montados em quatro quadrantes específicos. Cada quadrante corresponde a uma ocupação dos termos nele localizados: agente ou poder ou semblante; Outro/outro ou trabalho ou gozo; verdade; produção/perda ou mais-gozar (CASTRO, 2006).

Os discursos são as formas com as quais o sujeito estabelece seus relacionamentos sociais, atravessados pela linguagem. Usando os matemas, Lacan diferencia as quatro formas de se estabelecer as relações que consistem na rotação entre os elementos do discurso que ocupem quadrantes diferentes na montagem do esquema.

Quando destacamos o caráter de discurso no tráfico, observamos sua afinidade com o discurso do mestre, posto que se organiza como uma relação de obediência.

Observamos nas entrevistas realizadas, que, através do tráfico, o adolescente adquire uma identidade a partir da relação com a facção, o patrão, os membros do grupo e os rivais. O grupo oferta uma forma de se relacionar através dos “mandamentos”, que governam e orientam os sujeitos, dando-lhes um sentido para onde ir e limites para respeitar. A orientação sobre o que fazer é fundamental quando localizamos na adolescência o embaraço frente ao sexual e o como fazer diante da necessidade de fundar um objeto de desejo viável. Identificamos nas falas encontradas, uma busca por um modelo que lhes responda as perguntas quanto ao inapreensível desejo e o constante sentimento de inadequação e falta decorrentes dele.

Se pretendemos abordar tal ponto sob a luz da psicanálise, tratar o tráfico como um discurso implica, necessariamente, em pensá-lo enquanto linguagem, primeiro termo ao qual devemos prestar especial atenção. Inúmeras são as pistas dessa relação conforme, mais uma vez, observamos nas entrevistas e nas manifestações cotidianas do trabalho. O tráfico adota uma linguagem própria, com suas gírias e jeitos. Constitui uma pequena gramática com suas normas e usos como, por exemplo, o fato de pessoas do Terceiro Comando não poderem falar o numeral “2”, identificado como índice de referência ao Comando Vermelho, facção rival.

Também há termos compartilhados entre os dois grupos que identificam aqueles que falam, não pelas suas facções, mas por pertencimento a um certo grupo que, admitimos, não encontramos parâmetros para apontar mais do que um esboço. Por exemplo, independentemente da facção adotada, todos os adolescentes não usam o verbo “tomar” na unidade, substituindo-o pelo verbo “pagar”. Portanto, não “tomam banho” ou “tomam remédio”; mas “pagam banho” ou “pagam remédio”. Ou, ainda, “bebem remédio”. Segundo a fala de um deles, “quem toma é mulher”, daí a substituição de verbos.

A referência à distinção de gênero apresentada na fala acima é especialmente importante, se pensamos na adolescência como período, no qual o sujeito se defronta com a questão do sexual quando ele está por esboçar ou desenhar com maior substância seu objeto de desejo, quando ele se encontra à deriva quanto aos seus referenciais, uma vez que deixou para trás a autoridade parental. Não é surpresa encontrarmos de forma tão flagrante uma diretiva que busca justamente uma identidade, nesse caso, o ser homem. Se “quem toma é mulher”, e o adolescente se nega a tomar, é clara a sua afirmação de masculinidade, deixando evidente em seu discurso que, diferente das mulheres, ele não toma, pois é homem.

Se homem não toma, o que faz, então? No filme *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meireles e Kátia Lund, numa cena uma das crianças afirma sua masculinidade: “Eu fumo, eu cheiro. Já matei e já roubei. Sou sujeito homem!”. Encontramos na arte expressões legítimas de nossas produções sociais e este filme tem uma indiscutível imersão no cenário ao que pretende retratar. Desde a sua constituição de elenco, selecionado dentre moradores das próprias comunidades do Rio de Janeiro, até o método usado pela preparadora de elenco, Fátima Toledo, que encorajava atuações imbuídas dos trejeitos naturais desses atores, o filme alcança com especial toque de realidade elementos característicos do contexto representado. Portanto, no filme, ser homem é compartilhar daquilo que é prática dos outros homens do grupo. Envolve participar de algo que se aproxima de um rito, de uma experiência que mede o quanto o sujeito se encontra envolvido com as práticas do grupo, onde estão seus pares. Não só envolvido, mas principalmente apto.

Em nossa pesquisa, não encontramos relatos de ritos de passagem ou atos estanques que consagram o amadurecimento do sujeito para ser considerado homem, a não ser as referidas falas em alguns grupos, é possível encontrar um processo de entrada. No Primeiro Comando da Capital (PCC), um responsável chamado “padrinho” deve fazer uma busca pelos



anteriores do novo candidato à facção, o que chamam de “percorrer o caminho dele”, para certificar-se da sua idoneidade, dentro dos critérios do grupo (SALVO MELHOR JUÍZO, 2016b). Entretanto, neste caso, o rito de passagem não marca a entrada do sujeito em um novo processo de maturidade, mas sim no seu reconhecimento como membro do grupo. Aqui buscamos referências quanto a um processo que transcende ao aspecto de grupo, embora também o atravesse, que é o reconhecimento como homem, como sujeito homem. É possível ser homem e não pertencer ao grupo. Os trabalhadores, identidade inversa à dos bandidos, são homens, são pais de família. Até mesmo membros de outra facção podem ser homens, supondo que correspondam a certos critérios. Portanto, há uma diferença entre o mecanismo de entrada para o grupo, pelo qual o sujeito é reconhecido como membro, e a ascensão à maturidade.

Não há um ato claro de passagem, que marca a iniciação do adolescente na vida do crime e, portanto, na sua masculinidade, tomando a fala do personagem do filme. Há um processo no qual o sujeito acumula os predicados necessários para ser homem: ter usado drogas, ter cometido crimes.

Em nossa pesquisa, contudo, não encontramos referências a esses termos quando os entrevistados relatam o que buscam nos grupos extrafamiliares. O uso de drogas ou a prática de crime não parece comportar status de maturidade, sendo, eventualmente, ainda localizados no período infantil, especialmente a questão da droga. O que nos faz aproximar as duas situações, o filme e as entrevistas, é o termo “ser homem” que aparece explicitamente no primeiro e de forma indireta no segundo. Nas entrevistas, encontramos falas recorrentes sobre busca de reconhecimento de uma identidade através do acesso, dentre outras coisas, às parceiras sexuais. Bruno fala com muita clareza que o estopim das brigas entre os grupos vizinhos era a disputa pelas meninas nas festas. Quando Lauro fala das meninas com quem “faz ousadias”, refere-se àquelas que teve acesso por tornar-se traficante, por tornar-se alguém. Parece bastante nítida a entrada da questão sexual para o adolescente que se torna homem através das vestes de traficante.

Embora não possamos afirmar com propriedade estatística, nossa experiência em outros espaços com adolescente não tem registrado o significativo do crime e do tráfico como necessários para uma identificação de gênero. Existem outros significantes, obviamente, compartilhados entre sujeitos, independentemente de sua vinculação ou não com o tráfico,

como a posse de armas, dinheiro, drogas ou outros representativos de poder. Contudo, tratando-se da linguagem, os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa apresentam esse traço em comum, transcendendo até mesmo os grupos das facções. Se recorrer a esses significantes não é prática exclusiva deste grupo, certamente, este é um grupo no qual eles são predominantes.

Segundo nossa hipótese, essa linguagem própria flerta com parâmetros de identificação dos adolescentes aos grupos, de a facções distintas. Nesse caso talvez encontremos resposta em uma identificação a um universo mais amplo. Um universo que talvez esteja relacionado com a marginalidade ou ao que, eles identificariam como esse grupo maior, que seria o de criminosos ou bandidos. A identidade de “bandido” surge em algumas falas, como observamos ao longo da experiência de trabalho. Todavia, como dissemos, nossa pesquisa não se debruçou sobre esses termos, e assim, qualquer desdobramento sem uma observação mais completa e atenta não seria honesta. Aqui apenas fazemos uma sinalização.

## Capítulo V - A PESQUISA

**(ou: Escuta o que o garoto diz quando não está dizendo o que acha que tem que dizer!)**

### 5.1- Sobre as entrevistas

O ponto de partida do nosso trabalho foi a fala de uma adolescente, que se refere ao tráfico como uma família. É através do que foi enunciado por ela, que começamos a articular a questão entre o tráfico de drogas e a adolescência, derivado da sua prevalência estatística observada nos livros de registro. Sendo a fala um elemento de tanto destaque e sendo nossa base de trabalho orientada pela psicanálise, não seria possível avançar em nossa hipótese sem lançarmos mão das falas dos adolescentes, na tentativa de melhor compreendê-los.

Frente à necessidade de escutar o que os adolescentes têm a dizer, elaboramos uma pesquisa cuja base se dá através de entrevistas semiestruturadas, submetida ao Comitê de Ética e aprovada pelo mesmo em 2015.

Cada adolescente convidado foi orientado sobre os termos da pesquisa, inclusive quanto ao caráter de sigilo, estratégias de preservação da sua identidade e motivadores do trabalho. Com a concordância dos adolescentes, seus responsáveis foram chamados e esclarecidos sobre o trabalho a ser realizado. Tanto os adolescentes quanto seus responsáveis assinaram e concordaram com os termos de consentimento. Dois dos entrevistados, contudo, por já serem maiores de idade, assumiram por conta própria a decisão de participar e, orientados sob os mesmos termos dos outros entrevistados, também assinaram os documentos de consentimento.

A coleta de dados da pesquisa foi realizada através de um questionário contendo dez perguntas de caráter significativamente amplo que se encontra no apêndice. A partir dos questionários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas nas quais os adolescentes foram convidados a falar sobre os temas propostos, sempre cientes da voluntariedade de resposta, bem como do seguimento da entrevista. Embora os itens previstos servissem de gatilho para os assuntos a serem tratados, as respostas quase que invariavelmente levavam a outras questões não previstas e que passaram a fazer parte dos nossos diálogos. Assim, foi construída uma narrativa própria de cada entrevistado que transcende às questões iniciais. As entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente por nós, também com consentimento dos entrevistados, para análise futura. As gravações têm particular importância na medida em que trazem em si aspectos por vezes, ocultos nas transcrições, como o tom de voz usado, ou mesmo, uma risada suscitada por uma ou outra pergunta. Procuramos nos manter

atentos a estas manifestações e, sempre que possível, instigamos os entrevistados a ponderar sobre elas.

As entrevistas foram realizadas no Centro Socioeducativo Irmã Asunción de La Gándara Ustara, em Volta Redonda, onde adolescentes da região Sul Fluminense cumprem medida de internação ou de internação provisória. Tal cenário foi escolhido devido ao fato de que nós ainda atuamos nesse espaço, embora tenha mudado nosso vínculo de trabalho com a instituição.

Durante o desenvolvimento do trabalho, nós transitamos entre unidades de medida socioeducativa de semiliberdade e unidades de internação e, por fim, fomos trabalhar na Prefeitura de Volta Redonda, onde nossa função era a de articular e participar dos cuidados em saúde, especificamente em saúde mental.

A mudança de postos de trabalho e funções acabou sendo muito relevante para a realização da pesquisa, embora, de início, tivéssemos dúvidas a respeito da interferência que o local de trabalho do pesquisador poderia ter sobre as manifestações dos adolescentes.

Na passagem pelo DEGASE, como membro da equipe técnica, nos encontrávamos na ingrata posição de nos manifestar sobre a situação de cada adolescente através de relatórios, que eram parte importante no andamento do processo deles. Isso, não raro, levava os adolescentes a uma posição mais defensiva frente ao que nos seria narrado. Havia o receio de falar algo que, supostamente, pudesse comprometer o progresso da sua medida socioeducativa. Portanto, certas falas dos adolescentes evidenciam um modelo de conduta supostamente esperado pela instituição, ou seja, o mantra “estudar, trabalhar, fazer curso”.

A estratégia inicial era a de convidar adolescentes sem vínculo prévio com o pesquisador, ligados a outros técnicos de referência. Esperávamos afastar, ao máximo, a ideia de que aquilo que viesse para a pesquisa, pudesse interferir no caminhar do processo judicial deles. Porém, ainda apareciam dois problemas. Inicialmente, os adolescentes nem sempre compartilhavam a ideia de que o técnico socioeducativo, por não fazer parte da sua equipe de referência, não iria interferir de alguma forma no seu processo e não podemos dizer que estivessem totalmente equivocados. Embora o técnico de referência não vá produzir relatórios, ainda pode ser acionado pelos seus colegas para a discussão de casos e suas opiniões poderiam, por vezes, intervir na ação do colega responsável. Sendo assim, é compreensível o receio dos adolescentes. O segundo problema era que aceitar o convite para participar da pesquisa, sem ter relação prévia com o pesquisador poderia ser um entrave para a receptividade dos entrevistados. Considerando os rumos que, aos poucos, a pesquisa foi tomando, observamos que alguma afinidade prévia, eventualmente uma relação transferencial, poderia ser bastante relevante para a disposição do adolescente durante a entrevista.

Quaresma fala da intervenção decorrente do encontro entre o entrevistador e o entrevistado, na qual entra em cena o contexto da relação entre eles:

Tomo a entrevista na pesquisa psicanalítica como uma ferramenta também produtora de subjetividades, pois aquele que ocupa o lugar de entrevistador fala de um lugar de saber e poder, produzindo efeitos sobre o(a) entrevistado(a). No momento da entrevista, o(a) participante entrevistado(a) vai escolher as palavras a serem ditas, levando em consideração o papel que o(a) pesquisador(a) ocupa e os sentimentos que são provocados. (Quaresma, 2013, p. 38)

Enfim, a nossa mudança de função na unidade socioeducativa impôs uma mudança também no relacionamento com os adolescentes. Como não estávamos mais na equipe técnica, nós poderíamos ser identificados como membros à parte da equipe, embora o contato ainda fosse visivelmente constante. Esse processo ocorreu paralelamente à construção de um núcleo de saúde mental na unidade e ao surgimento de uma posição profissional ainda inédita na unidade: a do profissional que não fazia relatórios, que não tinha função avaliativa. A existência de profissionais livres do imperativo da produção de relatórios marca um ponto de mudança significativo na forma de alguns membros da equipe se apresentarem para os adolescentes. Acreditamos que nossa posição também se beneficiou disso. Outro benefício da mudança, foi o acesso a adolescentes que já possuíam algum tipo de conhecimento sobre nós e, acreditamos, demonstraram melhor disposição na participação da pesquisa.

Retornando à questão metodológica, encontramos pontos de afinidade entre a nossa pesquisa e o que Quaresma diz, particularmente no que tange à experiência psicanalítica no trabalho de pesquisa qualitativa. A autora nos leva a refletir sobre a pretensão científica de acesso à verdade, algo que se afasta essencialmente do processo psicanalítico. E nós, orientados pelos estudos sobre o processo psicanalítico, procuramos nos manter, ao longo da nossa pesquisa, interessados na realidade psíquica do sujeito em questão, em sua verdade, por assim dizer. “Nesse sentido, a pesquisa psicanalítica, por levar em consideração o inconsciente humano, propõe não a busca de uma verdade absoluta, mas a investigação de verdades contextuais, relativas e individualizadas.” (ibid, p 38)

Essa disposição para escutar o que é inconsciente, que foge ao controle do sujeito e escorrega da sua fala, nos ajuda a dimensioná-la pontuando elementos relevantes. Sabemos que o inconsciente se manifesta de diversas formas, algumas presentes na fala do sujeito, no seu silêncio, nos seus chistes e em seus atos falhos. Sendo assim, nos é muito cara a percepção daquilo que o sujeito traz na entrevista sem intenção. “Os atos falhos, nessa assertiva, também são valiosas pistas de como psiquicamente o sujeito lida com a temática que narra”. (ibid, p, 38)

Cada um dos entrevistados já se relacionou com o tráfico e, apresentam entre eles discursos mais ou menos próximos, dependendo dos casos comparados. Próximos, não iguais,

e aqui, reside a particularidade dos “seus casos”. Cada um deles se deparou com aspectos do tráfico, da facção criminosa, da violência, dos conflitos familiares, do uso de drogas, do encontro com o discurso de consumo, à sua própria maneira, ou seja, esses elementos seguem orbitando os discursos de todos eles e guardam semelhanças com os pontos principais de nosso trabalho. Qual a utilidade do tráfico para o adolescente? É a partir daí, que iniciamos as entrevistas.

Ao longo dos fragmentos destacados das transcrições, articulamos as falas dos adolescentes com nossas observações. A repetição de alguns temas e até da forma de apresentá-los é proposital, para explicitar o aspecto compartilhado dos conceitos e, conseqüentemente, nos permitir examinar nossas hipóteses. Também retomaremos conceitos de capítulos anteriores que se referem ao funcionamento dos grupos e à dinâmica da adolescência, a fim de aproximá-los das ilustrações obtidas pelos relatos.

## 5.2- Lauro

Lauro, com 17 anos, fala, na entrevista, sobre as relações familiares. Explica que seus pais são separados. Sobre isso, tem uma fala confusa. Por um lado, diz que enquanto estavam juntos os pais brigavam demais afetando a ele e ao irmão. Diz que ficava com raiva e ia para rua. Quando fala da separação, em um primeiro momento, relata que as coisas melhoraram, porém, o fato deles se separarem também o teria afetado negativamente; preferia a família junta, tranquila. Mesmo que seu desejo não encontrasse respaldo na sua experiência, já que, uma vez junta a família, os pais brigavam. Diz que entrou para o tráfico um mês após a separação, por estar revoltado. Ainda sobre as brigas, relata que o pai batia em sua mãe, o que também era causa de revolta.

(Vitor): Eles estavam juntos e brigando, brigando, brigando. Depois eles se separaram e você?

(Lauro): Passou nem um mês direito, eu entrei pro tráfico.

(V): Menos de um mês você voltou pro tráfico. E você relaciona uma coisa e outra. Como o fato deles se separarem vira você entrando pro tráfico?

(L): (dificuldade de entender a pergunta). Ah, fiquei muito revoltado, né. Muita briga. Aí eu ficava “vou deixar minha família de lado. Vou traficar”.

(V): Essa sua revolta foi contra o que, ou contra quem?

(L): Ah, meu pai batia na minha mãe. Foi contra os dois. Aí meu pai tava morando lá na casa dele, minha mãe na casa dela. Aí eu saí de casa. Aí um cara ofereceu umas cargas lá e eu peguei. Comecei a traficar.

Chamamos atenção para sua fala, de deixar a família de lado. Isso porque, na lógica estabelecida por ele, e que reaparecerá no desenvolver da entrevista, o “deixar de lado” implica, inicialmente, em um abandono da família para entrar no tráfico. Em deixar um e então entrar no outro. Haveria aí uma dinâmica substitutiva? Deixar a família, para ele, seria condição para entrar no tráfico? Seria possível que ambos convivessem? Lauro acrescenta novos elementos quando se refere ao início do seu uso de drogas, como um dos efeitos desse contexto.

(V): Você falou de novo sobre seu pai bater na sua mãe. O que você acha disso?

(L): Não acho isso certo não. Eu ficava muito nervoso, me afetou muito.

(V): Como te afetou?

(L): Ah, afetou né. Afetou no coração. Meu pai batendo na minha mãe, minha mãe chorando quase todo dia. Discussão, briga. Aí eu saía pra rua, me ofereceram maconha e eu comecei a fumar. Em 2011 isso.

(V): Essa é a causa pela qual você começou a usar droga, né? Agora, entre usar e vender são duas coisas diferentes. Você disse que a droga tem a ver com a separação em si, né? Você falou sobre uma coisa de deixar a família de lado e...

(L): É. E só queria saber do tráfico. Tipo, o dinheiro, ousadias, tudo.

(V): Ousadias?

(L): É. No tráfico nós ganha bastante dinheiro e faz ousadia. Pega várias meninas, compra o que quiser, é assim com o dinheiro. Melhor do que essa vida família. Família, fica lá largado, sofrendo. Aí você roda, a mãe vem aqui chorando.

(V): Me chama a atenção isso que você fala de “deixar a família de lado, vou pro tráfico”. Como se você fizesse uma opção entre um e outro. E você escolhe o tráfico, naquele momento.

(L): Naquele momento eu escolhi o tráfico. Pra sair do tráfico, não tinha como.

(V): Eu estou entendendo certo, como se você estivesse escolhendo um no lugar do outro?

(Assente com a cabeça).

Sobre seu pai, Lauro conta que ele está preso atualmente. Já havia sido preso por não pagar pensão, porém foi solto em 3 meses e passou a pagar. Não sem causar grande sofrimento para a família - cita, em particular, seu avô. Contudo, sobre a prisão atual, diz tratar-se de tráfico. Perguntamos sobre como é para ele ter um pai nessas condições e ele responde “Não queria isso pra mim, também não queria isso pra ele, né. Mas ele com as escolhas dele. “. Vale ressaltar que, nesse momento, ao falar do pai, Lauro o descreve de forma diferente do que era antes. Em seu entendimento, seu pai mudou de atitude em um dado momento, passando a dialogar mais. Não aprofundamos na entrevista quais seriam as causas dessa mudança de postura do pai. Já sobre sua mãe, também a descreve com uma pessoa tranquila. Entretanto, ressalta que eles conversavam pouco, que ela “só falava o necessário”.

Conclui que esse distanciamento dos pais foi negativo para ele; mais uma vez, associa a falta de diálogo a uma lacuna.

(V): O que você pensa sobre isso? Sobre essa atitude deles, como era antes?

(L): Hesita - Não foi boa não, né. Se tivesse sentado (para conversar), todo dia, no meu desenvolvimento, eu não teria entrado pro tráfico.

Aqui, é preciso ter certo cuidado. Em um primeiro momento, é possível presumir que ele responsabiliza as ações dos pais pelo seu uso de drogas, pela sua revolta e pela sua entrada no tráfico. Porém, é importante estabelecer que, para além desse juízo de responsabilidades, Lauro, em sua fala, indica uma certa falha dos pais em preencherem sua função. Ele traz isso materializado na falta de diálogo ou até mesmo na falta de tranquilidade, conforme seria sua fantasia de uma “família junta, unida e tranquila”. Quais sejam as articulações que ele faz para apresentar essas falhas, se têm ou não a intenção de responsabilizar os pais pelas suas escolhas, nos parece que ele, indiscutivelmente, aponta para essa lacuna não preenchida pelos pais. Sobre a responsabilidade, perguntamos a seguir:

(V): Você entrar pro tráfico, conforme você disse antes, foi uma escolha entre ele e a sua família. E que, você escolheu o tráfico. Quer dizer, foi uma escolha que você fez, correto?

(L): Correto.

(V): E como é isso, de você pensar que se eles tivessem agido de outra forma, talvez você não tivesse entrado no tráfico, mas, por outro lado, também foi uma escolha que você fez. Então, quem foi o responsável? Quem fez essa escolha?

(L): Fui eu.

(V): Foi? Mas você fala de um contexto, uma situação que você escolheu como consequência de uma situação. E essa situação tem a ver com uma atitude deles. Então quem começou tudo isso?

(L): Como assim?

(V): Essa coisa que terminou com você entrando no tráfico. Quem você entende como responsável por ter acontecido?

(L): Hum... meus pais separado. Ela foi pro lado dela. O rapaz ofereceu pra eu pegar uma droga lá e eu peguei. Aí, já saí de casa, peguei minha mochila, já fui por conta própria.

Lauro oscila em suas respostas, alternando entre apontar a si ou a família. No final, ainda apresenta a contradição na mesma resposta, dizendo, inicialmente, que a responsabilidade era dos pais separados, porém que foi por conta própria. Conforme ele articula nesse momento, há um desconcerto, um ruído. Ele não aponta a si como responsável e como poderia? Há um contexto, que não pode ser desprezado. Contudo há sua escolha feita



nesse contexto isso lhe cabe. Sua oscilação, se não responde à pergunta da responsabilidade, sugere que ele também não a delega aos pais de forma contundente, indiscutível. Responsabilidade não é uma questão fechada para ele. Não é uma questão da qual pode se esquivar, mesmo que não consiga responder.

Lauro fala do seu irmão com certa admiração. Diz que ele se mantém afastado de pessoas que usam drogas, que adquiriu três motos, apenas trabalhando e que dá vários conselhos a ele. Enfim, fala do irmão como uma figura encarnada desse estereótipo que os próprios adolescentes desenham quando perguntamos sobre as condutas que pretendem manter ou exercer, ao saírem do regime de internação. Trabalhar, afastar-se das drogas e das pessoas que se envolvem com elas. A admiração dele pelo irmão, talvez, aponte para esse próprio estereótipo, ou melhor, um eu-ideal para Lauro.

Convidamos Lauro a falar do tráfico. Perguntamos sobre sua facção, o CV, e ele, logo responde que “CV é união”. Sobre o significado da expressão, apresenta argumentos que são recorrentes em algumas das entrevistas com os outros adolescentes, independente das suas facções e mesmo que alguns questionem essa ideia. Mas, para Lauro, “CV é união” porque envolve uma ajuda mútua entre seus membros. Quando perguntamos sobre o tipo de ajuda, ele não sabe dizer, porém faz referência a uma ajuda à comunidade na forma de cesta básica dada pelo “patrão”, ou mesmo, por ele dar dinheiro às pessoas. Quando relacionamos o território e as facções, ele diz que pertence ao CV por ser a facção do seu bairro. E, que se tivesse nascido em um bairro sob o domínio do TCP, seria do TCP. Seu ponto de vista contraria uma ideia, ao menos em uma camada mais profunda, de que existe uma facção com ideais superiores, mesmo a facção de filiação do adolescente. Nesse caso, trata-se apenas de uma relação geográfica e contingencial. Questionando a relação entre as facções e seus valores, Lauro fala, talvez de forma um pouco cifrada, que nas relações entre as facções, em seu entender, não existe superioridade de uma sobre a outra.

(V): Então, acha que tem diferença entre uma e outra?

(L): Tem diferença que a outra facção sempre quer tomar nosso bairro. Aí nosso bairro é pesado e eles não aguentam tomar. Aí tentam outro. É sempre briga. Um quer ser mais alto que o outro. No nosso lado lá, eles nem entram.

(V): E você também não entra lá no lado deles.

(L): No lado lá já entraram.

(V): Mas foi invadindo, pra tomar?

(L): É, aí eles correram. E nós voltamos.

(V): Vocês queriam pegar eles, não o território.

(L): Aham.

(V): Então um invade a área do outro?

(L): É tipo uma luta.

(V): Nesse exemplo, os dois lados agem da mesma forma.

(L): Os dois agem da mesma forma, mas eu não sei como é o TCP não.

Ele percebe uma diferença entre as facções, mas que não chega a estabelecer grau de superioridade. Cada uma delas age exatamente como a outra, cada uma querendo ser maior. Lauro, diz não saber como funciona a facção rival, porém imagina que o seu funcionamento seja igual à sua.

Perguntamos sobre a ação do “patrão”, que Lauro havia citado. Seu relato se inicia de forma a apontar o caráter ameaçador dessa figura, que chega armado e que “abala os moradores”. Entretanto, quando perguntamos sobre o tipo de relação, se não haveria o componente do medo, ele responde que, embora haja medo, o respeito é predominante porque o “patrão” é uma pessoa da área, que conhece a todos. Indagamos sobre o que ele acha da presença do “patrão” no território, se é bom ou ruim. Ele responde: “Sem ele ia acontecer vários roubos, assalto dentro do bairro. Sem ter patrão é isso. O bairro vira bagunça”. É preciso apontar que, em sua fala, Lauro não responde à questão, pois não diz se é uma presença boa ou ruim, diz apenas que o “patrão” ordena aquele espaço, evitando que “vire bagunça”. Talvez ser bom ou ruim, seja menos relevante quando comparado com a ordenação trazida pelo “patrão”.

Quando fala sobre um dos efeitos da presença do patrão, cita que não é permitido assaltar no território. Perguntamos se considera, portanto, seu bairro seguro e ele responde: “Não. Seguro no meu ponto de vista. Tem outras pessoas, outros moradores, que acham perigoso.”.

Na entrevista realizada com Lauro, bem como em outras, há um caráter dúbio quando se fala na relação com o tráfico e no “patrão” na comunidade que é um personagem, que suporta em si, tanto significantes positivos, como ajudar a comunidade, ser respeitado, quanto negativos, como a severidade de suas punições e o terror causado nos moradores. No território, a presença do tráfico é capaz de trazer a tranquilidade, uma vez que encerra as disputas internas de poder, porém deixa o local exposto aos conflitos da facção, no qual rivais fazem incursões para tomar o território. A comunidade que é ajudada também precisa se submeter às vontades do “patrão”.

A relação com o “patrão” que se apresenta oscilante sob muitos aspectos, não se distancia da própria relação do sujeito com a figura paterna descrita por Freud em Totem e Tabu, especificamente na relação com o pai da horda. Seja com o pai, seja com o “patrão”, o sujeito se relaciona com ele, tendo-o como paradigma, uma figura que conhece a satisfação do desejo, que é capaz de exercê-lo plenamente, como o sujeito jamais conseguirá devido, ironicamente, à própria ação dessa figura. Por outro lado, se o “patrão” ou o pai da horda tem acesso ilimitado à satisfação dos seus desejos, também se torna ameaçador para o sujeito.

Há outro ponto interessante, quando Lauro é chamado a falar da sua visão sobre a violência no seu território. Apesar de considerar um lugar seguro, especialmente devido ao fato do patrão não permitir assaltos, afirma que existem muitas mortes no local, sobretudo devido a sanções aplicadas pelo “próprio” patrão aos transgressores das regras - intolerância à delação, é a primeira delas. Ao falar dessas mortes, afirma que são inevitáveis e, aparentemente, responsabilidade dos próprios transgressores:

(L): Ah, eles deixam na reta aí, aí nós não pode fazer nada. Você não pode impedir a violência. Vai matar lá e você entrar na frente? Depois ele vai lá e te mata, sua família. Aí a violência afeta nós. Afeta, acho, os moradores. Os traficantes não afeta não  
 (V): Não afetam?  
 (L): Não afetam. Podem matar 10 que não estão nem aí.  
 (V): Ah, os traficantes não se afetam.  
 (L): Não.

Quando ele diz que a violência não afeta os traficantes, deixa uma ideia dúbia no ar. Poderíamos pensar que o sentido da sua afirmação é que os traficantes estão imunes à violência, o que nos parece estranho. Contudo, no seguimento, explica que se trata de uma imunidade quanto ao não se afetar emocionalmente, de não se abalar com as ações.

Lauro traz um elemento bastante significativo e que se repetirá nas falas de outros adolescentes. Refere-se às normas de sua facção como “mandamentos”, “são nossos mandamentos”, diz. Porém, diferente de outros entrevistados, ele afirma que não pode falar sobre eles. Certas normas são flagrantes nas ações do tráfico, como as sanções aplicadas aos delatores ou a quem transgride a diretiva de não furtar. O próprio Lauro enuncia que esses são os mandamentos - embora não sejam todos - bem antes de dizer que não pode falar deles. Dá o nome e logo, em seguida, afirma que não pode nomeá-los.

Diante da incrível semelhança com o viés religioso, perguntamos sobre a origem desses mandamentos. Lauro apenas é capaz de dizer que foram determinados pelo fundador da facção e que eles lhe foram passados pelo “patrão”. A ignorância dele quanto ao processo de criação dos mandamentos, e a sua crença na sujeição a eles através da intervenção do “patrão” está muito próxima da relação de um fiel com seu pastor no campo religioso. Temos um profeta, que seria o fundador a determinar normas, e seus apóstolos ou representantes, os patrões, que passam adiante a mensagem. Indagamos como ocorre essa passagem de conhecimento, se é algo semelhante a um sermão, onde os seguidores são agrupados pelo “patrão” e ele, assente. Seguindo o paralelo com a religião, parece que antes de qualquer situação e passagem direta, há um saber já instituído que atinge não apenas aos fiéis ou aos filiados. Não é preciso ser um fiel católico e frequentar as missas para que se esteja imbuído de certos preceitos como “o não matarás”. Da mesma forma que não é preciso ser traficante para saber que é proibido “xisnovar”, ou seja, fazer delações. A cena do sermão do “patrão”, portanto, não é necessária para que Lauro tome ciência dos mandamentos, entretanto é interessante vê-lo enxergar dessa forma.

Perguntamos como funciona a saída da facção, se é problemática ou não, pois os relatos divergem entre os adolescentes. Segundo Lauro, o processo é tranquilo, caso não existam dívidas. Também acrescenta que há um caráter descartável do ponto de vista do tráfico em relação ao traficante, pois ele é rápida e facilmente, substituído. Por fim, ele diz que deseja sair do tráfico. Perguntamos sobre sua relação com o tráfico e sua perspectiva no seu funcionamento:

(V): Como a facção funciona pra você? Como você vê o Comando Vermelho? Qual sua opinião sobre ele?

(L): Como assim?

(V): Por exemplo, estamos falando aqui, de como ele funciona, as regras, tem a forma que seu patrão gerencia o bairro... qual sua opinião sobre isso? Concorde com tudo, tem coisas que não concorda? Tem coisas mais fáceis, ou coisas mais difíceis de seguir?

(L): Concorde e tem isso também, coisas mais fáceis e coisas mais difíceis. Mas nós tem que seguir. Do modo que nós é criado com a facção, tem que defender até o fim. Mas sair não tem nada a ver não. Se não estiver devendo nada.

(V): Você gosta de estar no CV?

(L): Hum... gosto mais não. Quando cumprir minha medida...

(V): Porque não gosta mais?

(L): Não, não é que não gosto do CV. Não gosto mais de traficar. Não quero mais. Quero servir de exemplo pro meu irmão, minha família vir me visitar aqui...

(V): Traficar é ruim?

(L): É bom, mas tem suas horas ruins. Com minha família, tá foda.

Lauro oscila sobre estar ou não no CV; em alguns momentos, coloca a relação como boa e, em outros como ruim. Como diz em sua fala, tem aspectos bons e aspectos ruins. Por fim, não emite, de forma consistente, um parecer sobre os diversos aspectos.

(V): Quais são as horas boas?

(L): A hora boa é quando você está vendendo, com o bolso cheio de dinheiro, aí no outro dia quer sair pra gastar com mulher, bebida, maconha, pó, loló. Tudo.

(V): E as partes ruins?

(L): É quando você roda. Quando os cana tá vindo te dando tiro, aí você tem que ir pra cima deles, tem que se defender. No CV você mata ou morre.

Novamente chama a atenção, a impossibilidade de coexistência entre o tráfico e sua família, quando Lauro diz que, “com sua família, está foda”, ao falar do aspecto ruim. Ele desenvolve sua fala sobre a relação de família e tráfico, até que perguntamos sobre sua percepção da situação familiar atual comparada à situação anterior, quando ele entrou para o tráfico. Segundo ele, há uma diferença quanto à atenção que lhe é dedicada. Antes, não recebia atenção de sua família, e seus pais pouco conversavam com ele. E que agora, está diferente.

O tópico da atenção nos soa relevante porque aponta para um lugar de reconhecimento do adolescente. Lauro se queixa de que, em casa, os pais conversavam apenas com as meninas, ficando ele e o irmão de lado. Sugere alguma invisibilidade da sua parte frente aos pais e que, no tráfico, ganha visibilidade. Segundo ele, antes de entrar no tráfico não era ninguém. Mas ao se filiar à facção, passou a andar com as pessoas relevantes, e ganhou relevância. As pessoas pararam de “entrar no seu caminho”.

(L): Agora, quem me encostar a mão, já vou na boca, pego a peça e já era. Até hoje, depois que eu fui da boca, ninguém mais tenta entrar no meu caminho.

(V): Isso você se refere ao pessoal com quem você vive?

(L): Correto.

(V): Quando você entrou na boca as pessoas pararam de entrar no seu caminho?

(L): Ficava andando com os caras que andavam pesadão, peça, roupinha, chinelinho.

(V): Antes de você entrar na boca as pessoas entravam no seu caminho?

(L): Antes eu não era nada. Tipo um ninguém, tá ligado? Não era nada da boca. Os menor sempre tentando arrumar caô.

(V): Depois que você entrou na boca...

(L): Ninguém fez mais nada.

Aqui há um processo interessante sobre a identidade assumida por Lauro. Ele ganha lugar ao entrar para o tráfico, algo que não enxergava no meio familiar e assume a identidade de traficante. Contudo, ele afirma que ao adotar a identidade de traficante, deixou algo para trás.

(V): Você deixou de ser ninguém?

(L): Deixei de ser aquele menino lá, que minha mãe sempre quis.

Há, então, uma espécie de troca de lugares, ocupados e esperados. Há o ninguém, que Lauro entende ser sua situação inicial, ignorado pelos pais. Há o traficante, identidade adotada ao entrar para o CV; identidade que lhe garante visibilidade e reconhecimento no território e o protege dos atravessamentos dos outros “no seu caminho”. Há também o menino que sua mãe sempre quis, estudioso e trabalhador; mais ou menos como ele descreve seu admirado irmão. Perguntamos que pessoa ele queria ser e ele respondeu: “Querida ser uma pessoa assim, que estuda. Meu pai falou: “estuda, trabalha e, quando tiver 19 anos, você constrói sua casa e vai ter seus filhos”. Uma vez só que ele falou isso pra mim. E eu seguia seu conselho, né.”. Ele busca na fala do pai, o tipo de pessoa que diz querer ser. Há um significante, que é recorrente nos discursos dos adolescentes e que, muitas vezes, é posto em contraposição ao traficante, é a figura do “trabalhador”. É a identidade que Lauro encontra, nas palavras do seu pai, caracterizando o tipo de pessoa que gostaria de ser.

(V): E era essa pessoa que você queria ser?

(L): Queria ser trabalhador.

Lauro retorna à pauta de sair do tráfico e, outra vez, fala sobre o “patrão”. Diz como seria fácil sair, precisando dar apenas um telefonema. Retornamos, perguntando sobre o modo como ele vê o “patrão” e ele responde de forma condescendente:

(L): O patrão lá no bairro é sempre bom pra todo mundo. Mas tem uns que querem atrasar o lado dele. Aí, sempre traz umas brigas e ele já manda sumir com o cara. Seja homem, mulher. Qualquer um.

(V): Você gosta dele?

(L): Não. Não gosto dele, não. Só gosto da minha família. Só amizade mesmo.

Em primeiro lugar, ele cita a forma positiva como vê o “patrão” e a seguir, conta que ele passa aos outros a responsabilidade de suas ações, como por exemplo, as execuções. Porém, quando questionado sobre o gostar, Lauro é taxativo em dizer que não. Voltando ao

tópico do ser bom ou ruim para a comunidade, identificamos um juízo pautado em outros valores, talvez o da funcionalidade ou efetividade em manter o local organizado. Aqui também parece não haver necessidade de gostar ou não gostar. Ele faz uma clara distinção desse verbo - gostar - e o reserva apenas à família. Ele diz que não se deve confiar em ninguém, que está na Bíblia; “maldito o homem que confia no outro”, cita, apesar de nunca ter lido isso no Livro. Mas lhe contaram e, aparentemente, acredita. Ele, contudo, contraria essa orientação e confia no patrão. Confia porque, na dúvida, tem que confiar. Mas confia no que tange ao tráfico. Quando sair, diz, “nunca mais vou ligar pra ele e nem ele vai me ligar”. Lauro pode até confiar no patrão, mas gostar, ele só gosta da família.

### **5.3- Jordan**

Jordan tem 18 anos e reside com sua mãe, o padrasto e dois irmãos. A mãe está grávida, atualmente. Conta que veio do Norte com sua mãe e morou com uma senhora que lhes ofereceu ajuda, a quem chama de “vozinha”. Diz que morou com ela até cerca de 13 anos, pouco antes de entrar para o tráfico. Não residia com a mãe, nem tinha muito contato com ela. Somente nessa idade, sua mãe passou a residir no mesmo bairro que ele e então foram morar juntos. Explica que não moravam juntos por questões financeiras, sua mãe tinha que trabalhar e a sua “vozinha” tomava conta dele. Por efeito do convívio, acabou por desenvolver laços mais fortes com essa avó, mais fortes até do que com a própria mãe. “Eu não estava acostumado com ela”, diz referindo-se à sua mãe. Posteriormente, desenvolve mais esse tópico.

Sobre sua entrada para o tráfico, Jordan diz que o fez há mais ou menos quatro anos. Disse que costumava jogar futebol em um bairro e que se envolveu em um conflito que, no começo, parecia irrelevante. Durante um jogo se desentendeu com um dos rapazes do local, que passou a persegui-lo e a agredi-lo junto com outros garotos. Acredita que a hostilidade se iniciou na partida de futebol, por Jordan ser residente de um bairro onde a dominância era de uma facção rival a do rapaz, que era filiado ao CV.

Jordan diz que após diversos episódios de agressão, considerou que seria pertinente se vincular ao TCP, que era a facção do seu bairro. Além disso, através dos seus contatos, adquiriu uma arma e passou a andar com ela. Diz que as agressões vinham crescendo em frequência e que, portanto, precisava tomar uma atitude. Cita que não chegou a contar o problema para sua mãe, fato que retomará mais para frente. Posteriormente, avalia que, se tivesse contado para ela, talvez as coisas tivessem sido diferentes.

Ele conta que, certa vez, perdeu a droga que tinha apanhado para vender e que, dependendo do perfil de cada “patrão”, ele pode relevar ou exigir compensações pelo “derrame” e, nesse caso, Jordan teve que recuperar o dinheiro. Alugou uma arma e cometeu um assalto, todavia não conseguiu dinheiro suficiente e acabou por fazer um novo assalto. Diz que, a partir desse momento, não trabalhou mais com esse “patrão”, tornando-se independente: “aí, eu fui, dei cinquenta Reais e aluguei o revólver por um dia. Peguei uma mochila e fui assaltar. Aí eu assaltei uma lan house. Lucrei um pouco de dinheiro e voltei pra boca, num deu a conta certa. No mesmo dia, eu voltei e assaltei outro... aí... aí eu gostei de assaltar. Aí eu paguei o cara, mas também nunca mais peguei droga dele. Aí, chegou um cara do Rio de Janeiro e eu resolvi vender droga pra mim mesmo. Nisso aí eu já tava com uns 15 anos.”

Nesse ponto é interessante perceber a relação que Jordan descreve com o chefe local do tráfico, que se assemelha muito mais a um vínculo empregatício, do qual ele pode se desligar do que a um vínculo mais estreito, observado em outros discursos, onde percebemos um laço de reconhecimento, de autoridade organizadora e ameaçadora, com a figura do “patrão”. Jordan parece se relacionar com ele de outro modo; a discordância quanto à forma de procedimento do “patrão” é evidente para ele e, diferente de outras falas que agenciam justificativas paradoxais para sustentar o laço. Ele, simplesmente, parece emancipado desse tipo de relação. Talvez o tráfico, para ele, se encarne de outro jeito, não sob a figura do “patrão”. Talvez, no seu caso, o tráfico não seja tão fundamental para a sua organização. Em um momento posterior, Jordan falará sobre seu relacionamento com o tráfico e a facção em si, para além da relação com o patrão.

Ao perguntar para Jordan sobre como é trabalhar para si mesmo, ele explica que as bocas de fumo são “registradas”. O termo chama nossa atenção, pois aponta para uma organização quase que documental dos espaços e áreas de ação. A adolescente, cuja fala foi



gatilho para nosso trabalho, também falava de listas com membros da facção e registros de bocas de fumo. Também observamos referência a registros, quando outros adolescentes falam dos mandamentos durante as entrevistas. Perguntamos sobre o nível de organização dos registros, e Jordan diz que o pertencimento de uma boca a uma pessoa se faz através da divulgação oral, que começa nos presídios. Assim sendo, perguntamos se não existem conflitos, posto que não há documentação que assegure a posse, entre grupos que reivindicam o mesmo espaço.

(Vitor): Esse negócio de notícia que passa de boca em boca, tem uma chance de vir notícia errada, de vir informação falsa. Até de um grupo dizer que a boca é do fulano, outro grupo dizer que é de sicrano.

(Jordan): Rola isso. Rola isso.

(V): Estou te fazendo essa pergunta porque, hoje, se quero saber se um lugar tem dono, esse lugar está registrado na prefeitura e tem dizendo lá, um documento, dizendo que o lugar é dele. Agora, no tráfico não tem isso.

(J): Não tem isso de documento não. O cara que é o frente mesmo.

(V): Quando você falou do registro, fez um sinal como se estivesse escrevendo, como se estivesse anotado em algum lugar.

(J): Não. Tipo, eu falei desse jeito, mas não tem um registro, assinatura não. Que eu saiba não. Isso rola de boca em boca e pelos presídios. Aí já sabe que a boca é do cara. Se falar que a boca é do outro, pode até falar, mas não é. Vai lá por a droga pros vapor dele.

Enquanto Jordan fala das bocas de fumo em seu território, chama a atenção um novo elemento trazido por ele. As chamadas “bocas clandestinas”. Seriam locais de venda de drogas independentes da dominância de um patrão. Segundo ele, em seu território tem muitas dessas bocas. O que é notável aqui é o aspecto marginal de uma atividade que, por si, já é marginal. Mais uma vez, é possível perceber o quanto o crime organizado e as facções criminosas operam dentro de uma estrutura organizada o suficiente, a ponto de estabelecer parâmetros que definem locais registrados ou clandestinos.

(J): Onde eu moro, tem a boca clandestina. Que você vende a droga pra si mesmo.

(V): Não é registrada?

(J): Não é registrada. Tipo, eu posso muito bem pegar uma quantidade de droga, endolar ela todinha, ir ali num bar e vender no bar. Eu sei que ninguém vende droga ali e vou vender ali. Boca clandestina.

(V): Território, né? Você sabe que ali não tem ninguém que domina o território e você passa a ocupar lá.

(J): Todo mundo vende droga, tipo “ah, sicrano vende droga ali, fulano vende droga ali. Também vou vender”. Eu vou lá e a droga que tiver boa vai vender mais.

(V): É tipo um lugar que funciona sem os olhos do patrão?

(J): É. Aquilo ali pode ser clandestina, tipo, eu moro num lugar e ninguém vende droga ali, eu boto uma boca lá e vendo. Mas você tem que estar preparado também,

porque muitas das vezes o outro arruma briga, né. “Ah, eu vendo aqui primeiro que você”. Aí tem a questão do revolver “ah, peraí então”, cria força com o revólver. Aí vai lá...

Nesse caso, é curioso nos depararmos com a mesma questão da ausência do Estado como ordenador de um espaço e do próprio crime organizado. Ambos, quando ausentes, deixam um vácuo a ser ocupado por outras forças. Se por um lado, o Estado ao negligenciar determinados espaços, permite o surgimento e entranhamento da facção criminosa, esta, por sua vez, quando fica ausente, deixa o campo livre para o surgimento das bocas clandestinas. Jordan, descreve de forma semelhante a outros adolescentes, os efeitos da ausência do crime organizado; descreve locais sem liderança definida, sem domínio que o organize e, portanto, com maiores conflitos. Vale notar, entretanto, que, diferente da descrição feita por outros adolescentes, que se referem a períodos anteriores à entrada do tráfico na região, onde haveria uma pluralidade de forças e que passaram a se uniformizar perante a presença da facção. No relato de Jordan, observamos esses espaços de conflito já contemporâneos à ação do tráfico no território como um todo. O próprio Jordan diz que transitou de um lugar sob dominância de um “patrão” para outro independente. A concomitância de locais com e sem organização sugere que mesmo com a facção atuante em um território, ainda existem bolhas independentes, marginais.

Jordan volta, a fala sobre seu relacionamento com sua mãe. Diz que ela era muito estressada e ele, muito acostumado com sua avó. Para ele, “muito acostumado” significa ter liberdade de ir e vir sem precisar prestar contas a ela, portanto saía para onde e quando queria. Sua mãe, ao tentar intervir nessa rotina, passa a ser um estorvo e, por fim, ambos viviam em conflito. Ele tem bastante ponderação ao relatar esse período. Ao narrar o que considerava ser a pior de todas as brigas, diz que a ofendeu verbalmente de forma muito agressiva e hesita, dizendo que não gosta de falar disso. Que nessa briga, após seu clímax, Jordan joga um armário pela janela, como descarga de raiva. Hipoteticamente, essa atitude teria sido uma substituição de objeto, na qual ele destrói o guarda-roupa para descontar a raiva sentida contra sua mãe naquele momento. Essa troca de objeto é recorrente, nas atitudes dele, sendo observada novamente no seu relato da briga.

(J): Ela, estressada, também (falava): “Sai da minha casa”. Eu saí mesmo. E doido pra caçar um!

(V): Pra descontar?

(J): Eu não desconfiava na minha mãe porque era minha mãe. Acho que filho que criou, não agride a mãe, independente de qualquer coisa. Mas eu saí com o revólver na mão, com a boca cheia de sangue. Uma sede do caralho pra acertar alguém. Mas não achava as pessoas.

“Caçar” é um termo bastante recorrente nas falas de Jordan em seus atendimentos. Também é observado na fala de outros adolescentes, porém, como essa percepção só ocorreu posteriormente às entrevistas, não foi possível identificar o termo como uma gíria recorrente ao grupo ou mais precisamente referida a Jordan. Entretanto, como observamos na última frase, ele não sai para caçar qualquer pessoa, mas sim “as pessoas”. Pessoas que lhe queriam fazer mal, conforme ele explica. Portanto, a raiva que se inicia na contenda com a mãe se desloca para objetos mais legítimos, por assim dizer, mercedores ou aptos a serem destruídos. Sendo impossível direcionar isso contra a mãe, ele encontra nos vínculos externos os objetos inimigos, ideais para essa descarga de raiva.

Quando Jordan fala da relação com essas pessoas, que lhe queriam fazer mal, diz estar em constante estado de ameaça e, por isso, andar permanentemente armado. Aqui, cita:

(J): Onde ia já andava armado. Ia na padaria, ia armado, dormia até armado, fiquei com a mania de andar com arma. Aquilo ali pra mim, era defesa, igual evangélico andando com bíblia debaixo do braço.

(V): Tua arma era sua bíblia?

(J): Minha arma era minha bíblia. Pra mim, minha arma ia me proteger de qualquer coisa.

(V): Que comparação curiosa.

(J): Eu ia armado pra qualquer lugar, a ponto da polícia me parar e me prender. Só que nunca aconteceu isso.

(V): Voltando na arma comparada a uma bíblia. A bíblia não é só uma ferramenta de defesa pra uma pessoa religiosa, mas ela também é onde está o código de conduta dela.

(J): Correto.

(V): Quer dizer, a pessoa quando quer saber o que fazer, ela se refere à bíblia. A bíblia diz o que ela deve e o que não deve fazer.

(J): Verdade.

(V): Nesse sentido, arma também tinha alguma função como essa, de definir o que você pode e o que não pode fazer?

(J): Tinha. A arma pra mim era... o senhor falou comparando com a bíblia, o que pode e o que não pode fazer. Pra mim, arma foi feita pra matar. Pra mim, pra acabar o problema era pegar e matar.

A associação feita entre a sua arma e a bíblia, chama muito a atenção. As falas dos adolescentes estão constantemente esbarrando em referenciais religiosos, o que nos faz pensar sobre as semelhanças entre as funções exercidas pelas religiões, pelo tráfico e pela família. Em um outro relato, comentamos sobre um jovem que comete um ato falho, respondendo que

sua religião era o TCP. Há também os registros de normas, os mandamentos das facções, com uma aproximação, à sua maneira, de alguns mandamentos bíblicos. Agora, encontramos a comparação entre a arma e a bíblia, que começa se apresentando como artefato de defesa, mas sua função não cessa aí. Conforme Jordan diz, a arma tem uma função, que é matar, na verdade, mais do que isso, é sua forma de resolver problemas. Comparando com a bíblia, que determina um modo de ação do fiel, definindo os limites do sujeito, até onde pode ir, o que deve buscar. É na bíblia que se buscam as respostas para as questões de caráter religioso ou moral com as quais o fiel se depara. E a arma? Certamente ela também define os limites do sujeito, ele passa a poder se defender, ao andar armado. Com a arma, ele pode resolver seus problemas, aniquilando seus inimigos. Está aí sua resposta, contudo, conforme ele mesmo citará a seguir, não é uma resposta sem um preço.

(J): Solução pra mim era isso. Tipo, andar armado 24 horas por dia, brincava em casa. Até pro banheiro ia de arma. Isso se tornou uma doença. Até hoje eu sofro com isso. Hoje, eu vou sair da unidade (socioeducativa) e vou ficar tranquilo. Vou curtir minha família, mas eu vou ter minha arma. Por que isso pra mim, já faz parte da minha vida.

(V): E por que você acha que faz parte da sua vida de uma forma tão... você chamou isso de doença...

(J): Depois que eu já passei por dificuldade que só eu sei falar. Independente de... vê uma pessoa morta na sua frente. Eu já vi vagabundo... gente quebrando os outros. Quebrar é matar. Eu já tentei matar. Os outros já me ameaçaram muito de morte. Muito mesmo, muita gente me ameaça de morte. Isso vai alimentando mais a sua mente. Vai se tornando uma paranoia. Até aqui dentro do presídio, dentro da cadeia. Tem vezes, que olha pra cara de um, eu penso que o fulano quer me pegar, que vai me matar. Eu vou abrir o olho com ele. Toda vez que eu deito pra dormir eu penso. Isso é uma paranoia que vai gerando na sua cabeça. Aí lá fora, você viu. Já mistura com a droga. A cocaína, que eu usava demais, aquilo alimentava mais minha coragem. Eu já tenho a coragem, que é de natureza mesmo. Eu não tinha essa coragem que tenho hoje, mas a questão de me agredirem toda hora na rua, já vi as pessoas mortas, participei de tentativa de homicídio. Já participei de um monte de coisa. Isso daí e usava muito cocaína. Isso me deu uma paranoia. Onde eu ando, ando cabreiro não confio nem na minha própria sombra.

Para Jordan, o preço da solução de seus problemas era a eterna vigilância. Um estado tal que, segundo ele, torna-se difícil se descolar das constantes ameaças. O próprio nomeia seu estado como paranoico, sugerindo que as ameaças habitam, em certas ocasiões, mais a sua mente do que o mundo real. Jordan torna-se desconfiado e arisco. Sendo usuário de cocaína, ainda cita, posteriormente, que a soma dessa paranoia com a agitação da cocaína, o que ele chama de “coragem”, acaba redundando em uma série de ações pouco pensadas, mal avaliadas. Decisões que o levaram a ser preso recentemente e das quais, diz se arrepende.

Tomando ciência que até então Jordan não havia falado sobre seu pai, perguntamos como ele entra nessa história. Ele responde que não entra. Seu pai retornou para seu estado natal quando ele ainda era muito pequeno e ele não o conheceu. Diz que sua mãe foi mãe e pai e reconhece o valor disso. Porém, afirma que deseja conhecer o pai, que até já procurou por ele em sua cidade natal, mas não o achou. Indagamos se há diferença de ter ou não o pai presente e ele responde que sim. Supõe que, caso o pai estivesse presente, poderia tê-lo ajudado a resolver os seus problemas.

(J): Poderia ter me incentivado a não fazer aquelas coisas. Tipo resolver do jeito dele, ir lá e resolver, também.

(V): Ele poderia resolver isso pra você?

(J): É, igual apoio de pai, na hora. Eu não sei o que é apoio de pai, mas ter um apoio de pai naquela hora ali, que eu poderia chegar.... por que pra minha mãe eu não queria contar.

Em primeiro lugar, há essa frase na qual diz que o pai poderia resolver seus problemas do jeito dele. Portanto, há um jeito do pai resolver os problemas que não é o mesmo que Jordan utilizou e que culminou com todo o seu envolvimento em brigas e, por fim, o crime. Supõe que há um jeito, o jeito do pai, melhor para solucionar os seus problemas. Talvez uma solução melhor do que matar. Além disso, Jordan propõe que o pai resolva o problema por ele, que ele vá lá e resolva; que ele lhe forneça o tal “apoio de pai”; que ele não sabe dizer o que é, apenas supõe que seja algo resolutivo que, talvez o livrasse dos seus problemas. Algo que, inclusive, o incentivasse, ou seja, tivesse efeito sobre suas próprias atitudes. Sua mãe não serve, não queria contar para ela pois ela “não iria resolver”, conforme diz posteriormente. Ele supõe encontrar nesse pai fantasioso algo que não está na sua mãe, que não está na arma, muito menos no tráfico, lamenta a falta de um paradigma de conduta supostamente melhor. Embora diga que sua mãe foi mãe e pai, é clara a falta desse terceiro elemento, o pai encarnado, de quem pudesse extrair melhores respostas para suas questões. Ao invés do pai, Jordan encontrou a arma. Talvez, mais até do que o próprio tráfico, hoje, a arma seja um símbolo bem mais forte para ele.

Na época em que entrou para o tráfico, Jordan não pensava exatamente como hoje. Ele tem atualmente, um olhar mais crítico sobre seu engajamento com o tráfico, reconhecendo certas incongruências. Sugiro a ele que, na ausência do pai como alguém que intercedesse por

ele frente a seus agressores, Jordan teria procurado o tráfico, outra figura de poder e autoridade, conforme se observa nos locais de sua dominância.

(V): Você disse que “se tivesse um pai ele poderia resolver isso pra mim”. Seria uma pessoa a quem você poderia recorrer pra resolver esse problema das agressões. Não sei se estou viajando ou confundindo as coisas, mas tive a impressão de que, quando você foi procurar o tráfico, você foi motivado por esse monte de agressão, por essas ameaças que sofria por parte do outro grupo lá.

(J): Correto.

(V): Então, juntando um ponto com outro, me fez pensar que, ao invés de recorrer ao pai que você não tinha, pra poder resolver essas questões, você acabou procurando no tráfico, alguém ou um poder que pudesse resolver isso pra você, ou te ajudar a resolver. Fico pensando nessa pesquisa no tráfico como uma figura de poder...

(J): Tem um poder né?

(V): Exatamente. Como um lugar de poder e que, pra uma criança o pai é essa figura de autoridade, de poder que sabe resolver as coisas. Sabe quando uma criança diz “vou contar pro meu pai”? Aí você falando que poderia falar com seu pai, caso você tivesse, fico pensando que parece com o tipo de coisa que você fez com o tráfico. O cara de uma facção, de outro grupo, estava te agredindo, te assediando e você contou pro tráfico, tipo “resolve aí” ou “me ajuda aí”, me pareceu muito semelhante.

(J): Eu cheguei falando, já era conhecido. “pô, to querendo entrar pra boca aí”. Os caras me agrediam. Então, quero poder, pô. Quero mostrar pra ele, que eles estão brincando com fogo. Já via os caras me incentivando, via com roupa de marca, revolver na mão, também vou! Minha mãe sempre falava “quer ter roupa, trabalha pra ter essas coisas”. Eu não gostava de trabalhar, né.

Jordan contradiz a mãe, dizendo que não gosta de trabalhar. Mais uma vez, sua mãe não lhe serve para dar respostas. Elas poderiam ter vindo do seu pai fantasioso e como esse pai não está lá, elas vêm do tráfico.

Perguntamos sobre o seu bairro, como era a presença do tráfico no passado. Jordan diz que sempre houve crime organizado no seu território e nos adjacentes. Recorda que sua briga, que motivou os eventos futuros, ocorreu justamente devido à rixa de facções nos territórios. Acrescenta, ainda, outro aspecto importante e bastante recorrente, que é o estigma que tem cada morador da comunidade, sobretudo jovens. Se um território é dominado pelo TCP, automaticamente os residentes são associados com aquela facção. Há uma relação forte entre o território e a facção de forma que, mesmo que o jovem não seja atuante no tráfico, ou em qualquer atividade ilegal, é automaticamente vinculado à facção de dominância naquele bairro. Na época em que se iniciaram seus problemas com os rapazes do CV, Jordan não tinha facção ou envolvimento algum com o tráfico. Relembremos das práticas do próprio Estado, representado pelas unidades de internação socioeducativas, onde o adolescente é alojado, para sua segurança. Junto a membros da facção predominante no seu bairro, mesmo que ele se

anuncie como ligado a uma outra facção. Sustentar essa posição de neutralidade pode sair demasiadamente caro ao sujeito e, por isso, muitos se adequam à organização institucional.

As generalizações ocorrem em muitas vias. Jordan, quando se refere à época em que se envolveu nos conflitos, diz que, apesar de não ter envolvimento com o TCP, quando ia na boca do CV, chamar os outros garotos para jogar futebol, era mal interpretado. Que os rapazes de lá se sentiam afrontados com sua presença e o hostilizavam. Ele, por sua vez, generaliza a relação com esse grupo, em específico, situando-os como membros do CV. Seu ódio contra esse grupo de pessoas extrapola o próprio grupo e, hoje, Jordan odeia o CV.

(J): Ia na boca, chamava eles. Entrava lá dentro, mas só chamava eles. Aí os caras já ficava olhando “ali, o cara lá é da boca não sei de quem lá”. Aí eu tava junto, os caras interpretaram que eu era da boca. Aí você vai crescendo... eu cresci com raiva. Eu cresci com raiva deles. O que eu odeio mais é Comando Vermelho.

Observamos que Jordan, apesar de se queixar do tempo em que se encontra em internação, diz que esse período lhe ensinou a ser mais tolerante. Que, embora veja rivalidade inerente às facções, hoje, é capaz de se conter, ao se deparar com alguém de facção rival, desde que não lhe represente ameaça. Ainda mantém um alto nível de estresse e preocupação, mas, afirma, não fará nada se não for provocado: “a única coisa que vou ficar é escaldado”

Jordan, ao falar da sua situação atual na facção, diz estar tranquilo. Todavia reconhece que a facção faz parte da sua vida, pois tem efeitos diretos sobre ela. Quando diz que está tranquilo, refere-se a frequentar bocas de fumo e andar com os grupos atuantes. Entretanto, diz que já adquiriu uma grande fama, sendo reconhecido no território e, portanto, sempre identificado como membro. Quando pergunto sobre a possibilidade de se mudar de lá, diz que não gostaria, pois gosta de lá. Contudo, caso sua mãe se mude, ele diz que precisaria ir junto, para ajudá-la, pois ela está com um filho pequeno.

Falo sobre a intenção da pesquisa e a respeito da fala que a motivou, sobre a associação do tráfico com a família. Retorno à sua afirmação, na qual fala que recorreu à facção como alternativa à família para resolver um problema.

(J): Eu já não vou nesse lado. O senhor tirou essa conclusão de que era uma família.

(V): A pessoa falou pra mim com essas palavras.

(J): Pra ele, eu acho que quem falou isso pro senhor está muito inocente, porque eu vou te falar que traiagem tem pra caramba. Você não pode dar as costas pra qualquer um, não. O cara da mesma facção vai lá e te mata. Hoje está assim.

Retomo a fala de Jordan, que chama de inocente a pessoa que relacionou o tráfico com a família. Ele responde: “Se for pensar que é uma família, assim que tá todo mundo reunido, acho que não é não. Porque um quer pegar o lugar do outro.”. Embora no momento da entrevista isso não ocorresse, analisando sua fala hoje, não podemos ignorar os conflitos no núcleo familiar que Freud sinaliza como desencadeadores das neuroses, como o próprio Complexo de Édipo. Aqui, quando Jordan distancia o conceito de família do tráfico, justificado no desejo dos membros do tráfico quererem ascender ao lugar dos outros, ele o faz sob uma ótica utópica da família, ignorando as tensões existentes entre seus membros. Lamentavelmente, não foi possível aprofundar essa questão com ele.

Insistimos nas relações de grupo recorrentes no tráfico e perguntamos se Jordan já vivenciou isso antes. Ele diz que sim e faz uma curiosa comparação com futebol: “Ah, entendi. Já pensei. Quando eu entrei, pra mim, era tudo um mar de maravilhas, todo mundo unido, igual time de futebol. Flamengo. Todo mundo unido, se mexeu com um está mexendo com todo mundo. Pra mim era assim. Mas quando você for ver, cada um tá correndo pra um lado e você está sozinho.”.

(V): Comparação com time de futebol, eu nunca vi vocês fazendo. Curioso, porque time de futebol tem uma parada que une. Tipo, você é o quê?

(J): Sou Flamengo.

(V): Então você encontra uma galera que é flamenguista, tem um uniforme, uma mesma bandeira, um hino...

(J): Torcida organizada.

A torcida organizada surge aqui como elemento familiar a Jordan. Não parece obra do acaso. Embora, atualmente, seja menos recorrente, há alguns anos algumas torcidas organizadas se envolviam em diversos conflitos motivados unicamente pela diferença de filiação de time. Torcedores de um time se confrontavam com os do time rival sem razão maior do que a simples rivalidade entre clubes. Essa semelhança com a relação estabelecida entre as facções criminosas é curiosa e o fato de ser levantada justamente pelo adolescente entrevistado dá certo peso a ela.

Jordan relata um aspecto particular referente ao TCP, que já apresenta uma certa rachadura na percepção idealizada da facção que muitos outros adolescentes ainda sustentam. Fala da pureza da facção que tanto é alardeada. Problematiza “os caras falam, né: Terceiro Comando Puro. Os caras falam, mas eu.... puro, os caras não era tão puro né. Porque se fosse



tão puro os cara do Terceiro não matavam o outro. Eu já vi que tem um monte de Terceiro matando Terceiro.”

Diante da problematização que Jordan faz da facção, solicitamos que ele fale sobre o assunto.

(J): Eu me sinto parte da facção ainda por que... pelas guerras que tenho contra as outras pessoas. E as pessoas me reconhecem por esse cara. Ser do Terceiro.

(V): Então você está me dizendo que o teu pertencimento à facção hoje em dia já não é mais pelo que você pensa, mas pelo que os outros pensam. Mesmo que você fale “não sou mais Terceiro”, vai vir um outro cara e dizer “você é Terceiro”, e que isso faz com que você entenda que você é Terceiro.

(J): Você é Terceiro porque... “você não fez lá aquilo, tentou matar lá o amigo nosso? Então você é Terceiro. nós vai te matar!”. Porque cada um tem uma linguagem. Os caras do Comando Vermelho, o negócio deles é falar “nós”. Eles falam “suave”. A da gente já é diferente.

Ou seja, a percepção de Jordan sobre si e seu reconhecimento como membro do TCP passa invariavelmente pelo olhar do Outro. Enquanto o outro o reconhecer como membro do TCP irá ameaçá-lo, dirá que é seu inimigo e ele precisará estar preparado para isso, o que retorna para sua conclusão de ser paranoico. Portanto, a desvinculação dessa identidade transcende a percepção do próprio sujeito, transbordando para a percepção do outro. Na verdade, vai além, considerando que não se tem acesso à percepção do outro, apenas ao que supomos ver, a percepção do sujeito perpassa como ele supõe a percepção do outro. No caso de Jordan, ele seguirá sendo TCP, enquanto entender que os membros do CV o identificarão como tal e, portanto, serão ameaças em potencial.

Mas o que ele faz para ser percebido como membro do TCP? No trecho, encontramos respostas, mesmo que parcialmente. Há uma linguagem própria que identifica os membros da facção. O próprio Jordan diz, que é capaz de identificar a qual facção uma pessoa está filiada apenas pelo seu jeito de falar. As gírias identificatórias são muito claras entre os membros das facções. Da mesma forma que palavras como “mancada” (erro gravíssimo) ou “tomar” (“quem toma é mulher”, dizem eles, portanto, “bebem remédio” e “pagam banho”) tem um peso próprio ao se tratar das gírias no crime, alguns termos são expressamente proibidos e outros encorajados. Faz parte do desenvolvimento da identidade do grupo, assemelhar-se na sua forma de falar.

Perguntamos sobre as regras do tráfico para Jordan e ele me responde fazendo referências às mesmas normas já descritas nas outras entrevistas.

(J): Dependendo do Terceiro ou do CV, tem uma que serve pras duas, que é o talarico.

(V): O que é o talarico?

(J): Talarico é o cara pegar a mulher do outro. Na nossa linguagem é isso. Talarico, Alain Delon.

Também retoma o termo “kilingue”, referente a quem rouba. Inclusive, tem as mesmas concessões descritas pelos outros adolescentes, de que o termo kilingue se aplica a quem rouba de pessoas do mesmo grupo, estando permitido o roubo a terceiros, fora da comunidade. As penalizações também são semelhantes, relatando pauladas e execução. Há ainda o VDV (viva e deixe viver), também recorrente em outros relatos. Jordan, entretanto, acrescenta uma outra penalidade inédita, que é a expulsão. Em certas ocasiões, a pessoa pode ser expulsa da comunidade, tendo que deixá-la sob pena de morte, caso descumpra. Assemelha-se ao exílio.

Ao explicar o que aconteceria com os exilados, fala de algumas pessoas que “pulam” de facção, filiando-se à rival. Nesses casos, adverte, a pessoa pode estar sendo enganada para fornecer armas e drogas, para, logo em seguida ser executada pelos supostos novos aliados. Ele questiona o ato de “pular” de facção. Diz que isso é um demérito e se dá como exemplo.

(J): É, hoje em dia tem muito cara que fala “eu sou o tal” e é um cagão do caramba. Eu sou Terceiro. Onde eu moro é Comando. Eu não pulo pros caras porque eu não gosto nem de olhar pra cara dos caras. Sou Terceiro, pô. Tô na cadeia cumprindo como Terceiro. Sair daqui eu vou ficar tranquilo, mas eu sei que sou Terceiro, porque pros caras aí eu nunca vou sair da facção não.

(V): Pros caras do Comando?

(J): Pros caras do Comando.

Jordan retorna ao tópico no qual fala das dificuldades em se desvincular da facção devido ao olhar do outro. Nesse relato, entretanto, há uma montagem heroica, na qual ele se gaba de se sustentar na facção mesmo em situações adversas.

A respeito da saída da facção, Jordan fala de outras dificuldades, como ser hostilizado pelos antigos parceiros, chegando a representar risco de vida. Diz que, na área dele, não é assim, referindo-se ao Rio de Janeiro como suposto lugar com regras diferentes. A pretexto das regras, perguntamos sua origem e ele faz alusão ao fundador da facção.

(J): O que eu sei que quem fundou a facção foi o Facção e o Robinho Pinga. Esses caras eu nem sei quem é, mas fundaram a facção, o TCP. Foi o que fiquei sabendo.

(V): E eles, como fundadores, o que fizeram? Qual a história deles?

(J): Era Terceiro e ADA junto. Era, TCA, Terceiro Comando do ADA. Aí os caras brigaram ali mesmo. Aí separou, ficou ADA, Amigo dos Amigos. E o Terceiro Comando Puro, porque é sem mistura. Aí tem o Primeiro Comando da Capital, que é o PCC, o Comando Vermelho, que é o segundo Comando, o Terceiro Comando, TCP, e o ADA, que é o quarto Comando. O ADA se mistura com qualquer um. Tem quatro facções. E tem os milícias, né. Milícia é ex-polícia, ou polícia mesmo. A única coisa que tô ciente legal. Até hoje que... eu tô ligado legal nas coisas, mas é difícil.

Há algo interessante na narrativa de Jordan sobre a origem da facção. Particularmente sobre seus fundadores, que ele localiza em um tempo indefinido (“Mas isso foi há muito tempo”). Essa imprecisão temporal o distancia dos fundadores, cujas leis ele vem seguindo até agora. Há ainda o resgate do elemento de pureza, quando dissocia o TCP do ADA, fazendo menção jocosa ao último, como uma facção que “se junta a todo mundo”. Por fim, posiciona o TCP na constelação das quatro facções, mais importantes. Não saberíamos dizer o exato sentido desse conto de origem, entretanto, ao que parece, é justamente pelo caráter de conto ou mito - talvez a única coisa que possamos afirmar - que esse trecho é representativo. A referência mítica à origem localiza a história em um ponto nebuloso, que tolera a falta de respostas. Por que seguir alguém a quem não conheço? Se a pureza da facção pode ser contestada, como continuar membro dela? No mito os personagens fundadores podem ser seguidos independentemente de qualquer coisa, pois são fundadores. A facção se sustenta como pura, mesmo diante das incongruências, pois assim é a história.

#### 5.4- Bruno

Bruno é um jovem com 18 anos. Diz ter entrado para o tráfico com 10 anos, por intermédio de um primo. Sobre suas razões, explica que achava interessante o acesso dos traficantes às roupas, mulheres e, particularmente, às armas. Não faz alusão à arma com algum significado específico, dizendo apenas que achava “maneiro os caras com arma” e a experiência de treinar tiro. Relata uma curiosa experiência na qual a brincadeira de “polícia e ladrão”, na sua área, logo se converteu em “ladrão e ladrão”, sendo os personagens policiais excluídos da brincadeira.

(Vitor): Na brincadeira de polícia e ladrão, quem era polícia e quem era ladrão?

(Bruno): Eu já fui os dois, mas na brincadeira eu era mais o ladrão (rindo). Meu primo mesmo falava pra eu escolher o ladrão.

(V): Tinha caô de nego não querer ser polícia?

(B): Tinha. Polícia nego não queria ser. Aí depois a gente inventou, tipo negócio de facção, tipo ladrão de uma coisa e ladrão de outro, tipo facção diferente. Aí a gente não brincava de polícia e ladrão mais não. A gente brincava de ladrão, só que de duas facções.

Bruno fala do tempo em que era mais novo, quando o tráfico não era uma presença forte ou ostensiva em seu território. Apesar de não negar a existência das facções, diz que naquela época, na sua experiência, as divisões de grupos se davam mais pelas outras fronteiras geográficas, como as ruas. Segundo ele, pessoas que afirmavam ser da mesma facção brigavam entre si, contrariando qualquer senso de unidade. Questionado sobre o porquê das brigas, cita o aspecto territorial, falando dos eventos e festas de cada território. Explica que as brigas se davam principalmente pela “invasão” de pessoas de outras ruas ou bairros nas festas uns dos outros e, dá destaque, ao envolvimento com as garotas. Para Bruno, uma das grandes causas era o fato de rapazes de outros lugares ficarem com as garotas do seu território. E vice-versa, quando ele e seus amigos iam para festas em territórios vizinhos.

Não se pode ignorar as dinâmicas exemplificadas por Freud em Totem e Tabu, diante do fenômeno narrado por Bruno. Aqui o acesso às mulheres delimita as relações entre os grupos, no caso, gerando conflitos. Não há, instituído, nenhum outro processo de maior força que oriente essa questão, nem o próprio tráfico, nem a noção de pertencimento a uma facção. O tráfico não era algo tão sério, tão forte, para sobrepujar os procedimentos de acesso às meninas ou mulheres dos grupos, para reorganizá-lo.

(V): Se eles eram da mesma facção, eles não tinham que ser parceiros?

(B): É que antes, quando eu era pequeno, a facção, os caras não levavam tão a sério quanto tem agora. Antes era mais briga de bairro mesmo. Podia ser a mesma facção, mas brigava assim mesmo.

Ele relata que, à medida que foi crescendo, houve uma escalada da violência. As brigas iniciais eram menos destrutivas, se resumindo a socos e chutes, motivadas por “bobeira” (sic). Contudo, a partir dos 14 anos, a coisa foi piorando. Surgiram com maior frequência as ações com arma de fogo. Pergunto se isso ocorreu devido ao aumento da força da facção no seu território e ele responde: “Também. Antes, o bairro era TCP, mas CV também entrava, não tinha nada a ver isso, não. Agora não entra mais.”

Sobre sua família, conta que sempre viveu e foi criado com a mãe. Quando pergunto sobre o pai e sua ausência, diz que o pai sempre esteve preso, tendo ficado solto por um

pequeno período e logo foi preso novamente. De início, diz ser indiferente a isso, mas quando pergunto se faria diferença ter o pai presente, responde:

(B): Acho que quando eu era pequeno, sim.

(V): Que tipo de diferença poderia fazer?

(B): Acho que se tivesse um pai, talvez não estivesse aqui hoje.

(V): Qual a relação?

(B): Sei lá, acho que podia ser diferente. Talvez. Talvez estivesse aqui do mesmo jeito, mas talvez não. Talvez se eu tivesse atenção dele, sei lá.

Destacamos o termo “atenção” em sua fala. Bruno diz que isso pode ter contribuído para se envolver com o crime. Entretanto, quando soube das causas da prisão do seu pai, passou a reproduzir tais ações em suas brincadeiras. Retoma a brincadeira de polícia e ladrão, acrescentando: “Acho que, na hora da brincadeira, eu queria me espelhar nele, como se fosse ele. Por isso que eu tava levando essa brincadeira muito a sério.”. Levar a sério tem o sentido de seguir atuando na realidade tal qual era encenado na brincadeira. Justifica essa percepção dizendo que, dessa época, apenas ele e um outro rapaz vieram a ter envolvimento com o tráfico.

A reprodução da ação dos pais é curiosa, no caso de Bruno. Em seu relato, faz certa desfeita inicial sobre o pai, considerando-o irrelevante. Depois afirma sentir alguma falta – especificamente uma falta de atenção – por parte do pai. Ele passa a imitar o pai em suas brincadeiras. Embora já brincasse antes, dá um sentido diferente após a descoberta dos crimes do pai. Na verdade, o caráter representativo do pai é justamente pela via do crime, uma vez que a brincadeira passa a ficar mais séria. Em sua construção atual, imagina um pai, um suposto pai, que, caso estivesse presente, poderia tê-lo impedido de entrar para o crime. Não pelo viés do exemplo, conforme surge em outro relato, mas pelo investimento de atenção.

Não é apenas com seu pai que ele apresenta questões que se aproximam de algum tom de abandono ou falta de atenção. Fala que também tinha muitos problemas com sua mãe. Diz que ela foi para outro estado, deixando-o, ainda pequeno, aos cuidados da avó. Quando sua mãe retornou, com ele um pouco mais velho, diversas contendas apareceram porque ela não o “deixava fazer nada”, ao passo que a avó o deixava mais livre. Essa narrativa é bastante comum em diversos relatos de adolescentes que passam pela experiência de serem criados por outro parente –os avós são personagens recorrentes – e que, em algum momento, se veem

diante de outra figura de (suposta) autoridade que busca intervir nas suas rotinas. Mãe ou pai, em geral, qualquer um deles que se afasta do processo de crescimento do adolescente, ao retornar, quase sempre, enfrenta alguma dificuldade ao procurar intervir nas suas rotinas. A constante é a de que as intervenções causadoras dos conflitos, normalmente, ocorrem quando eles tentam impor limitações às liberdades anteriormente exercidas pelos adolescentes sob a tutela de terceiros. Seja no limite de horário para chegar em casa, nas companhias com quem anda, nos lugares que frequenta, no uso de drogas ou na obrigação de cumprir compromissos, como, por exemplo, os escolares.

Frente a algumas falas sobre isso, observamos que a questão problemática parece não se instala na tentativa de os pais estabelecerem algum tipo de limitação para além das já impostas ao adolescente. Bruno, por exemplo, fala da sua experiência com a mãe, a quem ele a via como uma pessoa que queria o seu mal, quando mais novo, mas que, hoje, compreende a razão dessas imposições de limites.

(B): Quando eu era pequeno, pensava diferente. Quando minha mãe fazia essas coisas, eu pensava que era pro meu mal. Eu ficava soltando pipa e não prestava atenção nos carros, até fui atropelado. Aí ela falava pra eu não ir soltar pipa, era pro meu bem, mas eu achava que era pro meu mal.

(V): Hoje você entende que ela falava isso pro seu bem?

(B): Hoje eu entendo. Podia ser diferente, que ela podia até deixar, mas botar uns limites, né. Eu entendo a intenção dela.

Bruno demonstra compreender a necessidade de a mãe impor alguns limites, motivada, inclusive, pela sua segurança. Esse ponto nos sugere que, contrariando o senso comum de que os adolescentes se voltam contra essas figuras porque elas buscam cercear sua liberdade, o problema reside, talvez, muito mais na figura que busca operar o corte do que no corte em si. Traçamos um paralelo com a própria atuação do tráfico, cuja intervenção também é cheia de normas sobre o que se pode e o que não se pode fazer. E que, mesmo assim, atrai filiados. Não acreditamos, portanto, que o adolescente busca uma forma anárquica de estar no mundo ou na sua vida, mas que pauta suas normativas frente às figuras que são capazes de lhe dizer algo. O que a mãe de Bruno lhe dizia, ele não gostava de ouvir. Contudo, não gostava mais por ser ela, sua mãe, quem dizia do que pelo conteúdo do era dito, uma proibição.

Bruno, em um dado momento, fala de uma tentativa de suicídio. Diz que tomou chumbinho como consequência de uma briga com a mãe e de outras coisas que não

especifica. Perguntamos como a raiva que sentia pela mãe se transformou em uma agressão contra si.

(B): Não sei. Minha mãe falava a mesma coisa. Eu fui fazer uma prova pra escola do exército e aí, não passei. Aí marcaram outra prova e eu não passei de novo. Aí minha mãe ficou falando que eu não prestava pra nada, várias coisas. Falou que eu não conseguia nada, só queria ficar na rua jogando bola. Aí juntou tudo e eu fui e tomei.

Pedimos a Bruno para tentar explicar as razões da fala da mãe.

(B): Não sei. Eu ia pra escola. Eu até estudava, mas gostava de fazer muita bagunça também. Tipo, ficava conversando muito. Teve uma vez na escola que a professora tava perguntando o sonho de todo mundo. Eu falei que o meu sonho era ser advogado ou jogador de futebol. Ela disse que eu não ia conseguir.

Não ter perspectiva aos olhos dos outros é uma condição que tangencia toda a fala de Bruno nesse momento. Ao que nos parece, ele não encontra lugar no relacionamento com essas figuras. No caso da mãe, cogitamos até se o fato de que suas falas não fazerem eco sobre ele estaria relacionado à falta de reconhecimento de Bruno por parte dela. Sua mãe o deixou, aos seus olhos, sem razão aparente. Em sua leitura, tanto ela quanto os outros citados não lhe ofertaram uma possibilidade de reconhecimento ao menosprezarem suas pretensões e ressaltarem suas falhas. Talvez, o adolescente, ao se relacionar com o tráfico, encontre nele um lugar. No caso de Bruno, mais do que o lugar ser atrativo, conforme ele fala através da admiração pelo primo, o tráfico oferece para ele uma alternativa a um contexto sem lugar, experimentado com outras figuras, sobretudo com sua mãe.

Por fim, Bruno fala das dificuldades que continua a ter com sua mãe. Apesar de reforçar que hoje compreender melhor disposição as atitudes dela, seu relacionamento ainda não é fácil. O que ele conversa com a equipe técnica ou a equipe de saúde mental, não conversa com a mãe. Inclusive, acentua, que é difícil chamá-la de mãe.

Ele conta um episódio no qual a sua mãe o pegou com drogas para vender, foi até os traficantes e pediu que eles não deixassem mais o filho traficar. Eles, respeitaram o pedido dela, embora isso não tenha sido suficiente para que ele parasse terminasse seu envolvimento com o mundo das drogas. Destacamos para Bruno que sua mãe não levou as drogas ou a ele para a polícia e sim para os traficantes. A atitude da mãe sugere o reconhecimento, por parte

da sua mãe, dos traficantes como reais figuras de autoridade. Portanto, ilustra bem o fato de que tal reconhecimento não se observa apenas nos adolescentes envolvidos, mas também em outras pessoas na comunidade. Segundo Bruno, sua mãe conhecia os envolvidos: "É. Ela conhece todo mundo. Ela já foi, assim, quase envolvida, usava drogas. Tem uma folha da maconha aqui (aponta para o corpo); ela conhecia todo mundo. Falou pros caras não deixarem eu vender e eles não deixavam".

O jovem fala sobre sua mãe ser “quase envolvida”, apontando o fato dela ter sido usuária de drogas no passado. Não sabemos se ele faz apenas uma breve referência ao passado da mãe, omitindo possíveis envolvimento com o ilícito ou se, simplesmente, aproxima de tal forma o uso da droga com a prática do tráfico que, ambos chegam a quase se tocar. Seja lá qual for a real situação de sua mãe, o fato é que ela também reconhece a autoridade investida no traficante.

Perguntamos a Bruno como é sua área atualmente, no que diz respeito à periculosidade e violência, ele explica que é calma, pois o patrão “paga arrego” para a polícia. Sendo assim, não seria uma área de conflitos. Ressalta como outro índice de tranquilidade o fato de poder andar com drogas sem que ninguém o incomode. Apontando que, diferente de antes, agora as coisas estão menos agitadas. Apesar da existência do tráfico, das armas e das drogas, há uma certa organização na comunidade fazendo com que as ações estejam mais contidas. Diz que é normativa do “patrão” que não se usem armas expostas, para não atemorizar os moradores, nem os deixar inquietos. Moradores inquietos chamam a polícia, que traz consigo os conflitos com a facção, portanto na medida em que o “patrão” ordena discricção e todos obedecem, a vizinhança não fica alarmada.

Bruno explica como a presença de “patrão” na comunidade interferiu na forma da violência se apresentar.

(V): Você acha que a presença do “patrão” foi algo que fez isso mudar?

(B): Foi. Porque se não fosse ele, podia estar muito pior. Não ia ter arrego pros policiais, ia ter troca de tiro, podia morrer inocente. Lá não tem isso. Desde dois anos pra cá, nunca escutei um tiro disparado lá. Nunca morreu ninguém de tiro.

(V): Parece que o “patrão”, quando chegou lá pacificou ou deu uma solução pra isso.

(B): É, quase isso. O tráfico rola, mas não atrapalha ninguém. Muitos policiais que moram no bairro passam, não falam nada. Eles (os traficantes) ajudam os moradores.



Sobre a pacificação do lugar, ele emprega a palavra “quase”, alertando para algo não tão bem definido; acreditamos que o “quase” se deva ao fato de que a tal tranquilidade não é sinônimo de paz e de que o tráfico, mesmo estando contido ou camuflado ainda está presente. Embora a situação pareça sob controle, não há uma paz real.

Prosseguindo, ele continua com as comparações entre o período atual e o anterior, desenhando as mudanças promovidas pela entrada do crime organizado. Antes, havia o toque de recolher estabelecido pelos criminosos que ocupavam o território. Esses criminosos eram figuras independentes que estavam em constante conflito entre si e com a polícia. Quando o crime organizado chegou, não apenas unificou as forças destoantes no território, como estabeleceu a prática de pagar propinas para a polícia, diminuindo os conflitos com a facção. Percebemos que o movimento do crime organizado, ao passo que se organiza, passa também a lidar com outras forças sob um viés mais diplomático, como o pagamento de propina para acalmar o território.

É inegável a opinião de Bruno diante da presença do tráfico, ao ressaltar seu caráter unificador encarnado na figura do “patrão”.

(V): Qual sua opinião sobre essa coisa de “patrão”?

(B): Ah, eu acho que com o “patrão” fica mais organizado. Porque com várias pessoas, cada um vendendo a sua droga, cada um vai querer botar um ritmo no bairro. Aí um vai botar de um jeito, outro vai botar de outro. Aí, uma hora vai dar confusão. É no momento que começam as guerras. Com um “patrão” só, não tem como, porque você vai ter que obedecer a ordem dele.

O caráter organizador do “patrão” está, na sua capacidade de superar outros pretensos líderes e imprimir um mesmo ritmo, ou seja, o seu próprio estilo de gerenciamento, que se aplica a condutas particulares ou a normas gerais da facção. A diferença de estilos também surgiu no relato de outro adolescente quando ele afirma que locais dominados pela mesma facção podem ter normas diversas, conforme o estilo do “patrão”. Quando Bruno se refere a uma melhora nas condições - aquilo que ele chama constantemente de tranquilidade - não o faz defendendo a ideia de que o estilo do “patrão” é necessariamente melhor ou pior. Sua avaliação sequer se respalda no fato dele concordar ou gostar da forma que o “patrão” faz as coisas, mas sim no fato de trazer unidade ao território e encerrar conflitos. Tanto que diz “com um “patrão” só não tem como, porque você vai ter que obedecer a ordem dele”. Aqui não há

espaço para divergência, para discordância, para uma segunda opinião. Não há espaço para o conflito.

Outro fato decorrente da presença do “patrão”, é a imposição de limites. Com ele, não ocorreriam roubos e, em caso de ocorrerem, o “patrão” resolveria o problema.

(V): E isso evitaria guerra, conflito.

(B): É, muitas coisas. Se rolar uma briga dentro do bairro, ele desenrola, não deixa ir mais além.

(V): Bota limite?

(B): Bota limite. No bairro não tem roubo, não tem nada. Se roubar ele vai atrás, devolve para o morador.

Observo que Bruno não faz associação entre seu uso de drogas e sua entrada no tráfico (embora, aparentemente, fizesse essa associação no caso da sua mãe). Atualmente, mesmo pensando em sair do tráfico, ele, ainda se vê como usuário de drogas. Acrescenta que as causas para sua entrada no tráfico seriam outras.

(B): Foi mais por curiosidade, pela brincadeira. Raiva também. Porque, tipo, me desligava de casa, da minha mãe. Eu me envolvi pra ficar longe.

(V): Você podia ter ficado longe de outras formas né?

(B): Podia. Eu já fugi de casa várias vezes. Ia pra casa do meu padrinho. Mas aí comecei a pensar assim: vou pra casa dele, ele vai ligar pra minha mãe. Ela vai brigar comigo e vai querer me bater. Aí, eu já ia pra casa de um amigo que era envolvido no tráfico, aí fui me envolvendo mais ainda.

Ao descrever suas fugas de casa, ele volta ao assunto da família, das problemáticas com sua mãe, que lhe batia, “às vezes com, às vezes sem motivo”. O fato é que Bruno tinha a impressão de que havia falta de apreço da mãe com relação a ele, o que encontrava eco em terceiros: "Antes, meus familiares até falavam com ela, que minha mãe não sabia conversar comigo não, só gritar. Na ignorância. Hoje ela já conversa".

A falta de diálogo é compreendida por Bruno como uma falha da sua mãe. Critica as ocasiões em que apanhou, ouvindo ele dizer “Bater não adianta”, mas...

Apesar das críticas à mãe, que estão, em geral, localizadas no tempo passado, ele diz que gosta dela (“Gosto. Minha mãe, né. Eu gosto mais da minha avó, mas também gosto dela”). Diante disso, perguntamos se ele gosta mais da avó porque ela parece mais liberal e Bruno responde que não.

(B): Não, não é por causa disso, é porque minha avó me dava mais atenção, me dava mais carinho. Eu dormia junto com minha avó. Tudo que eu precisava, falava com ela. Minha avó me ajudava em tudo. Me levava pra jogar bola, me levava pra curso, me levava pra tudo. Eu convivia mais com ela. Por isso que eu gosto mais dela.

Como pode ser observado na sua resposta, parece claro que sua predileção pela avó tem menos a ver com uma suposta permissividade do que com a “atenção que ela lhe dedica”

Devido à persistência do termo “atenção”, desenvolvemos o seguinte diálogo com ele:

(V): Chama a atenção pelo que você fala da sua avó te dar atenção e carinho, que é o oposto do que você fala da sua mãe, que não te dava tanta atenção. Seu pai, quando pergunto se você acha que faria diferença, você diz que acha que faria se tivesse um pai pra dar atenção. A palavra atenção surge o tempo todo. Acha que sua decisão tem a ver com isso? Atenção?

(B): Acho que também. Porque minha avó é uma pessoa que me escutava. Era uma pessoa com quem eu podia falar o que eu quisesse. Tipo problema, tudo. Agora, com minha mãe eu não falava, porque se eu falasse com ela, ela ia brigar comigo. Ela não ia me dar conselho igual minha avó me dava. Por isso que não falava nada pra ela. O convívio meu com minha mãe era tipo de madrasta. Ela não dava atenção ao filho. Era tipo uma coisa que ela era obrigada a fazer.

(V): No tráfico te davam atenção?

Hesita.

(B): Acho que sim. Não é que me davam atenção. Mas no tráfico, você ocupa sua mente. Tu fica ali, conversa com os caras. Tem gente que tá no tráfico que já é bastante envolvido, mas te dá conselho pra sair. Tem muita gente que fala “você quer vender, vende. Mas continua estudando, faz um curso, vende à noite”. Coisas que eu não escutava da minha mãe. Escutava das pessoas da rua e não escutava da minha mãe.

Notamos que há uma tentativa um tanto quanto embaraçada de tentar dar nome para o que Bruno afirma lhe faltar na relação com a mãe. Ele usa a palavra atenção, mas suas respostas sugerem que “atenção” não dá conta daquilo que ele anseia. Há uma necessidade de conversar, de ser escutado e poder fazer escolhas (“quer vender, vende”), ao mesmo tempo, que também carece de conselhos e não ordens (“mas continua estudando”). O lugar onde Bruno localiza o tráfico, no momento da sua entrada, está mais próximo disso que ele anseia do que a sua mãe. E não, por estar afinado com o desejo pelo ilícito, com a busca de poder ou outros significantes muito recorrentes. Parece que há uma demanda de outra ordem, que na falta de termo melhor, Bruno chama de atenção.

Fazendo essa dicotomia entre mãe e tráfico, deixamos de lado a avó de Bruno e como ela entra na história. Ele diz que, a avó, apesar de também ser contra ele estar no tráfico, divergia da conduta da mãe. Tanto que ele preferia o modelo dela. Porém, diz que, na época,

se via dividido entre sua mãe e sua avó e, aos poucos, foi buscando uma terceira coisa, ir para o tráfico.

(V): Imagino que não dê tanto pra sua avó quanto sua mãe ficarem fazendo o papel de mãe ao mesmo tempo.

(B): É por isso que também ficava com várias coisas na mente, várias dúvidas. Ficava com raiva.

(V): Que dúvidas?

(B): Uma falava uma coisa e outra falava outra. Eu não sabia qual escutar. Por isso, que eu comecei a escutar eu mesmo. Por isso, também que eu comecei a fazer isso (tráfico)

(V): Quando começou a escutar a si mesmo.

(B): É, quando comecei a fazer minhas escolhas. Porque cada uma falava uma coisa. Se eu seguisse uma, a outra ia reclamar. E se seguisse a outra, uma ia reclamar também. Então, eu segui o que eu queria mesmo.

(V): Na época, o que você queria era o quê?

(B): Queria isso, um pouco de liberdade também. Fazer o que queria. Só que ela não deixava. Aí comecei a fazer essas coisas, fugir de casa, vender droga.

“Liberdade” surge aqui como outro elemento, substituindo a “atenção”. Liberdade qual para ele, é fazer suas próprias escolhas, e não seguir aos mandos da mãe ou da avó. Em seu desenvolvimento do termo, a liberdade não aparece vinculada a um processo emancipatório de independência, mas de exercício do seu desejo.

(V): Pode explicar melhor que liberdade é essa? O que queria fazer com essa liberdade?

(B): Ah, não sei. Tipo, eu era criança. Eu queria ser criança na minha casa.

(V): Tu não era criança na sua casa?

(B): Não. Tipo, eu era tratado como adulto. Não podia fazer nada. É como se eu tivesse preso.

(V): Mas um adulto tem liberdade de fazer o que quer.

(B): Não. Tipo, um adulto trabalha. Não tem tempo pra fazer as coisas que ele quer. Tipo, muitas coisas que você quer fazer, não tem tempo, um exemplo. Tipo, mais ou menos isso que eu quis dizer. Quando eu era pequeno, eu era criança. Eu estudava, e tal. Mas criança também tem que brincar, fazer as coisas dela. E eu não fazia nada disso. Ficava só preso.

O primeiro tópico a destacar é a diferenciação entre adultos e crianças. Para ele, a questão reside não na possibilidade de fazer o que se deseja, mas justamente, nas limitações do adulto, ao ter que cumprir com as responsabilidades. O adulto não pode fazer o que quer, pois precisa fazer outras atividades, que, muitas vezes, não quer. Em oposição à criança, que teria liberdade para fazer o que quer. Bruno define brincar sem o imperativo de fazer outras coisas, de cumprir responsabilidades.

Como segundo tópico, temos a comparação com a prisão, se contrapondo ao conceito de liberdade que emprega. Todavia, não se trata de uma prisão que cerceia a liberdade de ir e vir, mas algo que cercearia seu contato com as pessoas. Mais uma vez, a problemática quanto à forma que Bruno era tratado por sua mãe retorna, encarnada em outra palavra: índio.

(B): Minha mãe falava que eu era índio, que não podia me misturar não.

(V): Índio? Como assim?

(B): Não sei. Ela falava que eu era índio. Que se eu saísse pra rua, arrumava problema.

(V): Índio...

(B): Acho que é tipo, que índio não se mistura muito com gente da cidade. Acho que era tipo assim. Tipo bicho do mato, ela falava.

(V): Você era?

(B): Eu acho que não. Só era uma criança que queria brincar, sei lá. Me divertir. Uma coisa que eu não fazia.

Bruno, talvez, seja um dos entrevistados cuja relação materna se destaque com maior vigor, ultrapassando as seduções do poder ou do dinheiro tão naturalmente associadas com o tráfico. Em sua história é muito claro o caráter oportunista do tráfico - não no sentido moral, mas tal qual uma doença, que se desenvolve em um meio propício - do tráfico. A fragilidade dos laços familiares tem grande importância na sua narrativa e, até hoje, não se encontra plenamente superada. No seu relato, encontramos semelhança ao de Lauro, onde o tráfico surge como aquele que oferta ao adolescente um lugar. Cada caso entra por uma porta. Lauro o fez através do reconhecimento de poder adquirido. Já Bruno o faz por encontrar quem tem escuta para suas falas, ou seja, aqueles com os quais pode conversar livremente.

### **5.5- Guilherme**

Guilherme tem 16 anos e conta que está no tráfico desde os dez. Diz ser filiado ao Terceiro Comando e sua adesão tem uma história mais complexa do que apenas o regionalismo.

Ele relata que em sua área, havia o predomínio de uma terceira facção, o ADA (Amigos dos Amigos), pouco presente na cidade e que teve origem em uma cisão no Terceiro Comando. Na região já estiveram presentes as três facções mais conhecidas no Rio de Janeiro. Inicialmente era o ADA, período no qual, ele entrou para o tráfico. Posteriormente, o território foi tomado pelo Comando Vermelho e, ele afirma ter se mantido no bairro, mas fora das

atividades da facção. Mais tarde, o local teria sido dominado pelo Terceiro Comando e, então, Guilherme teria reingressado no tráfico. A razão do hiato durante a dominância do Comando Vermelho seria, segundo ele, pelo fato deles terem matado o seu pai.

(Guilherme) Tipo, eu não esquentava com esse bagulho de facção não, mas era ADA mesmo. Aí, quando meu morro virou Comando (Vermelho), vários que eram ADA pularam pro TCP. Aí, como minha família era de lá, eu não podia pular pro Terceiro (Comando). Aí, eu falei que ia dar a última forma nesse bagulho de facção mesmo. Aí, o morro virou Comando e eu fiquei tranquilo na minha, fumando maconha, porque eu gosto mesmo. Aí, o morro virou Terceiro e eu falei “minha família mora aqui mesmo”. Porque, tipo, os caras do CV (Comando Vermelho) mataram meu pai. Eu não vou fechar com os caras que mataram meu pai. Fizeram covardia com meu pai. Aí, eu fui e fiquei com o Terceiro mesmo.

Observamos que ainda existe, de fato a questão territorial, pois a permanência de Guilherme no tráfico orbita a facção que ali se apresenta nos diversos momentos. Ele deixa de ser ADA para se tornar TCP, em função da troca de poder no território. O aspecto da morte do pai é forte o suficiente para fazê-lo se afastar das atividades do tráfico, porém não para motivá-lo a mudar de território. Segundo ele, permanece no local devido à presença da sua família.

Perguntamos a Guilherme sobre sua relação com o pai, visto que sua morte o teria abalado. Ele responde que seu pai era gerente de uma boca de fumo em um outro território. Guilherme e o pai tinham, segundo ele, uma relação conturbada por diversas razões. Inicialmente, ele diz que o pai era contra sua entrada no tráfico, que “não queria isso para ele”. Questionado sobre a vontade do pai, Guilherme relata que o seu avô paterno também era traficante e também não queria que seu pai se envolvesse com o tráfico. Sinalizamos que há um ciclo nessas relações paternas, mas Guilherme não desenvolve o tema. Conta que os três eram os únicos da sua família ligados a atividades ilícitas, que os outros eram tranquilos. Talvez para contradizer a ideia proposta de ciclo, talvez para restringir, de fato, o processo a ele, seu pai e seu avô, o que daria destaque ao caráter quase que hereditário do conflito geracional.

Sobre as causas que o levaram a entrar para o tráfico, Guilherme afirma apenas tratar-se do desejo de consumo; sempre viu os rapazes do seu território com roupas de marca, tênis, indo para festas e que queria isso para si. Quando sinalizamos que ele entrou cedo e perguntamos se ele já, na época, tinha tais desejos, Guilherme conta que já ia para

“Chopadas”, sendo chamado pelos rapazes mais velhos, que o tinham em grande estima. Acrescenta que sempre esteve em meio a essas pessoas e queria ter dinheiro para comprar coisas como eles. Há, portanto, um elemento de identificação com o grupo no qual o dinheiro é meio de acesso. Acesso às roupas, aos lugares, ao lazer.

Guilherme residia com sua mãe, mas logo que entrou para o tráfico, parou de ficar muito em casa, dormindo a cada dia em uma casa diferente. “Casas da boca”, confirma. Antes dele nascer, seu pai já era separado da sua mãe, porém, segundo ele, ainda tinham algum relacionamento, tendo se separado de vez pouco depois.

Quando perguntamos a Guilherme sobre sua convivência com o pai, seu relato apresenta certa nebulosidade. Suas respostas se confundem quando ele tenta narrar suas especulações até “saber quem é o pai”, ou seja, até perceber que o pai, na verdade, era o “patrão da boca”.

(Vitor): Você convivia com seu pai?

(G): Não.

(V): Mas você sabia quem era?

(G): Não. Mas eu ficava escutando da boca dos outros mesmo. Ficavam “olha o filho do moço aí”. Aí eu não pegava a visão. Depois que eu fui se envolvendo mesmo é que eu fui sabendo quem era.

(V): E como você reagiu com essa descoberta?

(G): Eu entrei no tráfico e onde eu traficava eu sabia quem era o dono. Aí eu ficava escutando da boca dos outros “ah, fulano é patrão”, isso e aquilo. Aí um dia eu tava perto dele e ele mandou eu comprar um refrigerante. Aí nisso chegou uma mulher e pediu a ele, droga. Aí, eu fui pegando a visão que ele era dono mesmo.

(V): Mas quando você soube dele ser seu pai?

(G): Os outros falavam, mas comigo, eu não sabia que ele era ninguém, achava que ele era trabalhador. Mas aí quando a mulher pediu a droga ele falou “pega lá, diz que fui eu que mandou”. Eu só chamava ele pelo nome ou de pai mesmo. Não sabia o apelido dele. Aí eu falava, ah, então ele que é o fulano.

(V): Ele participou da sua criação?

(G): Participou, dava de tudo. Não deixava faltar nada não.

Aos poucos, ele vai fazendo uma associação entre a identidade do pai e do dono da boca, Ele sabia que trabalhava para um certo fulano, o “patrão”, que era chamado por um apelido, porém não sabia que ele era o seu pai. Não sabia que a mesma pessoa, a quem chamava pelo próprio nome ou, simplesmente, de pai, era o tal “patrão”.

Vale notar que Guilherme nega ter convívio com o pai, para pouco depois dizer que ele não lhe deixava faltar nada. Sendo apressados poderíamos presumir algum equívoco ou contradição, porém, ao nos determos sobre o sentido de sua fala, concluímos que, para ele, ter convívio e suprir as necessidades são funções distintas. Parece que Guilherme enxerga no pai,

um provedor contento, porém de convívio afastado, ausente. De fato, o pouco conhecimento sobre o pai a ponto de não identificar que aquele apelido se referia a ele, sugere um considerável distanciamento. Mesmo assim, Guilherme faz bom juízo do pai, dizendo que tinha uma boa relação com ele, “só não podia vacilar”, pois, nesse caso, ele lhe batia.

(G): Ele era bom. Só não podia vacilar.

(V): Por quê? O que acontecia?

(G): Se não, ele batia, como todos os pais fazem.

(V): Todos? Tem pai que não bate.

(G): Ah, não. O que eu falo bater, é tipo assim, faz umas coisas erradas, aí ele não gostava. Não gostava que eu fumasse. Eu fumava escondido do meu pai e da minha mãe. Eles não gostavam não.

Guilherme diz que enganava a mãe sobre a permanência no tráfico; quando ela mandava que ele saísse, ele dizia ter saído. Nas vezes, em que aparecia com dinheiro em casa ela o acusava de estar roubando, ele dizia que seu pai havia lhe dado o dinheiro.

Diante da proibição do seu pai de que ele trabalhasse no tráfico, Guilherme se organizou em outro lugar. “Outro morro”, como chama. Assim, seu pai e sua mãe moravam em um local com domínio da ADA, mas não muito próximos, senão “batiam de frente”. Guilherme, por sua vez, traficava em um morro do Terceiro Comando, ficando pouco em sua antiga casa. Assim, conhecia seu pai, mas desconhecia sua alcunha e, portanto, suas atividades como traficante, só tomou ciência disso posteriormente. Como ele disse, mantinha seu envolvimento com o tráfico escondido dos pais. Para a mãe, dizia que conseguia dinheiro com o pai e quanto ao seu pai, mantinha-se incógnito, traficando em outro local. Relata que conseguiu se manter assim até os 14 anos, quando seu pai descobriu tudo e o levou para morar junto com ele. Nessa época, diz ter se afastado das atividades do tráfico, porém não das companhias. Seu pai não gostava disso, o que culminou em um conflito:

(G): Ele não gostava que eu andasse de moto com os caras do tráfico. Um dia ele viu e os caras estavam com arma. Ele não gostou. Aí ele foi falar um negócio e eu falei “não sou obrigado a andar com gente que tu quer. Vou andar com quem eu quiser, são meus amigos!”. Aí, ele foi me dar um soco e eu abaixei. Aí ele me deu um tapa aqui pra eu entrar pra dentro de casa. Eu falei “não vou entrar pra dentro de casa não, tu vai me bater”. Ele disse “então, vou falar pra tua mãe te buscar aqui”. Eu disse “é isso mesmo que eu quero”. Aí eu subi a escada e fui embora pra casa da minha mulher lá e fiquei uns dias lá. Aí, as pessoas que ele não queria, aí que eu comecei a andar mesmo. Montei na moto, comecei a passar perto dele de moto. Passava voado. Ele não falava nada não. Aí eu comecei a se envolver no tráfico onde ele era dono, mas era patrão diferente. Cada patrão toma conta da sua boca. Eu trampava pra um outro patrão.



Ele conta que há um componente de desafio em sua decisão de andar com pessoas não aprovadas pelo pai. Guilherme já saía com eles, porém, agora, há um desejo de contradizer o pai e, mais ainda, de afrontá-lo. “São meus amigos!”, diz ele. Aqui, observamos, novamente a contradição entre as escolhas que os adolescentes fazem: o sujeito frente ao seu primeiro grupo, o familiar, e frente a um segundo grupo, o do tráfico. Na próxima entrevista, o jovem Aloísio aponta a mesma contradição. Tal circunstância é abordada por Freud, quando trata do desenvolvimento do sujeito. Na medida em que o adolescente desenvolve a si e seu desejo no jogo familiar (paterno e materno), o pai, que antes é onipotente e detentor daquilo que desperta o desejo da mãe, também se demonstra falho e furado. Assim, o sujeito passa a buscar em outras figuras, a relação com essa figura mítica que, esta sim, viria a saber do desejo. O sujeito, portanto, busca um mestre e o fará em grupos, voltado para as figuras dos seus líderes, indivíduos capazes de atrair seu amor no contexto grupal. Guilherme desautoriza seu pai, andando com amigos que ele desaprovava. Sua situação é muito singular, uma vez que seu pai seria um exemplo daquilo que se apresenta como líder do grupo, contudo, o pai não está inserido no mesmo grupo no qual Guilherme se insere. Seu pai, apesar de ser patrão, é de outro morro, de outra facção; ele não o segue. Além disso, há o aspecto da cisão de papéis, no qual o seu pai esteve durante muito tempo, tendo a função de pai e patrão separadas de acordo com o seu entendimento.

O desafio de Guilherme à autoridade paterna, entretanto, não é sem razão. Levantamos a questão do desafio que ele desenvolve no diálogo abaixo, sugerindo que há algum sentido na sua atitude perante o pai.

(V): Você disse que passou a andar com os caras do tráfico depois que ele disse que não queria, como uma provocação, ou um desafio;

(G): Foi isso mesmo. Pra ele entender. Ele começava a andar com uma pessoa que não gosta de mim, aí eu “não quero que tu ande com aquela pessoa”. Aí que ele faz isso mesmo, começa a andar. Ele leva a pessoa pra dentro de casa, a pessoa ficava me olhando, debochando da minha cara. Falava “seu otário, seu pai me dá o que quer”. Falava assim, aí eu não gostei não.

Na perspectiva dele, o pai passa a ser falho na medida em que se torna provedor para terceiros que, fato agravante, sequer gostavam de Guilherme. Pior ainda, dizem claramente que o pai não lhe dava coisas que dava a eles. Ele, portanto, reproduz a ação do pai ao ignorar

o pedido de que não ande com certas pessoas. Destitui o pai da autoridade de lhe fazer proibições. Essas, diz ele, quem faz é a sua mãe.

(G): Quem me proíbe é minha mãe.

(V): Por quê?

(G): Porque mãe é foda.

(V): Qual a diferença?

(G): Porque eu não respeitava ele também não. Só porque ele é meu pai? Eu queria ir pra um lugar, ele não deixava. Queria ir pra um lugar, me proibia. Queria até me bater, pô. Eu falava “mãe, vou em tal lugar. Não volto hoje”. Aí, minha mãe falava “tá. Toma cuidado, meu filho”. Aí, eu ia. No outro dia, já tava em casa. Ele não. Falava “vai pra dento de casa”. Não deixava nem eu sair. Trancava o portão. Eu ficava que nem preso. Só saía quando ele deixava. Ele levava mulher pra dento de casa, aí eu tinha que ir pra rua. Tipo obrigado. Aí quando eu queria ir pra rua não podia. Só podia quando ele deixava.

Um aspecto curioso no relato acima é o fato de Guilherme explicar que sua mãe é quem pode proibir algum comportamento seu, porém cita um exemplo no qual ela não faz nenhuma proibição. Ao contrário, ela, comparada ao pai, é quem lhe permite fazer as coisas que quer. Entretanto, ele cita um ponto relevante, que é o respeito. A capacidade de proibição, em seu ponto de vista, se dá através do respeito adquirido “pelas atitudes”, como ele mesmo diz. Atitudes que estariam justamente ligadas ao nível de liberdade permitida por sua mãe. Paralelamente, há a percepção dele de que existe uma sobreposição do desejo do pai ao seu. O pai ordena que ele fique ou saia de casa por razões próprias, de acordo com sua própria necessidade. Assim sendo, as ordens provenientes do pai geram em Guilherme muita revolta.

Retomando o aspecto cíclico, evidenciado no fato do seu avô, do seu pai e ele terem permanência no tráfico, indagamos se Guilherme tem filhos. Ele diz ter apenas um, mas que deveriam ser dois. Conta que perderam o segundo filho “devido a intromissão” (sic) de uma terceira mulher na gravidez da sua companheira, que teve complicações por causa do estresse, promovido por essa mulher, que aliás está presa. Nesse momento, volta a um assunto que trouxe já sobre a responsabilidade que o tráfico teria de fornecer apoio financeiro para seus membros apreendidos, no presídio, ou na internação.

Ele conta que existe uma norma em sua facção para que uma certa quantia seja separada dos lucros e enviada aos membros da facção que estão detidos. Esse dinheiro deveria assegurar algum conforto ao filiado e condições para que sua família não passe necessidade e possa visitá-lo. Guilherme, nesse caso, se diz decepcionado com a falta de ajuda que ele e sua mãe tem da facção.

(G): Tudo que acontecia no morro, eu que tinha que ir de frente. Igual como aconteceu lá. Eu tive que ir de frente, botar o negócio do cara pra girar. Aí, acabou que eu parei aqui dentro e, aqui dentro, que eu tô vendo quem é quem. Nessas horas só sua família mesmo que fecha.

(V): Disso de ver quem é quem, você viu alguma coisa diferente aqui? O que você viu aqui?

(G): Quando eu estava lá administrando para eles, eles falavam “se você for parar lá dentro, vamos te fortalecer, vou mandar isso, vou mandar dinheiro para sua mãe te visitar, vou mandar aquilo, mandar folha pra tu”. Daí eu falava “já é então”. Aí, eu tô aqui dentro e tenho que ver minha mãe pegar dinheiro lá do aluguel da casa dela para vir me ver, trazer biscoito, trazer folha, trazer sabonete, pasta de dente, escova, chinelo. Tem que ficar arrancando do dinheiro dela, sendo que eles é que tem que pagar. É o PG, que eles têm que pagar.

(V): PG? É sigla de alguma coisa?

(G): É tipo, se você for preso, é certo eles pegarem, na hora de pagar o patrão, eles arrancam uns 300 reais e falam “esse é pra mandar pros caras lá da cadeia”. Arranca o dinheiro e te manda, pela sua família. Pra você comprar sabonete, pasta de dente, folha. Aí é certo, todo mês eles têm que mandar, toda visita.

(V): E têm mandado?

(G): Tem nada. Eles não mandam não. Mas também, minha mãe não gosta de pegar dinheiro deles não. É até bom não pegar, porque eles lá gostam de ficar jogando na cara. Porque quando tu para aqui dentro é que tu para pra refletir a mente e ver quem tá fechando contigo.

(V): Parece que você está me dizendo que você se decepcionou. Que aquilo que o pessoal disse que ia fazer pra te fortalecer aqui dentro, não fortaleceu.

(G): Isso é pra ver a atitude deles. Pra mim não dá mais, não.

Na fala de Guilherme, observamos um retorno à família, após a decepção com o tráfico. O movimento de regresso ocorre devido ao tráfico também apresentar falhas em seus compromissos, em um processo semelhante ao que ocorreu com o seu pai. A dicotomia tráfico - família pode ser observada em outros relatos, seja na citada opção pelo tráfico, seja no retorno à família após alguma experiência que cause fissura no discurso do tráfico. Percebemos que aquilo de que ele se queixa tem menos valor do ponto de vista econômico, e mais importância no que se refere à quebra de contrato estabelecido. Ele fala sobre atitudes: a diferença de atitude da sua mãe e do seu pai, que levou a um maior respeito pela mãe; a atitude do “patrão” no território, quando é mais afeito ao diálogo ou à força bruta; a atitude da sua companheira frente à perda do seu filho. Enfim, deixa claro que há uma correlação entre sua adesão a um discurso e a atitude do seu interlocutor. Diz que para ele, “não dá mais não”, sugerindo algum tipo de corte com o tráfico. Não se pode saber a priori, como ele organizará sua postura frente às falhas da facção. Hoje diz que se trata de uma ilusão, mas o quanto do novo posicionamento é efeito da privação de liberdade sofrida pela internação? Aqui, ele está

apartado dos benefícios do tráfico, padecendo do seu ônus, resta saber se o discurso do tráfico se fragilizou a ponto de fazê-lo se interrogar sobre outras questões.

Perguntamos a Guilherme sobre o histórico do tráfico no seu território. Ele via a movimentação do tráfico desde pequeno, observando e aprendendo através das ações deles. Diz que “pegou a visão do certo” nesse período e, quando perguntamos sobre o que seria essa “visão do certo”, explica que é o aspecto matemático da venda de drogas: o manejo do dinheiro, a dinâmica de vender, de dar troco, etc. Quando criança, os traficantes diziam para ele comprar coisas como pipa, e outros bens menores e lhe davam dinheiro para esses gastos. Fizemos um paralelo com os trabalhos informais, sem envolvimento com o crime, questionando se ele teria pensado em adquirir dinheiro de outra forma. Guilherme explica que isso nunca foi uma questão, já que no seu território, só havia o negócio dos traficantes, com os quais ele convivia.

Perguntamos sobre as regras do grupo, ele responde de maneira similar aos outros entrevistados. Diz que além do VDV, que seria uma chance oferecida a um filiado, em caso de prejuízo ou outro tipo de falha, ainda existem outras normas como a de não poder “pegar a mulher do outro”, o que chamam de Talarico e também não podem roubar drogas do outro. Fala sobre a proibição do estupro, que chama de Jack (fazendo uma corruptela com o nome Jack, o Estripador, que se torna Jack, o Estuprador).

Um ponto citado por Guilherme, que não surge em nenhum dos outros relatos, é o termo “Kit”. Ele o emprega, ao se referir a pessoas homossexuais ou que estabelecem relações homossexuais. O nome provém do kit de utensílios de higiene pessoal, porque o “Kit” do homossexual seria especialmente separado. Os homossexuais não são hostilizados diretamente pelo grupo, apesar de sofrerem segregação, como é o caso do kit de higiene e do espaço nas celas. Há até mesmo um certo grau de igualdade percebido em sua fala:

(V): Como sua facção lida com pessoas que são homossexuais?

(G): Na maior, tem viado também. Mas o viado é kit (itens de uso pessoal) separado, mas é bandido mesmo, igualzinho à gente assim, bandido mesmo.

(V): Mas aí tem namorado?

(G): Tipo, só o cara chegar e passa a visão referente. Mas tipo, se tu for pegar viado, tu tem que casar com o viado. Os caras botam pra casar. Aí, tu fica de kit separado, no cantinho, no QG. Tu fica com seus bagulhos separados. Os caras fazem até casar.

Guilherme explica que esse é o funcionamento nos presídios, com os maiores de idade. Já nas unidades socioeducativas, a relação é diferente, quase sempre os homossexuais

são excluídos. Dentro da facção encontramos arranjos que propõem algum tipo de convívio entre as pessoas de inclinações sexuais diferentes. Mesmo com os diversos sinais de exclusão, observar estratégias de organização para o convívio é surpreendente, sobretudo quando se trata de um grupo cujo extermínio (no caso, do rival) é uma solução plausível. A solução de “casar” pode, em parte, estar alicerçada em bases de segurança (garantir a segurança do parceiro contra o assédio de terceiros). Existem outros atravessamentos possíveis, mas, considerando que não se encontra aí o foco da nossa pesquisa, deixaremos esse ponto apenas em destaque.

Guilherme conta que essas normas são aplicáveis à sua facção, mas que desconhece as regras do Comando Vermelho. Sobre as transgressões, às regras, ele explica:

(G): É, tem cara que trapaceia. Porque foi o Batgol que deu essa ordem. Ele que responde pelo Terceiro todo. Mas ele morreu. Só que, na terra que ele conviveu, ele deixou a marca dele. Deixou dentro da cadeia o Estatuto. Deixou uma folha, assim, dentro da cadeia, com todas as escritas do que não pode fazer.

O jovem faz referência a um personagem, até então, inédito nas entrevistas. Não se refere a ele como um dos fundadores ou o fundador da facção, mas como um representante legítimo. Não chama as normas por ele estabelecidas de mandamentos, como vimos nas entrevistas anteriores; chama-as de Estatuto. A seguir, acrescenta outras considerações sobre o estatuto.

(V): Lembrei daquelas placas, dos dez mandamentos. É parecido?

(G): É. É foda. Tem essa folha e não pode fazer nada que está escrito no Estatuto. Ele deixou tudo que não pode fazer.

(V): E essa folha existe mesmo?

(G): Existe.

(V): Onde ela fica?

(G): Tipo, na cadeia de menor, nessa aqui não tem.

(V): Mas é tipo uma folha de papel presa na parede, assim, ou é escrito na parede?

(G): Não sei se é de papel, pode ser uma placa, não sei.

(V): Mas se você nunca viu essa folha...

(G): ... ela fica pro lado do Rio.

(V): Se você nunca viu porque você acredita nela?

(G): Porque os caras que estão na maior e vão pra menor (isso realmente pode acontecer), os caras vão pra pista e ligavam, falavam tudo que acontecia. Um menor chegou aí da pista e falava tudo que acontecia lá também (na maior). Falava de tudo, que não pode fazer isso, aquilo. Aí chegou e falou que é pra botar um ritmo aqui tipo o da maior...

A referência de Guilherme, aqui, é semelhante ao relato de outros adolescentes. Parece existir confiança e obediência às normas que foram passadas através da tradição oral, por pessoas legitimadas pela experiência de terem cumprido pena nas cadeias ou presídios. Essas pessoas diriam como a facção opera nesses cenários e repassaria ordens aos seguidores na unidade de medida socioeducativa. Tanto no relato de Aloísio quanto no de Guilherme há referência ao Rio de Janeiro como sede da facção, ou como o local de onde vêm as normas a serem seguidas. O distanciamento entre o local onde se produzem as regras e o local onde está Guilherme contribui para o tom mítico da facção e das ordens. Ao voltar de um período na cadeia “de maior”, alguns ex-detentos parecem imbuídos de um saber superior, a ser seguido. Como um profeta, o sujeito que “esteve lá”, adquire alguma autoridade para falar pela facção e trazer informações sobre como ela quer que o sujeito proceda. Assim como o pastor ou o padre, intermediários de Deus, são capazes de interpretar a Bíblia e, portanto, a Sua vontade.

## **5.6- Aloísio**

Aloísio tem 18 anos e uma extensa passagem pelo sistema socioeducativo. Responde a vários processos, em sua maioria por tráfico, porém já foi implicado por roubo também. Em suas passagens iniciais, Aloísio tinha comportamento bastante agitado, além de ser extremamente resistente ao cumprimento das medidas socioeducativas impostas. Quando progredia para semiliberdade, se evadia da unidade em pouco tempo, redundando em vários mandados de busca e apreensão. Em sua passagem atual, Aloísio tem conduta bem mais serena, mantendo relativa calma mesmo diante de conflitos com outros adolescentes. Todavia os embates não cessaram por completo.

Aloísio, contudo, passou a solicitar muito a atenção dos diversos técnicos, seja da equipe de medida socioeducativa, seja da equipe de saúde mental. Suas solicitações, em geral, envolvem o pedido de medicação, alegando insônia - algo muito recorrente no regime de internação - e informações sobre o caminhar do seu processo. Nos momentos, em que recorre à equipe, Aloísio tem sido convidado a falar sobre si e sua situação. Também assim foi convidado a participar de nossa pesquisa.

Aloísio conta que está em contato com o tráfico desde os 9 anos, porém, inicialmente, apenas fumava maconha junto aos traficantes. Diz que não se envolvia na época devido à

pressão de sua mãe, que o impedia de entrar no tráfico. Entretanto, segundo ele, sua mãe passava tempo demais trabalhando fora e ele tempo demais sozinho. Esse afastamento teria enfraquecido a força exercida pela mãe e, por fim, ele acabou se filiando ao Terceiro Comando, que, até então, era a facção dominante no seu território. A pretexto do seu relato sobre a influência da sua mãe e do tráfico, Aloísio cita que aprendeu coisas com ambos os lados, o que, para nossa leitura, soa como uma afirmação de equivalência, não no teor dos aprendizados, mas em seu valor.

(Vitor): O que você aprendeu com sua mãe?

(Aloísio): A minha mãe me ensinou várias coisa, Tipo, graças as Deus eu tenho educação hoje. Tipo, já respondi aos mais velhos, mas hoje em dia parei pra pensar e o jeito que eu era antes, agora não sou mais. ela já passou várias visões pra mim: respeitar as senhoras mesmo, eu aprendi em casa, mas aprendi na rua também. Tem várias coisas que aprendi em casa, mas aprendi na rua.

(V): E que coisas você aprendeu no crime (refere-se ao crime organizado, como “na rua”, nessa frase)?

(A): Aprendi o certo e o errado. Aprendi o que é certo e o que é errado. Vamos supor, se você chega dando papo cheio de arrogância, vou falar direito contigo. Não vou sair da lógica. Se eu estiver discutindo com você e você me agredir, você perde a razão. Tudo é na conversa.

A colocação de Aloísio a respeito da sua aprendizagem no crime é especialmente interessante, uma vez que sua noção de certo e errado, conforme cita, advém justamente daquilo que permeia o discurso da facção criminosa. Desdobrando essas concepções de certo e errado, ele dá outros exemplos, como “Não desfazer dos outros, não desfazer dos amigos jamais, sempre respeitar morador. Morador em primeiro lugar”.

Embora nem todas as expressões de Aloísio estejam diretamente ligadas ao cotidiano do tráfico, algumas o estão, como por exemplo, a noção de “morador” intimamente ligada ao aspecto territorial da facção. Os traficantes consideram moradores, aqueles que residem na área de dominância do grupo, diferenciando-os dos que residem fora das comunidades, ou “no asfalto”, como alguns dizem. Por vezes, ocorrem conflitos quando aparecem moradores de outras comunidades, que são tomados como pertencentes a outra facção apenas por residirem em outro bairro. Ao contrário, as descrições de conflitos pautados nesse equívoco são várias, como por exemplo, as que aparecem no relato de Jordan.

Aloísio, apresenta a fala da facção bastante forte ao descrever particularidades do grupo ao qual está ligado.

(V): Você é de qual facção?

(A): Sou do Terceiro.

(V): Isso que você aprendeu no crime, aprendeu sob a visão do Terceiro Comando. Todo Terceiro Comando funciona dessa forma ou a galera que você tinha contato é que tinha essa visão?

(A): Todo o Terceiro Comando. Tipo, vivendo e deixando viver. Tipo assim, o cara cometeu um erro, aí, a gente trabalha com VDV. Só não pode acontecer de novo. Mas tem umas falhas que não pode deixar passar. Igual o cara que estuprou, não pode deixar passar. Roubou morador, não pode deixar passar.

Ele fala de uma unidade na facção coordenada pelas mesmas normas. Cita o VDV (viva e deixe viver) como recurso típico da sua facção que, tanto na sua fala quanto na de outros adolescentes filiados ao TCP, os diferencia do Comando Vermelho. Normas como a intolerância ao estupro e ao roubo contra moradores, estão presentes nos relatos sobre as duas facções. Pedimos que Aloísio descreva regras específicas da sua facção e ele exemplifica com o “não poder levantar dois”, que seria fazer o número dois com os dedos. Falar, entretanto, é permitido. Os adolescentes do Comando Vermelho, contudo, evitam falar o número três, referindo-se a ele como 2+1. Aloísio também tenta explicar sobre o uso dos termos “nós” e “a gente”. Nesse caso, os partidários do Terceiro Comando se autorreferem como “a gente”, ao passo que os do Comando Vermelho usam “nós”. E, importante, é vedado o uso dos termos da facção rival aos filiados. Entretanto, Ele descreve uma exceção, afirmando que, em alguns casos, é necessário usar o termo “nós”, devido à norma da linguagem.

(V): E falar (o número dois), pode?

(A): Pode. Pode falar assim “matei dois”. Não pode falar “nós”, que aí já é vocabulário.

(V): “Nós” é vocabulário...

(A): Do dicionário.

(V): Do dicionário?

Aloísio ri. Diz que acha engraçado quando estou tentando entender.

(V): O “nós” é um vocabulário do dicionário de vocês? Então, vocês, quando falam sobre as coisas de vocês, falam “nós fizemos isso”, “nós fizemos aquilo”?

(A): Tem umas partes que não pode falar, que tem que falar “a gente fez isso”, não “nós fez isso e isso”.

O aspecto da linguagem é importante quando se fala de relações de grupo. Traz consigo significantes identificatórios para os membros do grupo, que permitem, o seu reconhecimento. Em outra entrevista, um adolescente diz ser capaz de reconhecer a facção de outro adolescente apenas pelo seu jeito de falar, as gírias que usa. Assim se identificam potenciais rivais e supostos aliados. Há também o aspecto da submissão a uma mesma norma,



o que compõe os laços entre os membros do grupo, mais uma vez, facilitando sua identificação.

Compartilhar um vocabulário, para promover a identificação do grupo, também fornece elementos para a formação da própria identidade do sujeito. Em aspectos regionais, por exemplo, observamos que o sotaque é uma forte referência para identificação do sujeito com um certo local. Eventualmente é uma das poucas coisas trazidas pelo sujeito em movimentos migratórios, sendo um índice de sua terra natal. Também se observa o idioma como uma das características de uma nação, sendo índice de identificação dos membros de um país. Na França, se fala francês. É natural supor que aquele que ouvimos, falando esta língua, seja francês e, conseqüentemente, portador de uma série de outros predicados culturais desse povo. As gírias adotadas com exclusividade por certas facções estariam no mesmo grau de fatores de identificação que as músicas, as cores (em especial para o Comando Vermelho) e as próprias normas.

Diante da flexibilidade das normas da linguagem empregada por cada facção, perguntamos a Aloísio se ele conhece outras regras também flexíveis. Ele, entretanto, segue afirmando as normas do grupo, citando o fundador e lemas.

(V): Então, nessa regra, tem, tipo, uma flexibilidade. Em algum momento não dá pra usar regra. Tem alguma outra regra que também tem flexibilidade?

(A): Tem algumas regras que, tipo assim, se morador estiver precisando a gente ajuda também. Se estiver precisando de botijão de gás a gente tira do bolso e dá. Nunca deixar faltar nada pra ninguém na favela, sempre ajudar as criancinhas. Sempre ajudar os que precisam, também.

(V): Lá na tua área o pessoal segue essas regras à risca?

(A): Tipo assim, “salve, salve as crianças”. Igual o mano lá, Matemático, que morreu. Deixou escrito “salve, salve as crianças”.

Percebemos também que as respostas de Aloísio, ao mesmo tempo, ratificam as regras do grupo, e se direcionam no sentido oposto. Talvez possamos sugerir que a pergunta suscita um impasse na sua avaliação sobre a conduta normativa do grupo, criando desconcertos quando ele tenta descrever a estrutura dessas leis. Aloísio faz referências quanto às normas do grupo de maneira bastante contundente, demonstrando pouca percepção sobre seu efeito por outra ótica, que não seja a da facção. Ele parece recorrer ao lema do líder/fundador, buscando recobrar os alicerces da ideologia do grupo. Novamente encontramos, uma citação aos tais

“escritos” que, Aloísio, entretanto, não chama de mandamentos, como observamos em outras entrevistas. Perguntamos sobre sua relação com o fundador citado.

(V): Esse Matemático é um dos fundadores do Terceiro Comando?

(A): No Rio.

(V): Você conhece a história dele?

(A): Sei não.

(V): Como você soube que ele é um dos fundadores do Terceiro?

(A): Sabendo.

(V): Sabendo? Alguém te contou?

(A): Eu não sei muito da história dele não.

(V): Mas como ela chegou? Tenho uma curiosidade sobre como isso chega até vocês. Vocês estudam isso, alguém conta pra vocês?

(A): Eu tenho um parente que, quando era vivo - ele morreu em 2013, os cana mataram ele em uma operação. Um amigo já tirou cadeia com ele, acho que foi meu cunhado. Os caras da pista tiraram cadeia com ele já. Os caras passavam várias visões.

(V): Os caras então passavam para vocês como eram as coisas?

(A): Quem já foi da favela do Rio sabe como é

(V): Você já foi da favela no Rio?

(A): Já fui. Tenho parente lá.

Aloísio descreve seu contato com as normas assimiladas pelo grupo através da tradição oral. Explica que certas pessoas que tiveram acesso a histórias que falam da criação das regras. Há uma reverência à cidade do Rio de Janeiro como centro dos acontecimentos, uma espécie de local privilegiado onde ocorrem os contatos com as figuras representativas da facção. Ele fala com orgulho que morou lá, aparentando um quê de superioridade. Todavia, quando perguntamos se a experiência de morar no Rio o fez ter uma visão diferente do tráfico ou de outras coisas, ele diz que no fim é tudo igual. As regras, inclusive.

Voltamos a falar sobre família, pedindo que ele conte sobre outras pessoas do seu convívio na época em que entrou para o tráfico, aos 9 anos. Ele relata que morava com a mãe e uma irmã mais velha e reafirma que sua mãe nunca deixou faltar nada e lhe dava tudo. Perguntamos se ela tinha uma situação financeira boa e ele responde que, não, que ela é trabalhadora. O primeiro aspecto que chama a atenção na fala de Aloísio é a separação que ele faz entre ser trabalhadora e ter boa condição financeira, sugerindo, talvez, que seriam condições excludentes.

É comum observarmos nos atendimentos a adolescentes, a apresentação da ideia de que o acesso ao dinheiro, à boa condição financeira do tráfico, está diametralmente oposta à condição de trabalhador, lugar onde localizam as pessoas economicamente ativas mas sem

vínculo com o tráfico. Portanto, é possível que soe estranho ao adolescente as propostas de mudança de paradigma de traficante para trabalhador, pois, de acordo com essa visão, diminuiria sua possibilidade de sucesso econômico.

Em segundo lugar, a afirmação de que sua mãe lhe dava tudo, isto é, satisfazia todos os seus anseios, merece atenção e foi justamente o que motivou a pergunta sobre a situação econômica. Aloísio explica que nunca foi de pedir coisas excessivas a mãe e que ela até poderia lhe dar, um videogame, mas que ele não pedia esse tipo de coisa, contentando-se apenas com coisas simples, como uma bola ou um pião.

Perguntamos sobre o pai de Aloísio, pois este ainda não havia aparecido em sua narrativa. Inicialmente, conta que mal conheceu o pai, já falecido. Seus pais teriam se separado quando ele era muito novo, logo nunca tiveram muita proximidade. Quando pergunto sobre a causa desse afastamento, entretanto, Aloísio diz que morou com o pai por um tempo, ainda bem jovem e que, seu desgosto com ele ocorria por sentir preterido diante de uma das irmãs; ele pedia coisas ao pai, que negava, para em seguida, dar coisas à irmã.

(A): Eu já morei junto com meu pai. Quando era menorzão, meu sonho nem era morar com minha mãe, era morar com meu pai. Aí, tipo assim, eu já morei com ele, depois parei de morar com ele. Depois morei com minha mãe, depois morei com minha irmã. Depois morei com minha outra irmã.

(V): Você foi pulando de casa em casa?

(A): É. Só que aí já tinha desapegado do meu pai, já. Meu pai não ligava muito pra mim.

(V): Então, pelo que eu tô entendendo, vocês tinham uma relação difícil.

(A): É.

(V): E porque era difícil?

(A): Meu pai dava mais ajuda pra minha outra irmã lá, mais do que pra mim.

(V): Você ficava com ciúmes do seu pai?

(A): Não, não era ciúme. Eu já morei com ele e tudo, mas eu precisava de um bagulho, chegava nele e ele não me dava. Aí minha irmã chegava e pedia.... ele tava até de simpatia.

(V): Simpatia significa que ele tinha preferência pela sua irmã?

(A): Não. Que ele dava pra minha irmã e não me dava. Aí eu chutava o balde também.

(V): Tipo “já que você não deu pra mim e deu pra ela eu vou chutar o balde”? E quando chutava o balde, fazia o quê?

(A): Brigava um montão com ele.

Cabe destacar a oposição que ele estabelece entre o pai e a mãe. O pai, que era aquele a quem Aloísio requisitava, lhe negava as coisas. Já sua mãe, pessoa a quem não pedia nada além do básico, lhe dava tudo.

Uma questão que não foi colocada na entrevista, mas que surge ao examinarmos seus relatos é o endereçamento diferenciado feito ao pai e à mãe. Como localizar o pai, falho, como justamente aquele a quem Aloísio endereçava suas demandas, em vez de se dirigir à mãe, que sempre se mostrava disponível? Será a falha do pai anterior ou posterior ao endereçamento? Ele demonstra alguma expectativa quanto ao pai, quando diz que sonhava em morar com ele. Por um lado, podemos supor que encarar a percepção dessa falha em responder às demandas, gera a ideia de um pai falho como efeito. Por outro, podemos pensar na hipótese de um pai tido como falho por outros motivos, como o pai que abandona a família, por exemplo, e que tem esse status atualizado a posteriori através da não satisfação de demandas endereçadas a ele. Demandas que não existem endereçadas à mãe e que, quando feitas pela irmã, são acolhidas pelo pai.

Ainda sobre o pai, Aloísio, em outro momento, vai falar que também tem rancor dele porque batia na sua mãe. “Viajava”, segundo ele. Contudo, quando tentamos aprofundar a questão, Aloísio não quer entrar no assunto.

Diante da diversidade de lugares, em que Aloísio afirma ter morado, ele diz que “é assim mesmo”. Insistimos propondo que deve haver uma razão, mas ele permanece com a mesma justificativa. Conta que, na época em que morava com a mãe, também passava períodos na casa da sua irmã de quem, acrescenta, “gosta tanto quanto da mãe”.

Descreve sua família, dizendo que ela é grande e que os familiares têm suas casas na mesma área. Comenta que alguns “não prestam” e são “aloprados”, o que significa que são envolvidos com o crime. Aloísio contrapõe duas partes de sua família: os citados “aloprados”, dos quais faz um certo juízo negativo, e outra parte que possui formação acadêmica e atuação no mercado de trabalho formal. É possível observar novamente uma contradição no discurso geral de Aloísio, visto que deprecia a vertente da família envolvida com o crime, diante da outra que possui estudos e trabalha. Portanto, ele contradiz suas falas anteriores, em que valorizava a possibilidade das pessoas ganharem dinheiro com as atividades do tráfico.

Aloísio, quando se refere a uma de suas irmãs, afirma que “era como uma segunda mãe”, pois cuidava dele. Descreve da seguinte forma:

(A): Eu era mais apegado com ela (irmã). Porque ela não deixava eu me envolver não. Sempre tava lá em cima, me ajudando, ajudando nos deveres, vários bagulhos. Do nada eu desapeguei dela, fiquei só com a minha irmã mais velha - que não é a de 19 (anos), é a de 24 (anos).

Ele compara a irmã, a quem era mais apegado, com sua mãe através do mesmo traço: o de lhe dar atenção e não deixá-lo entrar para o tráfico. Não fala da causa, que o levou a se desvincular dela.

A situação familiar de Aloísio, sobretudo quanto ao relacionamento com suas irmãs, é bastante complexa. Tem relatos de amor e ódio com algumas delas. É fácil se perder na descrição de suas preferências, que oscilam entre as cinco irmãs a que se refere. Sobre os afastamentos familiares, explica que ocorrem por morarem em bairros de facções rivais, tendo alguns parentes, inclusive, envolvidos com outra facção. Como ele mesmo diz, há “uma rixa” familiar decorrente da diferença de filiações. No ápice das divergências, Aloísio afirma ter tentado matar uma irmã, devido a conflitos envolvendo drogas. Comenta que não tem mais afeto por algumas dessas pessoas. Falando apenas o necessário.

Parece haver algo de estranho nos relatos de Aloísio, quando trata das relações familiares. Existem lacunas sobre as razões de ter se desapegado de uma irmã e passado a preferir outra. Também, ao mesmo tempo em que se refere à irmã que “era como sua segunda mãe”, diz ter tentado lhe dar uma facada, não descrevendo o evento como algo de especial importância.

(V): Naquela época morava você, sua mãe e sua irmã, quando você tinha nove anos.

(A): A irmã de 19 anos.

(V): E como você se dava com ela?

(A): Pô, eu gosto muito dela. A gente briga e tudo, mas...

(V): Essa você nunca tentou matar, por exemplo.

Faz que não com a cabeça).

(V): Então vocês se gostam?

(A): Eu já tentei dar uma facada na minha irmã de 19. Mas é como se ela fosse minha segunda mãe

(V): Na sua segunda mãe você tentou dar facada? Como assim?

(A): Ah, uma história doida.

(V): Quer contar?

(A): Eu conto. Eu tava na casa da minha mãe e ela (mãe) estava trabalhando. Aí foi eu e um menor que é cria da boca também. O pai dele é dono da boca de lá. Aí, minha mãe não deixava muito eu andar com ele não. Aí minha família botou esse menor pra ralar (expulsou da casa). Meus parentes que são da boca, me trancaram dentro de casa e eu tentei fugir e essa minha irmã me segurou. Aí eu peguei uma faca e fui dar facada nela. (Ri)

Quando Aloísio descreve o episódio rindo, perguntamos se ele não estranha, ter tentado esfaquear, justamente a irmã a quem considera como uma segunda mãe. Ele simplesmente responde que na época não tinha tanto apreço por ela, era diferente. Tal resposta

ainda deixa dúvidas, uma vez que, mesmo enfatizando que, hoje, tem uma percepção positiva da irmã, Aloísio parece não questionar o fato de agredi-la. Ainda há algo pouco claro na narrativa, onde os sentimentos entre os personagens se alteram constantemente. Perguntamos como ele se sente diante do episódio.

(A): Eu nem penso nesses bagulhos não. Penso assim: as coisas que eu já fiz na pista, quando era menor, eu era embaladão. Hoje em dia, eu não sou mais assim não. O que passou, passou, não gosto de lembrar não. Mas, às vezes, eu fico lembrando e fico rindo mesmo.

(V): Acha engraçado?

(A): Vou achar como?

Como Aloísio deveria se sentir com isso? Quem pode dizer? Ele acha engraçado.

Pedimos que Aloísio fale mais sobre sua relação com a mãe e ele retoma a fala de que ela lhe orientava para que não se metesse com o tráfico.

(A): Às vezes, eu me arrependo também. Minha vida está sempre andando pra trás, um tempão sem ver minha família. Às vezes, eu paro, reflito. Agora tô pensando duas vezes antes de fazer uma coisa também. Tudo que minha mãe sempre falou pra mim, faz falta os conselhos dela. Eu não me arrependo. Eu me arrependo de não seguir os conselhos que minha mãe me deu, mas eu não tenho como inverter o destino, correto?

(V): Não sei. Você acha que está onde está hoje por causa do destino?

(A): Não, não é nem isso não. Destino que eu falo é tipo assim, se entrei na vida, pra sair é difícil. Mas também nunca tentei.

Quando ele fala de arrependimento, o faz com alguma contradição. Em parte diz não ter arrependimentos, enquanto sobre a questão da sua mãe, das orientações dela, diz ter algum arrependimento. Entretanto, Aloísio não levanta muitas questões sobre estar no tráfico, não põe em jogo sua relação com ele. Apenas fala sobre não ter seguido sua mãe e, de certa forma, parece separar os dois processos, embora ambos falem de uma mesma coisa. Ele não se arrepende, aparentemente, de estar no tráfico, contudo lamenta o fato de ignorar os cuidados de sua mãe.

Outro ponto é sobre o fato de nunca ter tentado sair do tráfico, como ele mesmo diz. Aloísio supõe que para sair do tráfico, é preciso mudar radicalmente sua vida, inclusive saindo no território no qual tem envolvimento. Para ele, a necessidade de sair está vinculada não apenas ao afastamento das influências, mas, principalmente a uma questão de segurança, pois, ao sair do tráfico, ele se tornaria mais vulnerável aos inimigos, que ainda o consideram uma ameaça. A colocação se aproxima bastante da dificuldade apresentada por Jordan, em sua

entrevista. Ambos falam que a mudança do sujeito não chega, necessariamente, ao conhecimento de seus inimigos. De maneira que ele ainda pode ser visto como filiado à facção, independentemente de ter ou não saído, o que o exporia a riscos maiores. Lembremos que parte da segurança deles reside no grupo e, ao deixá-lo, sobra apenas o ônus dos envolvimento anteriores.

Retomando os relacionamentos familiares, Aloísio, desta vez, inclui o padrasto. Quando explica as causas pelas quais não seguiu as orientações da mãe, traz o padrasto como uma das justificativas. Diz que já tentou matá-lo uma vez, embora não entre no assunto, dizendo que, hoje, ele e sua mãe nem estão mais juntos. O curioso é que, segundo ele, sua mãe se separou do padrasto porque ele teria “feito macumba” para Aloísio. Assim sendo, Ele acha que foi o causador da separação deles, que sua mãe deixou o companheiro por ele. Outra justificativa que, ele acrescenta para ter entrado no tráfico, foi a morte do irmão. Diz estar “revoltado” com um monte de coisas, “cheio de problemas”.

Pedimos algumas vezes que Aloísio tente explicar o processo que desencadeou sua união aos traficantes. Além das citadas relações com o pai, com a morte do irmão, os problemas, que geram sua revolta, ele não quis desenvolver. Sua narrativa vai ficando confusa, dificultando a localização de outros elementos. Acrescenta, por fim, que sua vida sempre esteve entremeada com o crime, seja nas relações familiares, seja no próprio território. Por suas explicações titubeantes entendemos que não há um motivo principal, mas toda uma conjuntura. Pedimos, então que ele descreva suas impressões sobre o local onde mora.

Fala que muitos dos antigos participantes do crime, ou morreram, ou estão presos. Entretanto, não problematiza sua participação sob esse viés. Diz que o local, apesar de ser palco de muitos conflitos, pois foi tomado e retomado várias vezes por facções diversas, ainda preserva uma ordem. Por exemplo, diz que não se pode roubar dentro da comunidade.

(V): Mesmo quando a outra facção tomou o lugar, mantiveram essa parada de não poder roubar?

(A): Ninguém nunca roubou não. Não pode roubar morador não.

(V): Isso é uma regra que...

(A): É lei mesmo.

(V): Do jeito que você fala parece ser uma regra que não se pode quebrar mesmo! Se quebrar dá problema, né? Por que não pode roubar morador?

(A): É mancada, pô. Você vai roubar no bairro que você é cria. Tipo assim, tudo bem que as pessoas que são roubadas na rua também precisam, né? Mas no bairro onde você mora, tem uns moradores que nem tem muito dinheiro, correto? Não têm carro, não têm nada. Tem dois filhos pra criar. Assim, arruma algum dinheiro pra botar

dentro de casa, pros filhos comerem né. Qualquer um na pista faz isso, mas tem umas pessoas que são meio caidinhas mesmo. Aí, além de tirar da pessoa que não tem quase nada, vai chamar a polícia e vai deixar a pessoa sem o dinheiro dela.

Constatamos aqui como Aloísio é sensível à questão do roubo e do efeito para as vítimas. Em outra ocasião, quando era atendido e falava do roubo de carros, no qual se envolveu, tinha uma postura relativamente insensível quanto ao efeito para a vítima. Todavia, ao adicionarmos o elemento do território, é capaz de desenvolver um raciocínio mais empático. Essa inserção traz para Aloísio a dimensão da Lei, como ele diz, suscitando uma razão para sua existência. Aliado a isso, há o aspecto prático da ativação da polícia, o que prejudica o andamento dos negócios do tráfico. Tal argumento também é observado no relato de outro adolescente, o Bruno. Aloísio acrescenta que é natural que alguém roubado, chame a polícia ou fale com o patrão daquele território.

(V): Você falou de chamar a polícia. O problema está aí?

(A): Não, mas é o certo, né. Porque o cara foi roubado ali, então... morador fala com a gente ou fala com a polícia.

Aqui, Aloísio aproxima a autoridade do patrão e da polícia, assemelhando sua legitimidade.

Perguntamos sobre a diferença entre os trabalhadores; quais eles podem assaltar e quais eles não podem assaltar.

(V): Você falou que tem gente que é trabalhador, não mora no mesmo bairro, mas está na mesma condição (sem dinheiro), né? Só que o da pista pode. O morador é que não pode, né?

(A): Não. É que, tipo, a gente rouba de quem tem. Quem não tem, a gente não rouba não.

(V): Essa é a fala de vocês lá?

(A): De qualquer um.

(V): No seu entender, quando vocês roubam, estão roubando de quem tem, né? Como é que vocês sabem quem tem, quem não tem?

(A): Tem umas fita (uns casos) que é bagulho dado. Tem gente que conhece mesmo, fala pra gente.

Ele explica a distinção das vítimas pela justificativa “quem tem” - “quem não tem”. Seus termos para definir as duas condições não são claros, do ponto de vista material, não apresenta algo que determine a diferenciação. Ele responde a essa lacuna com a fala do grupo,



que determina as vítimas. “Tem umas fitas (uns casos) que são dadas”. O grupo aponta quem é um alvo legítimo ou não. A avaliação, no caso, Aloísio delega ao grupo.

Aloísio fala sobre um irmão que é “patrão de uma boca”, que eles têm estilos iguais de gerenciar os negócios, só que o irmão é “patrão” e ele, “gerente”. Ele explicita os diferentes cargos na organização do tráfico. Apresenta um outro lugar, acima do “patrão” e que, diferente do que aparece em outras narrativas, não está ligada à fundação da facção, seria o fornecedor da droga. Acima dele, seria a pessoa que importa a droga. Observamos um elemento novo que fala dos lugares no tráfico sob um viés mais mercadológico, que difere de outros relatos. Depois descreve as funções em ordem decrescente. Abaixo do gerente há o vapor, que é quem vende a droga e abaixo dele, há o “radinho” e o “fogueteiro”, que estão encarregados de passar informações e avisar da presença de elementos estranhos.

Perguntamos a Aloísio sobre as regras do tráfico e ele cita a de não poder “pegar a mulher do outro” e a de “não crescer o olho no outro”. Esta última, inédita, explica que se refere à cobiça e à inveja contra algum companheiro. Novamente, percebemos uma relação com os pecados capitais da religião cristã.

(A): Vamos supor: eu sou gerente e você é gerente geral. Tu recebe mais que eu. Tu tem que prestar conta com todo mundo. Eu pego dinheiro de todo mundo e você pega o dinheiro comigo. Aí, tu subiu, jogado pra frente, fica no segundo lugar do patrão. Aí eu “pô, eu tô na boca mais tempo que ele e o cara subiu primeiro que eu”. Aí, eu tento te derrubar. Isso é olho grande.

Seguimos nosso diálogo, continuando a abordar o assunto das normas.

(V): Como o pessoal sabe como são essas regras? Quais são?

(A): Sabendo. Tem na parede, escrita. Até na cadeia “de maior” tem.

(V): Tem na parede escrita? Eu já ouvi essa história. É escrita no cimento mesmo, na parede? Quem escreveu isso?

(A): Os caras da cadeia

(V): Mas da onde eles tiraram isso?

(A): Aí, eu não sei.

Assim como outros jovens, Aloísio descreve um local de transcrição das normas do tráfico. Faz referência às cadeias como locais onde se perpetua esse conhecimento. Quando insistimos na questão, ele diz que as normas, às quais também chama de mandamentos - termo que nos é familiar - estão nas favelas do Rio de Janeiro. Conta que, em uma delas, há até a foto de um dos fundadores, o Matemático e que ele mesmo já viu os locais, onde estão

esses mandamentos. Assim explica a existência e a disseminação das mesmas normas para toda a facção.

Uma questão que surgiu durante um atendimento de grupo com outros adolescentes, que não os entrevistados, foi a das condições dos presídios onde estão os maiores de idade. É muito frequente que adolescentes em cumprimento de MSE, se queixem das privações sofridas na internação, dizendo que, na prisão para maiores, “as coisas são melhores, pois lá tem acesso e direito a fazer mais coisas”. Ignoram informações como superlotação ou condições ruins de higiene, de alimentação e de saúde. Dizem que é mentira e que, estar numa unidade de MSE é bem mais restritivo e pior. Aloísio acha que, de fato, na prisão para maiores, há mais liberdade. Se na unidade MSE, os adolescentes ficam em seus alojamentos quando não estão em atividade, na “de maior”, eles podem circular pelo espaço comum, de convivência, constantemente. Além disso, tem fogão e geladeira nas celas, bem como cantina onde o prisioneiro pode fazer suas compras. Perguntamos se ele já foi a uma prisão “de maior”, e Aloísio diz que não, mas que sabe dessas coisas pois ouviu dos seus parentes que estiveram presos, bem como de outros amigos envolvidos com o crime. Mais uma vez, nos chama a atenção como, para ele, a fala do grupo se constitui como uma verdade, talvez inquestionável.

## CONCLUSÃO

Analisando o percurso trilhado, acreditamos ter elementos suficientes para comprovar nossa hipótese.

Recordamos que ela nasceu do encontro entre a afirmação de uma adolescente, a de que o tráfico era como uma família, e as estatísticas que denunciavam a prevalência do tráfico como ato infracional na unidade socioeducativa estudada. Paralelamente, observamos uma taxa de reincidência grande, registrada nos diversos retornos dos adolescentes à unidade e no acúmulo de passagens pelo sistema socioeducativo, inclusive, pelo mesmo ato infracional.

Percebemos, também, que na maioria dos casos, a facção criminosa está presente no discurso do adolescente, como elemento de grande importância para esse sujeito.

Vimos como as facções operam dentro da instituição e fora dela, ocupando os territórios onde moram os adolescentes. Da mesma maneira, preenchem um vácuo de poder deixado pela ausência do Estado, suprimindo, à sua maneira, a função organizadora e, eventualmente, provedora para os residentes das comunidades que dominam. Adquirem, portanto, uma representatividade que, muitas vezes, é reconhecida como positiva pelos sujeitos adolescentes.

Encontramos nos relatos dos adolescentes a facção como o preenchimento de outro lugar, o da autoridade parental. Analisando o sujeito adolescente no período que lhe é característico, a adolescência, encontramos indícios que apontam justamente para o descolamento do sujeito de seus referenciais anteriores. Como se as roupas que vestiam, quando criança, não lhe servissem mais, procuram novas vestes, que comportem as especificidades da sua condição.

Adotamos a percepção de que a adolescência é um período no qual convergem diversas questões sobre o sujeito. O adolescente se vê em posição de desenvolver um objeto de desejo, de abdicar do referencial de autoridade parental e, com isso, de pôr em cheque sua

própria identidade. Procurará no mundo, fora do refúgio familiar, outros representantes e pulará a janela ou o muro, em direção a eles. Muito possivelmente, fará deles seus novos representantes.

A facção, portanto, se apresenta como um substituto de referencial, bandeira sob a qual o sujeito construirá seus novos referenciais. Sendo assim, passa a fazer parte da construção do sujeito e, como em qualquer outra situação, algo do qual ele não abrirá mão facilmente.

Nossa pesquisa nos leva, portanto, ao entendimento de que pedir que o adolescente abra mão de sua relação com o tráfico, implica em pedir que ele abra mão de sua própria identidade, como a reconhece atualmente. Tal percepção nos põe em um lugar diferente, ao refletirmos sobre nossa própria prática institucional, questionando sua relação com as altas taxas de reincidência e o modo como lidamos com o tráfico. Especificamente, compreendemos que a relação do adolescente com a facção criminosa transcende aspectos mais diretos ou superficiais, como o ganho financeiro ou o acesso às drogas. Se fossem essas as questões, a vinculação com o tráfico seria, simplesmente substituída por outras formas de ganhar dinheiro ou conseguir drogas, algo que diverge da realidade observada. Ao contrário, a vinculação se mostra operante em níveis mais profundos e, por isso, sugere medidas de outra natureza, novas estratégias.

Ao falarmos das estratégias propostas, observamos a limitação do leque de possibilidades de que dispomos. Conforme apontado na introdução, porém, as limitações não são de caráter quantitativo, portanto, sob nosso ponto de vista, não se trata de disponibilizarmos mais cursos profissionalizantes, mais horas de aulas diárias, ou mais medicações. Propomos a análise da limitação de possibilidades através de um viés qualitativo, que questione a natureza das nossas estratégias.

Concluimos que o paradigma puramente pedagógico, ao menos da forma praticada dentro da instituição, não alcança a dimensão subjetiva da maneira que propomos. Não alcança o caráter identitário do sujeito. Mesmo frente a uma perspectiva mais progressista, que busca valorizar a fala do adolescente sobre o qual se pretende intervir, ainda encontramos um grande ruído quanto ao que se ouve desse adolescente. Não nos esqueçamos de que a instituição está, também, a serviço de uma encomenda de socioeducar e que cultiva em si e em suas práticas, um tipo de intervenção específica. O resultado é a montagem de uma

intervenção que propõe de forma imperativa um modelo de conduta, que flerta com uma adequação social e que, temperado com as culturas de herança quase carcerária do DEGASE, conduz a uma prática de docilização do sujeito adolescente. Quando ele resiste, é claro, a estratégia de docilização dá lugar à violência, depositando no corpo dele a expectativa de transmitir a mensagem de adequação. É assim que se desenha o circuito que culmina na agressão. Quando se bate para ensinar.

De forma alguma, estamos propondo que o viés pedagógico é o responsável pela lógica de violência existente em instituições de natureza socioeducativa. Do nosso ponto de vista, existem diversos fatores que contribuem, com variadas relevâncias, para tais práticas. Queremos dizer sim, que a pedagogia empregada encontra seus limites de intervenção e que, para além deles, a resposta institucional, em muitos casos, é a violência. Diante disso, sugerimos que a psicanálise tem algo a dizer e fazer.

Defendemos que a prática da escuta psicanalítica nos dá acesso à essa dimensão do adolescente e, que está atenta aos vínculos estabelecidos por ele, independentemente do valor moral ou social desses vínculos. Pensando assim, o tráfico, objeto de nossa hipótese, pode ser observado com novas cores e nos oferecer uma nova visão quanto aos processos de formação do sujeito adolescente. Quando trazemos o tráfico para o campo do discurso, percebemos as formas pelas quais o adolescente se vincula com a ele e que função ele representa para esse sujeito. A partir de então, passamos a examinar essa relação em um outro campo.

Ao destacarmos a adolescência, tomamos o sujeito em um lugar de deriva, de afastamento dos paradigmas até então estabelecidos (parentais), e com um enlaçamento em outros paradigmas. Uma migração de grupo. Tal movimento não se faz em qualquer cenário. Nossos estudos apontam para uma série de desarranjos presentes nas considerações dos adolescentes. Seja nas conturbadas relações familiares, seja nas problemáticas consigo mesmo ou na definição do que é ser homem. A construção dessa identidade do sujeito adolescente encontra com maior radicalidade a dissonância entre o desejo, residente no corpo, e a sua apreensão simbólica, sua nomeação. Segundo os estudos que fizemos e que deram embasamento à nossa pesquisa, acreditamos que um espaço de escuta para o adolescente é fundamental para que ele possa falar e, assim, ordenar parte daquilo que lhe escapa. Assim ele poderá construir uma relação com seu desejo, consigo e com o Outro, com maior apropriação.

Sob este enfoque, é preciso que nós, profissionais a quem está garantida a possibilidade de fala, recuemos alguns passos frente ao sujeito adolescente, deixando espaço para que ele ocupe com sua própria fala. Que tenhamos ciência de que esta fala, não raro, destoará do sentido que conhecemos, demonstrando contradições e ambivalências. Talvez se apresente fragmentada, reticente, aparentemente ilógica. Contudo a sensibilidade na escuta da fala do adolescente é fundamental para que ele experimente novas articulações.

Como em um jogo de montagem, acreditamos ser importante recolhermos nossas peças, dando espaço para que o adolescente ponha em jogo suas próprias peças. De outra forma, qualquer coisa construída por ele terá por base elementos que não são familiares. Que, na melhor das hipóteses, ruião quando ele não dispuser mais dessas peças e, na pior, lhe serão estranhas e não formarão nada que lhe diga respeito. Quando constrói com suas próprias peças, o sujeito adolescente faz novas articulações com elementos familiares. Assim poderá construir suas alternativas através delas. Assim poderá sustentá-las.

Vale ressaltar, também, que não nutrimos um ideal de neutralidade quanto à nossa posição frente ao tráfico ou qualquer outra questão. Mesmo embasados pela psicanálise, não estamos livres das ditas encomendas sociais e, mais especificamente, da pretensão de afastamento do sujeito do mundo do tráfico. Em alguma medida, entendemos, inclusive, que essa relação é deveras nociva para o sujeito a partir do momento que o põe em situação de risco de morte, de risco de privação de liberdade de risco a terceiros. Quando escutamos o sujeito adolescente e desenhamos suas relações, abertos aos valores por eles referidos, ainda assim estamos imbuídos de algum senso de cuidado ou interesse na preservação dele. Acreditamos que não há psicanalista indiferente a isso. O que acreditamos ser um elemento significativo na nossa abordagem é justamente a atenção para os valores depositados pelo próprio sujeito no tráfico. Descreditar o tráfico de valor, por ser uma atividade contrária às normativas legais ou imbuí-lo de sentido negativo de partida (o que dá no mesmo), exclui a produção do próprio sujeito e suas articulações. Em resumo, vai na contramão da proposta de ouvir o adolescente.

Atentos a isso, podemos nos questionar sobre nosso posicionamento profissional frente a este, por assim dizer, *furor curandis*. Nossa posição nos é bastante clara: pretendemos que o sujeito, sim, ponha em questão suas ações, que em diversos momentos se mostram arriscadas para ele e para outros. Pretendemos que ele se afaste de situações que podem

culminar com sua morte ou a de outros. Entretanto, compreendemos que essa mudança só pode ser executada na medida em que o sujeito passa a ficar atento ao que o impele a essas atitudes e que faça uma nova avaliação dessa força impulsionadora. Uma avaliação que considere novos elementos, muitas vezes negligenciados durante o período no qual iniciou sua vinculação com essa força. Por fim, acreditamos que a psicanálise se presta a explicitar para o sujeito seus movimentos e intenções. Convoca o sujeito a tomar para si a missão de avaliar com maior clareza a sua forma de proceder e de, conseqüentemente, responsabilizar-se por ela.

É evidente que, mesmo após esse percurso, alguns adolescentes podem concluir que estão de acordo com as práticas que vêm exercendo, mantendo-se fiéis aos paradigmas adotados, ratificando seu relacionamento com o tráfico. Por outro lado, apostamos que existem os que podem, na nova apreciação, encontrar novas soluções para seus impasses e desenvolver uma nova relação consigo e com o Outro.

Em nossa pesquisa, ao abrirmos espaço para que o sujeito pudesse falar sobre suas motivações, encontramos o que nos parece ser um valioso aprofundamento das reflexões sobre o vínculo com o tráfico. Percebemos que há adolescentes que encontram no tráfico, uma resposta para a questão de qual é seu lugar na relação com o mundo e com seus próprios desejos, enquanto outros fazem do tráfico, uma alternativa para suprir a ausência de um pai.

Ampliamos a questão do vínculo com o tráfico para um espectro mais amplo, nos reposicionando frente a ele enquanto fenômeno social, que transcende o sujeito. Ao nos depararmos com a percepção de que o tráfico é, um organizador do território e que, por isso, passa a ser um agente de controle de comportamento das pessoas, temos noção dos efeitos da ausência do Estado. Ou seja, nos deparamos com a realidade de que o tráfico está além da questão particular do sujeito, embora a atravesse de maneira contundente. Quando observamos nossos posicionamentos na unidade socioeducativa, sobretudo no que tange à responsabilização ou culpabilização do sujeito, não raro o aspecto contextual fica em segundo plano. Da mesma forma, ao exigirmos do adolescente uma adequação a um sistema que em nada lhe alcança, devemos nos perguntar o quão justo isso é.

Concluindo nossa dissertação, enfatizamos a importância de estudos constantes sobre a problemática relação adolescente – tráfico e, a conseqüente busca de soluções viáveis que respeitem a constituição da subjetividade do adolescente em conflito com a lei.

**APÊNDICE: Roteiro de entrevista**

- 1 – Com que idade você entrou para o tráfico?
- 2 – Com quem você vivia nessa época?
- 3 – Como era sua relação com essas pessoas?
- 4 – (Se algum dos pais não estiver incluso nas respostas anteriores) Onde estava o pai/mãe neste período? Como é/era sua relação com ele(a)/eles?
- 5 – O que as pessoas com quem você vive/vivia pensam sobre sua relação com o tráfico?
- 6 – Como você vê o local onde mora?
- 7 – Como é a presença do tráfico no local onde você mora?
- 8 – Por que você entrou para o tráfico?
- 9 – Como ocorreu essa entrada?
- 10 – Fale sobre sua relação com o tráfico.



### REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 13ª Edição, atualizada até 19/3/2015

BRASIL, SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SINASE, 2006

CASTRO, Julio. **Considerações sobre a escrita lacaniana dos discursos**. Rio de Janeiro. *Ágora*. v. XII, nº 2. jul/dez 2009. p. 245-258

CIDADE de Deus. Direção: Fernando Meirelles. Produtores: O2 Filmes. VideoFilmes, Globo Filmes (co-production), Lumière (co-produção), Wild Bunch (co-produção), Hank Levine Film, 2002. 1 DVD (135 min).

COELHO, Carolina - **Psicanálise e laço social** - uma leitura do Seminário 17. *Mental*. Barbacena. ano IV, nº 6. jun. 2006. p. 107-121

FONTENELLE, Maria, “**Amarás o teu próximo como a ti mesmo**”. *Psiqueiros*, 2016. Disponível em <<http://psiqueros.com/2015/09/trabalhos-amaras-o-teu-proximo-como-a-ti-mesmo-aeternus/>>, Acesso em 03 de ago de 2016

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu** .In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XIII. Rio de Janeiro, Imago, 1996 (1912-1913)

FREUD, Sigmund. **A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1920)

FREUD, Sigmund. **Psicologia de grupo e análise do ego**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1921)

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XXI. Rio de Janeiro. Imago, 1996 (1927)

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. v. XXI. Rio de Janeiro. Imago, 1996 (1929-1930)

GUERRA, Andréa. **Laço Social e Adolescência: O Pai e a Infração**. PSICO. Porto Alegre, PUCRS. v. 43, n. 4, p. 490-499. out/dez. 2012

GIBBONS, Dave; MOORE, Alan. **Watchmen**. Edição definitiva. Panini, 2009. ISBN: 9788573515497

LACADÉE, Philippe. **A Passagem ao Ato nos Adolescentes**. Revista Eletrônica do Núcleo Séphora. vol II, nº 4. mai/out 2007. Disponível em: <[http://www.isepol.com/asephallus/numero\\_04/traducao\\_02.htm](http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/traducao_02.htm)> Acesso em: 18 de ago. 2016

LACADÉE, Philippe. **O púbere em que circula o sangue do exílio e de Um pai**. Revista Estudos Psicanalíticos, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rel/v1n2/v1n2a04.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

LACADÉE - Philippe. **A Clínica da Língua e do Ato nos Adolescentes**. Responsabilidades. Belo Horizonte/MG. v. 1, nº 2, p. 253-268. set. 2011/fev. 2012

LACADÉE, Philippe. **Jérôme e as Marcas no Corpo. Reizinho e a Violência na Cidade**. Revista Curinga. EBP - MG. nº 39, p 37-52. jun/jul 2015

LACAN, Jacques. **Seminário 7: A Ética da Psicanálise**. Rio de Janeiro/RJ. Jorge Zahar, 1959-1960/1988.

LACAN, Jaques. **O Triunfo da Religião**. Rio de Janeiro/RJ. Jotge Zahar, 2005

LACAN, Jaques. **Nomes-do-Pai**. Rio de Janeiro/RJ. Jotge Zahar, 2005

ORWELL, George. **1984**. 17 ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1984.

NOVO DEGASE, **Socioeducação: Legislação, Normativas e Diretrizes Nacionais e Internacionais**. Vol. 2, Novo DEGASE, Rio de Janeiro, 2013

PORGE, Erik. **Os Nomes do Pai em Jacques Lacan: pontuações e problemáticas**. Rio de Janeiro. Companhia de Freud, 1998

PORTAL dos procurados. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <<http://www.procurados.org.br/index.php>> Acesso em: 03 de ago. de 2016

QUARESMA, Denise. **A pesquisa em Psicanálise: o método de construção do caso psicanalítico**. Estudos de Psicanálise. nº 39. Belo Horizonte, 2013. p. 37- 46.

SALVO Melhor Juízo [Audio podcast]. (22 fev. 2016). **Mundo Carcerário**, episódio 2. Recuperado de:<>. Acesso em 19 ago. 2016a

SALVO Melhor Juízo [Audio podcast]. (6 jun. 2016). **Violência e Criminalidade**, episódio 17. Recuperado de: <<http://salvomelhorjuizo.com/post/145503407573/smj-17-viol%C3%Aancia-e-criminalidade-o-brasil-tem>>. Acesso em 18 ago. 2016b

SOARES, L. E.; BILL, M.V.; ATHAYDE, C.. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro. Objetiva, 2005

VIDAL, Paulo. **Freud e a nostalgia do pai**. In: 10X Freud. Rio de Janeiro. Azougue Editorial; Niterói, RJ LAPSO, 2005. p. 15-43.